



**REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE**  
**MINISTÉRIO DAS FINANÇAS**  
**AUTORIDADE TRIBUTÁRIA DE MOÇAMBIQUE**

## **RELATÓRIO DE BALANÇO**

**ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA AT EM 2013**  
**E PERSPECTIVAS DE ACCÇÕES PARA 2014**



**Março/2014**

## ÍNDICE

SUMÁRIO EXECUTIVO .....	9
I. INTRODUÇÃO .....	11
II. ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DA COBRANÇA DA RECEITA .....	14
2.1. RECEITA GLOBAL .....	15
2.2. CONTRIBUIÇÃO DOS GRANDES CONTRIBUINTES E DOS MEGAPROJECTOS .....	16
2.2.1. <i>Contribuição Fiscal dos Grandes Contribuintes</i> .....	16
2.2.2. <i>Contribuição Fiscal dos Megaprojectos</i> .....	17
2.2.3. <i>Contribuição Fiscal das Instituições Financeiras</i> .....	18
III. FORTALECIMENTO DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES FISCAIS .....	20
3.1. AUDITORIAS E FISCALIZAÇÕES DOS IMPOSTOS INTERNOS E DAS ALFÂNDEGAS .....	21
3.1.1. <i>Auditorias e Fiscalizações Tributárias</i> .....	21
3.1.2. <i>Fiscalizações e Auditorias Pós-desembarço Aduaneiro</i> .....	23
3.2. PROCESSOS DE CONTENCIOSO FISCAL E PROCESSOS EXECUTIVOS .....	24
3.2.1. <i>Processos de Contencioso Fiscal</i> .....	24
3.2.2. <i>Processos Executivos</i> .....	26
3.2.3. <i>Contencioso Aduaneiro</i> .....	27
3.3. REEMBOLSOS .....	29
3.3.1. <i>Situação Geral dos Reembolsos dos Impostos sobre o Rendimento</i> .....	29
3.3.2. <i>Reembolsos de IRPS</i> .....	30
3.3.3. <i>Reembolsos de IRPC</i> .....	31
3.3.4. <i>Situação Geral dos Reembolsos do IVA</i> .....	32
3.4. BENEFÍCIOS FISCAIS .....	35
3.4.1. DESPESA FISCAL .....	35
IV. ACÇÕES NO ÂMBITO DO ALARGAMENTO DA BASE TRIBUTÁRIA .....	36
4.1. EDUCAÇÃO FISCAL E ADUANEIRA E POPULARIZAÇÃO DO IMPOSTO .....	37
4.1.1. <i>Campanhas com Recurso aos Órgãos de Comunicação Social</i> .....	37
4.1.2. <i>Assistência aos Contribuintes</i> .....	38
4.2. CADASTRAÇÃO FISCAL .....	39
4.2.1. <i>Cadastro Fiscal no Âmbito do ISPC</i> .....	39
4.3. ABERTURA DE NOVOS POSTOS FISCAIS E DE COBRANÇA .....	40
4.4. PONTO DE SITUAÇÃO DA PROPOSTA DE REGULAMENTO DO USO DE MÁQUINAS FISCAIS .....	41
V. GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS .....	42
5.1. SITUAÇÃO GERAL DOS RECURSOS HUMANOS .....	43
5.1.1. <i>Distribuição dos Funcionários por Níveis Académicos</i> .....	44
5.1.2. <i>Distribuição dos Funcionários pelos Serviços Centrais e Regiões</i> .....	44
5.1.3. <i>Processo de Nomeação dos Novos Ingressos na AT</i> .....	45
5.1.4. <i>Contagem de Tempo de Serviço e Pedido de Fixação de Salário</i> .....	45
5.1.5. <i>Aposentação de Funcionários</i> .....	45
5.1.6. <i>Regularização do Vínculo dos Funcionários</i> .....	46
5.1.7. <i>Recenseamento de Funcionários</i> .....	46
5.1.8. <i>Quadro do Pessoal da AT</i> .....	46
5.2. ASSUNTOS SOCIAIS .....	46
5.2.1. <i>Pensões de Sobrevivência e Subsídio por Morte</i> .....	47
5.2.2. <i>Assistência Médica e Medicamentosa</i> .....	47
5.3. IMPLEMENTAÇÃO E AVALIAÇÃO DO PLANO DE FORMAÇÃO .....	47
5.3.1. <i>Pedidos de Continuação de Estudos e Estágios Académicos e Profissionais</i> .....	48
5.3.2. <i>Parcerias para Formação</i> .....	48
5.3.3. <i>Criação da Instituição de Ensino Superior (IES) para a AT</i> .....	49
VI. ACÇÕES NO ÂMBITO DA MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA .....	50
6.1. PROJECTO DE MODERNIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DO CONTRIBUINTE – FASE 1 .....	51
6.2. PROJECTO E-TRIBUTAÇÃO .....	52
6.2.1. <i>Módulo do Registo do NUIT</i> .....	52

6.2.2.	<i>Módulo do IVA/ISPC e Processos Comuns</i> .....	52
6.2.3.	<i>Módulo do IRPS e IRPC</i> .....	53
6.2.4.	<i>Comunicação Interna e Externa, Incluindo Workshops</i> .....	53
6.2.5.	<i>Formações</i> .....	53
6.2.6.	<i>Grau de realização do fundo comum, por actividade e por centro de custo: AT e CEDSIF</i> .....	54
6.3.	JANELA ÚNICA ELECTRÓNICA .....	55
6.4	FUNCIONAMENTO E DISPONIBILIDADE DOS SISTEMAS INFORMÁTICOS.....	57
6.4.1.	<i>Sistemas de Controlo e Cobrança da Receita e de Comunicações</i> .....	57
6.4.2.	<i>Outros Sistemas</i> .....	58
6.4.3.	<i>Aquisição e Gestão de Equipamento</i> .....	58
<b>VII.</b>	<b>GESTÃO DO ORÇAMENTO DA DESPESA</b> .....	<b>60</b>
7.1	EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO .....	61
7.1.1	<i>Despesas com Pessoal</i> .....	62
7.1.1.1	<i>Salário e remunerações</i> .....	62
7.1.1.2	<i>Outras Despesas com o Pessoal</i> .....	62
7.1.2	<i>Bens e Serviços</i> .....	62
7.1.3	<i>Despesas de Investimento</i> .....	62
7.1.4	<i>Projecto de Fronteira de Paragem Única – Implementação e Execução do Orçamento</i> .....	63
7.1.5	<i>Recurso Externos (Fundo Comum) – Orçamento e Execução</i> .....	64
7.1.6	<i>Receitas Próprias e Consignadas</i> .....	64
7.1.7	<i>Evolução da Execução Orçamental de 2010 a 2013</i> .....	65
7.1.8	<i>Análise do Crescimento da Despesa em Função da Receita</i> .....	65
7.2	PATRIMÓNIO DA AT .....	65
7.2.1	<i>Concursos e Contratos</i> .....	65
7.2.2	<i>Imóveis, Reabilitações e Construções</i> .....	65
7.2.3	<i>Imóveis, Reabilitações e Construções</i> .....	66
<b>VIII.</b>	<b>PLANEAMENTO E ESTUDOS</b> .....	<b>68</b>
8.1.	PLANEAMENTO .....	69
8.2.	ESTUDOS .....	69
<b>IX.</b>	<b>REFORMA DA LEGISLAÇÃO FISCAL E ADUANEIRA</b> .....	<b>71</b>
9.1.	REFORMA LEGISLATIVA .....	72
9.2.	PROCESSOS DE HARMONIZAÇÃO DE PROPOSTAS LEGISLATIVAS .....	74
9.3.	PROCESSO DE AUSCULTAÇÃO DAS PROPOSTAS DE REVISÃO LEGISLATIVA .....	75
<b>X.</b>	<b>DOCUMENTAÇÃO E TRATAMENTO DE INFORMAÇÃO</b> .....	<b>77</b>
10.1.	ÁREA DOS ARQUIVOS.....	78
10.2.	ÁREA DAS BIBLIOTECAS .....	78
10.3.	ÁREA DOS MUSEUS .....	79
<b>XI.</b>	<b>COOPERAÇÃO BILATERAL E MULTILATERAL</b> .....	<b>80</b>
<b>XII.</b>	<b>FINANCIAMENTOS AOS PROJECTOS DE REFORMA DA AT</b> .....	<b>82</b>
12.1.	FUNDO COMUM DA AT .....	83
12.2.	OUTROS FINANCIAMENTOS.....	84
<b>XIII.</b>	<b>INTEGRAÇÃO REGIONAL</b> .....	<b>86</b>
13.1.	IMPORTAÇÕES DE MOÇAMBIQUE POR REGIÃO .....	87
13.2.	EXPORTAÇÕES DE MOÇAMBIQUE POR REGIÃO .....	87
13.3.	IMPACTO FISCAL – DESPESA FISCAL.....	88
<b>XIV.</b>	<b>CONTROLO INTERNO</b> .....	<b>89</b>
14.1.	INSPECÇÕES E AUDITORIAS INTERNAS .....	90
14.2.	PREVENÇÃO E COMBATE À CORRUPÇÃO E OUTROS IRREGULARIDADES DO PESSOAL.....	92
14.3.	PROMOÇÃO DA ÉTICA E INTEGRIDADE.....	92
14.4.	PROJECTO DAS “HOTLINES” .....	93
14.5.	WORKSHOP SOBRE O PROCEDIMENTO DISCIPLINAR .....	93
14.6.	ANÁLISE DE RISCO .....	93
14.7.	DAS IRREGULARIDADES DO PESSOAL CONTROLO DE PROCESSOS DISCIPLINARES .....	94

14.8.	MODELO DE ANÁLISE E GESTÃO SISTEMÁTICA DO RISCO NA AT .....	94
<b>XV.</b>	<b>ÓRGÃOS COLEGIAIS.....</b>	<b>95</b>
15.1.	CONSELHO SUPERIOR TRIBUTÁRIO .....	96
15.2.	CONSELHO DIRECTIVO.....	96
15.3.	CONSELHO DA FISCALIDADE .....	96
15.4.	OUTROS .....	97
<b>XVI.</b>	<b>PERSPECTIVAS DE ACÇÕES PARA 2014 .....</b>	<b>98</b>
16.1.	NO ÂMBITO DA COBRANÇA DE RECEITAS.....	99
16.2.	NO ÂMBITO DA MODERNIZAÇÃO E FORTALECIMENTO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA.....	99
16.3.	NO ÂMBITO DE DESENVOLVIMENTO DAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO.....	99
<b>XVII.</b>	<b>ANEXOS.....</b>	<b>100</b>
	<b>ANEXO I – DESEMPENHO ANUAL DA AT, POR ÁREA OPERATIVA EM 2013 .....</b>	<b>101</b>
	<b>ANEXO II – TOTAL DE NUIT’S ATRIBUÍDOS EM 2013 E ACUMULADO .....</b>	<b>102</b>
	<b>ANEXO III – REGISTO DE CONTRIBUINTES DO ISPC EM 2013 E ACUMULADO .....</b>	<b>103</b>
	<b>ANEXO IV – CRITÉRIO DE SELECÇÃO DE GRANDES CONTRIBUINTES.....</b>	<b>104</b>
	<b>ANEXO V - PUBLICAÇÕES E INSERÇÕES NO ÂMBITO DA COMUNICAÇÃO E IMAGEM DA AT EM 2013 .....</b>	<b>105</b>
	<b>ANEXO VI – PARQUE INFORMÁTICO OPERACIONAL EM 2013.....</b>	<b>106</b>
	<b>ANEXO VII – PARQUE DE VIATURAS EM 2013 .....</b>	<b>107</b>
	<b>ANEXO VIII – RELAÇÃO DE IMÓVEIS DA AT POR PROVÍNCIA E FORMA DE AQUISIÇÃO .....</b>	<b>108</b>
	<b>ANEXO IX – GRAU DE EXECUÇÃO DO FUNDO COMUM EM 2013, POR LINHA DE ACÇÃO, EM MT.....</b>	<b>109</b>

## ÍNDICE DE TABELAS

<b>Tabela 1.</b> Evolução da Realização da Receita – 2012/2013 .....	15
<b>Tabela 2.</b> Execução Global da Receita do Estado em 2013 .....	15
<b>Tabela 3.</b> Grandes Contribuintes dos Impostos Internos .....	16
<b>Tabela 4.</b> Contribuição dos Grandes Contribuintes .....	17
<b>Tabela 5.</b> Contribuição Fiscal dos Megaprojectos .....	17
<b>Tabela 6.</b> Contribuição Fiscal das Instituições Financeiras .....	19
<b>Tabela 7.</b> Matéria Colectável e Imposto Apurado – 2013 .....	21
<b>Tabela 8.</b> Valor Apurado por Imposto nas DAF's e UGC's – 2013 .....	22
<b>Tabela 9.</b> Valor Apurado pelas DAFT, DAF's e UGC's – 2013 .....	22
<b>Tabela 10.</b> Cobranças Resultantes das Auditorias em 2013 .....	23
<b>Tabela 11.</b> Processos Analisados e Impostos Apurados .....	23
<b>Tabela 12.</b> Análise Comparativa da Receita da DAI – 2012/2013 .....	24
<b>Tabela 13.</b> Resumo dos Processos de Contencioso .....	25
<b>Tabela 14.</b> Resumo de Processos Executivos .....	26
<b>Tabela 15.</b> Idade dos Processos Executivos .....	27
<b>Tabela 16.</b> Processos do Contencioso .....	28
<b>Tabela 17.</b> Pedidos de Reembolso de IR em 2013 e Acumulado desde 2005 .....	29
<b>Tabela 18.</b> Análise Comparativa - 2012/2013 .....	30
<b>Tabela 19.</b> Reembolso do IRPS .....	30
<b>Tabela 20.</b> Reembolsos do IRPC .....	31
<b>Tabela 21.</b> Pedidos de Reembolso de IVA – 2013 .....	32
<b>Tabela 22.</b> Reembolso do Regime Normal e Diplomatas – 2013 .....	33
<b>Tabela 23.</b> Processos Recebidos em 2013 .....	35
<b>Tabela 24.</b> NUIT's Atribuídos por Região – 2013 .....	39
<b>Tabela 25.</b> Registo Fiscal em sede do ISPC em 2013 .....	40
<b>Tabela 26.</b> Distribuição dos Funcionários por Área .....	43
<b>Tabela 27.</b> Distribuição dos Funcionários por Faixas Etárias .....	43
<b>Tabela 28.</b> Distribuição dos Funcionários pelos Serviços Centrais e Regiões .....	44
<b>Tabela 29.</b> Acções de Formação Realizadas em 2013 .....	47
<b>Tabela 30.</b> Número de Actualizações na Nova Base de Dados do NUIT em 2013 .....	52
<b>Tabela 31.</b> Balancete de Execução do Orçamento – 2013 .....	61
<b>Tabela 32.</b> Rácio Despesa/Receita de 2010-2013 .....	65
<b>Tabela 33.</b> Situação dos livros nas Bibliotecas da AT em 2013 .....	78
<b>Tabela 34.</b> Relação de Obras Adquiridas e por Receber em 2013 .....	79
<b>Tabela 35.</b> Empréstimo de Livros em 2013 .....	79
<b>Tabela 36.</b> Desembolsos efectuados em 2013 .....	83
<b>Tabela 37.</b> Total das Importações Realizadas em 2013 .....	87
<b>Tabela 38.</b> Importações Provenientes da SADC, em 2013 .....	87
<b>Tabela 39.</b> Total das Exportações de Moçambique, em 2013 .....	88
<b>Tabela 40.</b> Impacto Fiscal-Despesa Fiscal em 2013 .....	88

## ÍNDICE DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1.</b> Evolução da Receita Total Cobrada –2012 -2013, em Milhões de MT .....	15
<b>Gráfico 2.</b> Estrutura da Receita Total Cobrada – 2013.....	16
<b>Gráfico 3.</b> Contribuição dos Megaprojectos por Imposto, 2012/2013, em Milhões de MT.....	18
<b>Gráfico 4.</b> Contribuição das Instituições Financeiras – por Imposto, em Milhões de MT.....	19
<b>Gráfico 5.</b> Matéria Colectável e Imposto Apurado em 2012/2013, em Milhões de MT .....	21
<b>Gráfico 6.</b> Processos de Execuções Fiscais em Milhões de MT.....	26
<b>Gráfico 7.</b> Grau de Realização de Reembolsos de IR face aos Processos Recebidos – 2013 .....	29
<b>Gráfico 8.</b> Grau de Realização de Reembolsos de IRPS em 2013 .....	31
<b>Gráfico 9.</b> Grau de Realização dos Reembolsos de IRPC em 2013 .....	32
<b>Gráfico 10.</b> Quantidades de Processos de Reembolsos de IVA em 2013 .....	33
<b>Gráfico 11.</b> Valores de Reembolso do IVA em 2013, em Milhões de MT .....	33
<b>Gráfico 12.</b> NUIT´s Singulares e Colectivos Atribuídos – 2013.....	39
<b>Gráfico 13.</b> Distribuição por Género .....	44
<b>Gráfico 14.</b> Distribuição de funcionários por Níveis Académicos .....	44
<b>Gráfico 15.</b> Distribuição dos Funcionários pelos Serviços Centrais e Regiões.....	45
<b>Gráfico 16.</b> Actualização da Nova Base de Dados de NUIT por região .....	52
<b>Gráfico 17.</b> Execução do Orçamento em 2013, Valores em Milhões de MT.....	61
<b>Gráfico 18.</b> Desembolsos Efectuados em 2013, em Milhões de MT .....	83

## ABREVIATURAS

AT – Autoridade Tributária de Moçambique  
BACs – Balcões de Atendimento ao Contribuinte  
BAU – Balcão de Atendimento Único  
CD – Conselho Directivo  
CEDSIF – Centro de Desenvolvimento de Sistemas de Informação de Finanças  
CIRPS – Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares  
COMESA – *Common Market for Eastern and Southern Africa*  
CPI – Centro de Promoção de Investimentos  
CST – Conselho Superior Tributário  
CTA – Confederação das Associações Económicas de Moçambique  
DA – Delegação Aduaneira  
DAC – Divisão de Anti-corrupção  
DAF – Direcção de Área Fiscal  
DAFT – Direcção de Auditoria e Fiscalização Tributária  
DAII – Direcção de Auditoria, Investigação e Inteligência  
DASP – Direcção de Apoio ao Sector Privado  
DCA – Direcção de Contencioso Aduaneiro  
DCAT – Direcção de Coordenação e Apoio Técnico  
DCT – Divisão de Contencioso Tributário  
DF – Direcção de Finanças  
DGA – Direcção Geral das Alfândegas  
DGI – Direcção Geral de Impostos  
DGSC – Direcção Geral dos Serviços Comuns  
DIDOTI – Divisão de Documentação e Tratamento da Informação  
DIFOR – Direcção de Formação  
DLI – Direcção de Logística e Infra-estruturas  
DMPIF – Divisão de Coordenação dos Megaprojectos e Instituições Financeiras  
DPAR – Direcção de Previsão e Análise da Receita  
DPAT – Delegação Provincial da Autoridade Tributária de Moçambique  
DRC – Direcção Regional Centro  
DRH – Direcção de Recursos Humanos  
DRIR – Direcção de reembolsos de impostos de Rendimento  
DRIVA – Divisão de Reembolso de IVA  
DRN – Direcção Regional Norte  
DRS – Direcção Regional Sul  
DTIC – Direcção de Tecnologias de Informação e Comunicação  
DUGCAT – Divisão de Coordenação das UGC's e Apoio Técnico  
DUs – Documento Único  
EGFAE – Estatuto Geral dos Funcionários e Agentes do Estado  
FC – Fundo Comum da AT  
FMI – Fundo Monetário Internacional  
FUNAE – Fundo Nacional de Energia  
GC – Grandes Contribuintes  
GCI – Gabinete de Controlo Interno  
GCIm – Gabinete de Comunicação e Imagem  
GPECI – Gabinete de Planeamento, Estudos e Cooperação Internacional  
IASB – International Accounting Standards Board  
ICE – Imposto sobre Consumos Específicos  
IFAPA – Instituto de Formação em Administração Pública e Autárquica  
IFP – Instituto de Formação Paramilitar  
IFPFT – Instituto de Finanças Públicas e Formação Tributária

IFRS – *International Financial Reporting Standards*  
INE – Instituto Nacional de Estatísticas  
IPEX – Instituto de Promoção de Exportações  
IRN – Imposto de Recostrução Nacional  
IRPC – Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas  
IRPS – Imposto sobre o Rendimenro das Pessoas Singulares  
ISPC – Imposto Simplificado para Pequenos Contribuintes  
IVA – Imposto Sobre o Valor Acrescentado  
JUE – Janela Única Electrónica  
MDA – Agentes de Controlo  
MdE – Memorando de Entendimento  
MFP – Ministério da Função Pública  
MIC – Ministério da Indústria e Comércio  
MT – Meticais  
NUIT – Número Único de Identificação Tributária  
OMA – Organização Mundial das Alfândegas  
PAOA – Plano de Actividades e Orçamento Anual  
PGR – Procuradoria-geral da República  
PHC – África Sistemas e Tecnologias de Informação, Lda (Produtora do Software)  
PIB – Produto Interno Bruto  
RH – Recursos Humanos  
RTICs – Repartição de Tecnologias de Informação e Comunicação Locais  
SNAE – Sistema Nacional dos Arquivos do Estado  
SPA – Serviços Provinciais das Alfândegas  
STV – Soico Televisão  
TdR – Termos de Referências  
TIAR – Terminal Internacional Aéreo  
TIAUTO – Terminal Internacional de Automóveis  
TICs – Tecnologias de Informação e Comunicação  
TIM – Televisão Independente de Moçambique  
TIM's – *Trading Information Management System*  
TIMAR – Terminal Internacional Marítimo  
TIMS – *Techonology Information Management Systems*  
TIRO – Terminal Internacional Rodoviário  
TIROFER – Terminal Internacional Rodoviário  
TVM – Televisão de Moçambique  
UEM – Universidade Eduardo Mondlane  
UGC – Unidade de Grandes Contribuintes  
USAID – *United States Agency for International Development*  
USD – *United States Dollars*  
UTRESP – Unidade Técnica de Reforma do Sector Público  
UVC – Unidade de Visitas e Controlo  
ZEE – Zona Económica Especial  
ZFI – Zona Franca Industrial



## SUMÁRIO EXECUTIVO

No ano de 2013, o nível de arrecadação da receita do Estado situou-se em 126.907,71 milhões de MT, dos quais 69,34% resultam dos impostos internos pela tributação das transacções a nível doméstico e 30,66% pelos impostos sobre o comércio externo e correspondente a uma realização de 105,32% em relação a meta anual fixada em 120.492,31 milhões de MT e um crescimento nominal de 28,87% em relação ao desempenho de 2012. Esta realização representa um incremento do rácio em 2,91p.p. do PIB, em relação ao ano transacto, superando a meta estabelecida de incremento mínimo de 0,5p.p em 2,41p.p.

Do montante executado, 123.284,19 milhões de MT são derivados das receitas correntes e 3.623,52 milhões de MT de receitas de capital, representando uma contribuição de 97,14% e 2,86%, respectivamente.

No que tange às actividades de inspecção, fiscalização e auditorias, foram recuperadas receitas adicionais, no valor global de 915,25 milhões de MT, representando um crescimento de 109,09% relativamente ao ano de 2012 como resultado da realização de 1.174 visitas, das quais, 372 na área dos impostos sobre o comércio externo e 802 na componente dos impostos internos.

Foram recebidos no período em análise 22.257 pedidos em sede do IR, dos quais 22.223 do IRPS, 34 do IRPC e 903 em sede do IVA. Destes processos, foram pagos 21.355 pedidos no valor de 307,95 milhões de MT, sendo 21.336 pedidos no valor de 236,69 milhões de MT em sede do IRPS, 19 solicitações no montante de 71,26 milhões de MT em sede do IRPC e 839 processos no valor de 3.462,21 milhões de MT em sede do IVA.

Como resultado da implementação de medidas para o alargamento da base tributária, foram atribuídos 574.327 NUITs, dos quais 566.333 a pessoas singulares e 7.994 a pessoas colectivas. A totalidade dos NUIT's atribuídos corresponde a uma realização de 114,86% face ao programa anual fixado em 500.000 NUITs. Este resultado, teve o contributo de 19.777 disseminadores em matérias de educação fiscal e aduaneira e de popularização do imposto, formados ao longo do ano, sendo 8.952 na Região Sul, 6.068 na Região Centro e 4.757 na Região Norte que acrescidos aos formados nos anos anteriores, totalizam 68.084.

Em sede do ISPC, foram registados 21.577 novos contribuintes, tendo a Região Sul contribuído com 8.206, a Região Centro com 9.226 e a Região Norte com 4.145 registos, que representam uma realização de 28,77% face à meta anual fixada em 75.000.

No âmbito da expansão de serviços e aproximação ao contribuinte, foram abertos 4 postos de cobrança, correspondente a uma realização de 33,33%, face à meta anual de abertura de 12 novos postos, tendo sido abertos nos seguintes locais: (i) Ilha de Moçambique (móvel), na Região Norte, adstrito à DAF de Nacala; (ii) Changara (fixo), adstrito a DAF de Tete; e (iii) Mandlakazi (fixo) e Kanhaca (fixo), adstritos às DAF's de Xai-xai e 1º Bairro de Maputo, respectivamente, na Região Sul.

Na vertente da modernização tecnológica, o sistema e-Tributação, com referência ao Módulo do Registo do NUIT, foi instalado em 75 locais, com destaque para as 3 UGC's, as 25 DAF's e 28 Postos de Cobrança. Como resultado, foram actualizados na nova base de dados do NUIT, 142.785 NUIT's, dos quais: (i) 9.846 de pessoas com actividade, incluindo 439 grandes contribuintes. Foi expandida a implementação da JUE atingindo 45 pontos de desembaraço, responsáveis por cerca de 90% das declarações processadas pelas Alfândegas para o desembaraço de mercadorias, nos regimes gerais de importação e exportação, de um total de 125 estâncias aduaneiras em funcionamento.

No âmbito da capacitação dos recursos humanos, foram executadas 21 acções formativas, em diversas áreas técnicas de conhecimento, abrangendo um total de 1.914 beneficiários, entre funcionários da AT e das autarquias locais.

No prosseguimento da reforma legislativa foram elaboradas diversas propostas e submetidas à aprovação pelas entidades superiormente competentes, tendo sido aprovados 11 instrumentos legais, nomeadamente: 2 Leis, 4 Decretos, 2 Diplomas Ministeriais, 2 Despachos e 1 Resolução, com maior destaque para a publicação das Leis n.º 20/2013, de 23 de Setembro, que altero o Código do IRPS, introduzindo mecanismos que permitem eliminar os avultados valores de pagamentos a final a que muitos contribuintes são notificados a efectuar quando auferem apenas rendimentos do trabalho dependente.

No que se refere às actividades dos órgãos Colegiais, foram realizadas 04 sessões ordinárias e 33 sessões extraordinárias do Conselho Superior Tributário, tendo apreciado, várias matérias como as relativas à implementação dos planos estratégico e de actividades da AT, diversos relatórios de progressos das actividades dos vários sectores da Instituição, propostas de revisão legislativa, o *dossier* sobre o processo de implementação de Máquinas Fiscais, a proposta de Orçamento de Estado para 2014, entre outras.

# I. INTRODUÇÃO

O presente relatório constitui um dos principais instrumentos de gestão da Autoridade Tributária de Moçambique (AT) e visa, de forma objectiva, fazer o balanço das actividades realizadas pela AT no exercício económico de 2013, mostrando os níveis de desempenho relativamente às acções constantes no plano anual de actividades e orçamento da instituição, face aos indicadores estabelecidos.

A conjuntura económica internacional no ano de 2013 foi marcada pela continuidade da tendência de recuperação do crescimento global, registando uma aceleração da expansão da actividade económica nas principais economias mundiais influenciado pelo abrandamento da recessão na Zona Euro. A nível doméstico, apesar dos efeitos nefastos das calamidades naturais que assolaram o País no primeiro trimestre, como é o caso das cheias, o desempenho da economia foi positivo, influenciado pela dinâmica dos principais sectores de actividade económica, com destaque para a contribuição da indústria extractiva que contribuiu igualmente para o aumento da receita pela tributação das mais-valias cobradas sobre as transacções efectuadas pelas concessionárias dos blocos de prospecção de recursos minerais no País com empresas não residentes<sup>1</sup>. Estas operações contribuíram para a expansão das reservas internacionais e das receitas fiscais.

Perante estes cenários, houve necessidade de ajustar-se a taxa de crescimento económico em termos reais, de 8,4% para 7% e de se fazer uma revisão do Orçamento do Estado para 2013, passando a meta de receita, dos 113.962,00 milhões de MT para 120.492,31 milhões de MT, equivalentes a 25,4% do PIB e, a execução da despesa, dos iniciais 174.954,9 milhões de MT para 180.799,1 milhões de MT.

Diante destes desafios a AT tinha a obrigação de intensificar esforços no sentido de garantir o cumprimento da meta ora fixada, tendo, como resultado, arrecadado para os cofres do Estado, 126.907,71 milhões de MT, que representam um crescimento nominal de 28,87%, relativamente à receita arrecadada no ano anterior e um rácio fiscal de 27,05%, face ao valor do PIB a preços correntes de 469.238,00 milhões de MT.

Para estes resultados, contribuíram significativamente as receitas provenientes na tributação dos ganhos de capital, resultantes da alienação de activos situados em território nacional, detidos por entidades não residentes, que culminaram com a cobrança de 400.000.000,00 USD, correspondentes a 12.199,00 milhões de MT.

Em termos de recursos colocados à disposição, a AT contou com a colaboração de 4.200 funcionários dos quais 2.216 da área aduaneira, 1.875 da área tributária e os restantes 109, na situação de pré-reforma e, um orçamento de 4.223,68 milhões de MT, representando 3,33% da receita arrecadada, para cobrir as despesas de funcionamento, investimento, bem como em actividades de apoio à reforma tributária.

O presente relatório é composto por dezassete partes, contemplando: *i)* uma introdução; *ii)* as actividades desenvolvidas no âmbito da cobrança da receita; *iii)* as acções de fortalecimento do cumprimento das obrigações fiscais; *iv)* as acções desenvolvidas no âmbito do alargamento da base tributária; *v)* a gestão e desenvolvimento de recursos humanos; *vi)* as acções realizadas no âmbito da modernização tecnológica; *vii)* a gestão do orçamento da despesa; *viii)* as relativas ao

<sup>1</sup>Banco de Moçambique - Conjuntura Económica e Perspectivas de Inflação, Janeiro de 2014

planeamento e estudos; *ix*) a concernente a reforma da legislação fiscal e aduaneira; *x*) as acções relativas à documentação e tratamento da informação; *xi*) acções relativas à cooperação bilateral e multilateral; *xii*) actividades relacionadas com a cooperação internacional; *xiii*) os desenvolvimentos no âmbito da integração regional; *xiv*) acções das realizações do Controlo Interno; *xv*) acções desenvolvidas pelos órgãos colegiais; *xvi*) as perspectivas de acções para 2014; e *xvii*) os anexos que ilustram o desempenho das unidades operativas da AT em 2013; o registo de contribuintes, incluindo do ISPC; o parque informático, de viaturas e imobiliário da AT; e o grau de realização do Fundo Comum, por linhas de acção.

## **II. ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DA COBRANÇA DA RECEITA**

## 2.1. Receita Global

No ano de 2013, a colecta das Receitas do Estado situou-se em 126.907,71 milhões de MT, dos quais, 88.000,69 milhões de MT são de impostos internos e 38.907,02 milhões de MT de impostos sobre o comércio externo. Esta realização representa um nível de cumprimento de 105,32% face a meta orçamental programada para o ano, fixada em 120.492,31 milhões de MT.

**Tabela 1.** Evolução da Realização da Receita – 2012/2013

Unidade: 10<sup>6</sup> MT

Descrição	2012		2013		Cresc. Nominal
	Programa	Cobrança	Programa	Cobrança	
Impostos Internos	60.509,36	67.583,55	80.039,55	88.000,69	30,21%
Impostos Sobre o Comércio Externo	35.028,60	30.893,10	40.452,76	38.907,02	25,94%
<b>Receita Total</b>	<b>95.537,96</b>	<b>98.476,65</b>	<b>120.492,31</b>	<b>126.907,71</b>	<b>28,87%</b>

Fonte: GPECI - DPAR

PIB a preços correntes de 469.238,00 milhões de MT

O nível de execução alcançado no exercício em análise, corresponde a 27,05% do PIB a preços correntes e a um crescimento nominal de 28,87% quando comparada com a realização atingida em igual período de 2012, conforme a tabela 2. Esta realização representa um incremento do rácio em 2,91 p.p do PIB, superando a meta estabelecida de incremento de 0,5 p.p. em 2,41 p.p.

**Tabela 2.** Execução Global da Receita do Estado em 2013

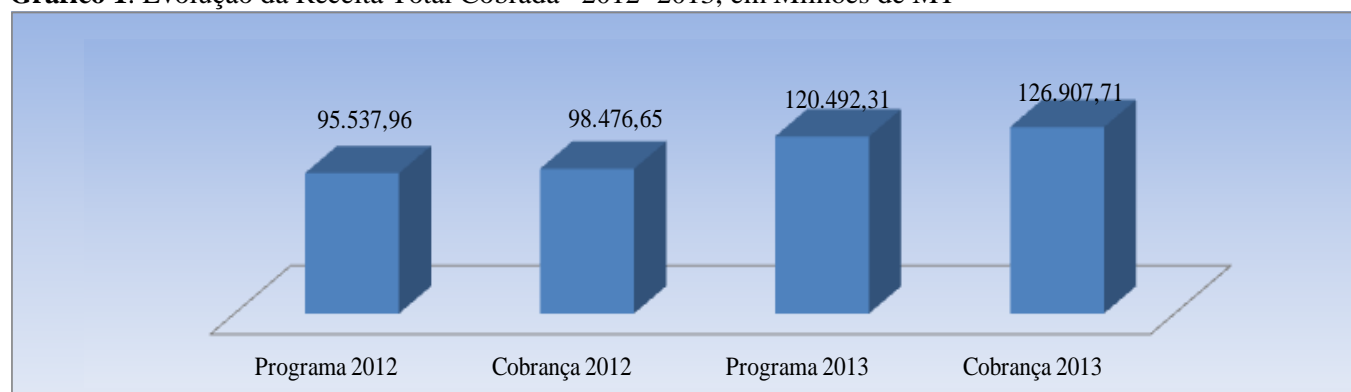
Unidade: 10<sup>6</sup> MT

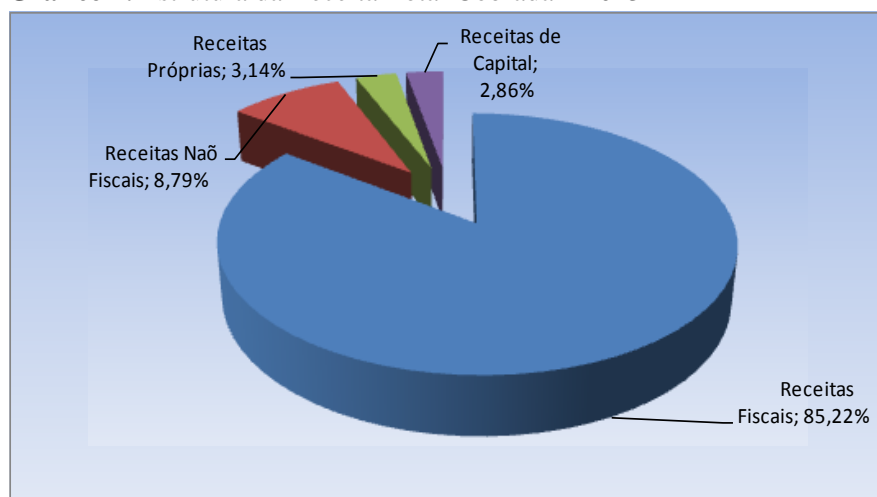
Descrição	Cobrança 2012	Programa 2013	Cobrança 2013	Grau de Realização	Cobrança 2013 em % PIB	Cresc. Nominal	Estrutura
<b>Receitas Correntes e de Capital</b>	<b>98.476,65</b>	<b>120.492,31</b>	<b>126.907,71</b>	<b>105,32%</b>	<b>27,05%</b>	<b>28,87%</b>	<b>100,00%</b>
<b>Receitas Correntes</b>	<b>96.696,46</b>	<b>117.675,15</b>	<b>123.284,19</b>	<b>104,77%</b>	<b>26,27%</b>	<b>27,50%</b>	<b>97,14%</b>
Receitas Fiscais	84.455,52	100.829,93	108.149,80	107,26%	23,05%	28,06%	85,22%
Receitas Não Fiscais*	8.976,99	13.033,68	11.154,24	85,58%	2,38%	24,25%	8,79%
Receitas Próprias	3.263,96	3.811,54	3.980,15	104,42%	0,85%	21,94%	3,14%
<b>Receitas de Capital</b>	<b>1.780,19</b>	<b>2.817,16</b>	<b>3.623,52</b>	<b>128,62%</b>	<b>0,77%</b>	<b>103,55%</b>	<b>2,86%</b>

Fonte: GPECI - DPAR

PIB a preços correntes de 469.238,00 milhões de MT

**Gráfico 1.** Evolução da Receita Total Cobrada – 2012 -2013, em Milhões de MT



**Gráfico 2.** Estrutura da Receita Total Cobrada – 2013

Conforme o gráfico 2 ao lado, dos quatro grandes grupos dos impostos ilustrados, maior destaque vai para as receitas fiscais, com uma contribuição de 85,22% da receita total.

## 2.2. Contribuição dos Grandes Contribuintes e dos Megaprojectos<sup>2</sup>

### 2.2.1. Contribuição Fiscal dos Grandes Contribuintes

Para uma melhor gestão dos Grandes Contribuintes foi instalada uma Base de Dados dos Megaprojectos e Grandes Contribuintes em 2012, sendo que, no período em análise, procedeu-se a actualização do universo da carteira fiscal dos Grandes Contribuintes, passando o número de 1.160 para 1.205. importa referir que, no período, 174 e 154 grandes contribuintes das UGC's da Beira e Nampula, respectivamente, cessaram actividades, passando o número de, para 170 e 153, respectivamente.

**Tabela 3** Grandes Contribuintes dos Impostos Internos

Unidades de Cobrança		Nº de Contribuintes
UGC's	Maputo	531
	Beira	170
	Nampula	153
<b>Sub Total 1</b>		<b>854</b>
DAF's		351
<b>Total</b>		<b>1.205</b>

Do total dos 1.205 grandes contribuintes, 854 cumprem as suas obrigações fiscais nas UGC's e os restantes 351 fazem-no nas DAF's, conforme a tabela 3, ao lado.

Fonte: DCAT-DUGCAT

Com a implementação dos novos Critérios de Classificação dos Grandes Contribuintes<sup>3</sup>, a DCAT em articulação com a DTIC, em Julho de 2013 procedeu a uma avaliação da carteira fiscal dos contribuintes, em todas as unidades de cobrança (UGC's e DAF's), com base nos critérios de selecção de volume de vendas e de impostos pagos, tendo identificado 896 contribuintes que reúnem os requisitos definidos para ascensão à categoria de grandes contribuintes. Do total identificado: 550 são da Região Sul, 203 da Região Centro e 143 da região Norte.

<sup>2</sup>São considerados megaprojectos todos os projectos cujo investimento exceda a 12 milhões e quinhentos mil meticais, bem como os investimentos em infra-estruturas de domínio publico levadas a cabo sob regime de concessões, de acordo com o artigo 36 do código de benefícios fiscais, aprovados pela lei 4/2009, de 12 de Janeiro e a classificação do Grande Contribuinte depende do valor médio de IVA, volume de exportações e volume de vendas/volume de negócios, realizados nos últimos três anos, conforme o anexo IV do presente relatório.

<sup>3</sup>Aprovados na Iª Sessão Extraordinária do CST, realizado no dia 6 de Fevereiro de 2013, e harmonizados com a CTA, através da nota com a referência, CTA/DE/MM/149/2013, de 23 de Maio de 2013.



**Peso da Cobrança dos GC's na Receita cobrada pela AT**

Em termos de peso na receita fiscal da AT, a contribuição total dos Grandes Contribuintes no período foi de 72.080,12 milhões de MT, correspondente a 56,80% da receita total da AT e 15,36% do PIB a preços correntes, dos quais: 28,99% são referentes aos contribuintes que se encontram nas UGC's, 4,30% dos grandes contribuintes das DAF's e 23,51% respeitante a receita cobrada dos Grandes Contribuintes a nível da DGA<sup>4</sup>, conforme ilustrado na tabela 4. Em termos comparativos importa destacar que esta realização corresponde a um incremento de 26,01% em relação a cobrança realizada no período homólogo anterior, situada em 57.200,00 milhões de MT.

**Tabela 4.** Contribuição dos Grandes ContribuintesUnidade: 10<sup>6</sup>MT

Descrição	Valor	Estrutura
Grandes Contribuintes nas UGC's	36.791,38	28,99%
Grandes Contribuintes nas DAF's	5.451,09	4,30%
Grandes Contribuintes nas Alfândegas	29.837,65	23,51%
<b>Sub Total (a)</b>	<b>72.080,12</b>	<b>56,80%</b>
Outros (Pequenos e Médios) nos Impostos Internos	45.758,22	36,06%
Outros (Pequenos e Médios) nas Alfândegas	9.069,37	7,15%
<b>Sub Total (b)</b>	<b>54.827,59</b>	<b>43,20%</b>
<b>Total da Receita da AT</b>	<b>126.907,71</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: DCAT- DUGCAT

**2.2.2. Contribuição Fiscal dos Megaprojectos**

Em 2013 estiveram em actividade 8 Megaprojectos<sup>5</sup> e contribuíram para os cofres do Estado com o montante de 19.947,76 milhões de MT contra 10.778,83 milhões de MT cobrados em igual período do ano de 2012, o que representa um crescimento em termos nominais de 85,06% e uma contribuição de 15,72% sobre a receita total. Contribuíram mais para este crescimento os sectores de Exploração de Petróleos e de Recursos Minerais, cujos crescimentos são de 117,12% e 36,21%, respectivamente, conforme a tabela 5 e gráfico 3.

Em termos de impostos, pode-se observar na tabela 4 e gráfico 3 que a rubrica IRPC é a que mais cresceu ao atingir 106,95% no período, com a cobrança de 16.259,90 milhões de MT contra 7.857,01 milhões de MT cobrados no período homólogo de 2012, seguido pela rubrica IRPS com 49,04% de crescimento nominal, correspondentes a cobrança de 2.067,57 milhões de MT contra 1.387,28 milhões de MT alcançados no ano de 2012. Neste período, destacam-se ainda pela negativa as rubricas Taxas de Concessão e Dividendos, ao decrescerem em 11,18% e 5,08%, respectivamente.

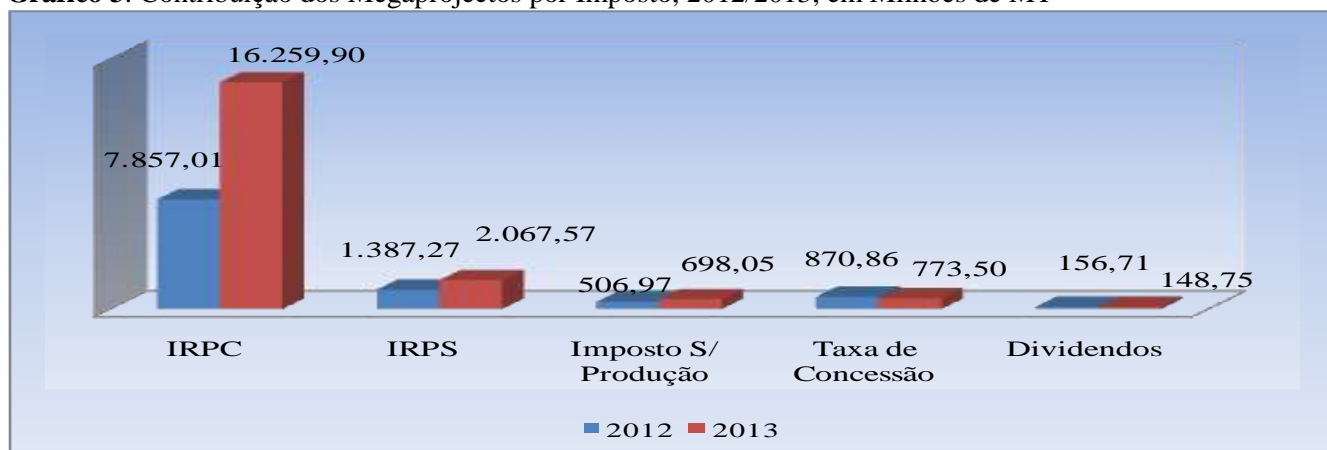
**Tabela 5.** Contribuição Fiscal dos MegaprojectosUnidade: 10<sup>6</sup>MT

Descrição	IRPC			IRPS			Imposto S/ Produção			Taxa de Concessão			Dividendos			Total		
	2012	2013	Cresc. Nom	2012	2013	Cresc. Nom	2012	2013	Cresc. Nom	2012	2013	Cresc. Nom	2012	2013	Cresc. Nom	2012	2013	Cresc. Nom
Produção de Energia	94,92	237,40	150,11%	149,02	161,30	8,24%	-	-	-	870,86	773,50	-11,18%	139,15	148,75	6,90%	1.253,95	1.320,96	5,34%
Exploração de Petróleo	6.932,48	15.208,93 *	119,39%	85,79	234,89	173,79%	214,17	259,27	21,06%	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	7.232,44	15.703,10	117,12%
Exploração de Rec. Minerais	530,08	503,72	-4,97%	952,00	1.475,00	54,94%	292,80	438,78	49,85%	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	1.774,89	2.417,50	36,21%
Outros Megaprojectos	299,53	309,84	3,44%	200,46	196,37	-2,04%	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	17,56	0,00	-100,00%	517,55	506,22	-2,19%
<b>Total</b>	<b>7.857,01</b>	<b>16.259,90</b>	<b>106,95%</b>	<b>1.387,27</b>	<b>2.067,57</b>	<b>49,04%</b>	<b>506,97</b>	<b>698,05</b>	<b>37,69%</b>	<b>870,86</b>	<b>773,50</b>	<b>-11,18%</b>	<b>156,71</b>	<b>148,75</b>	<b>-5,08%</b>	<b>10.778,83</b>	<b>19.947,76</b>	<b>85,06%</b>
<b>Contribuição na Receita Total</b>																	<b>15,72%</b>	

\*Deste montante, 12.157,30 milhões de MT, são referentes a tributação de Mais valias

Fonte: DGI-DMPIF

<sup>4</sup>Captada através da JUE e do TIM's (Lista de Grandes Contribuintes-2013)<sup>5</sup>Obedecendo a seguinte distribuição: (i) Indústria extractiva (sectores de petróleo e de recursos minerais); (ii) Indústria transformadora (fundição); e (iii) Indústria energética.

**Gráfico 3.** Contribuição dos Megaprojectos por Imposto, 2012/2013, em Milhões de MT

Em termos globais, seguem-se as participações na receita por sector, cujos desempenhos registados foram:

- No **Sector de Produção de Energia**, alcançou-se um nível cobrança de 6,62% em relação ao total da receita dos megaprojectos e um crescimento nominal de 5,34% quando comparado com período homólogo de 2012. Este desempenho foi influenciado pela rubrica IRPC ao alcançar um crescimento de 150,11% em relação ao ano de 2012, explicado essencialmente pela tributação de rendimentos de não residentes. Importa também referir que o montante de 773,50 milhões de MT cobrado da rubrica Taxa de Concessão, conforme ilustra a tabela 5, inclui os valores de 277,93 milhões de MT e 19,85 milhões de MT, que representam valores consignados pelo Estado às empresas Cenelec e FUNAE, respectivamente.
- O **Sector de Exploração de Petróleos**, registou um incremento na ordem de 117,12%, quando comparado com o período homólogo anterior, influenciado pela tributação das mais-valias em sede do IRPC, decorrentes da transição de activos, entre entidades de direito económico e comercial, ou seus legítimos representantes, nos termos dos artigos 37 e 38 do Códigos do IRPC, conjugados com os artigos 39, 40 e 47 do Código do IRPS, que culminaram com a cobrança de 12.157,30 milhões de MT. O crescimento foi influenciado ainda pela tributação de rendimentos de não residentes, resultante das actividades de prospecção e pesquisa levadas a cabo, na bacia do Rovuma, por um novo mega projecto (Eni East Africa S.pa), e também pelo processo de tributação de fornecedores não residentes da Kenmare
- O **Sector de Exploração de Recursos Minerais** registou um crescimento de 36,21% quando comparado com o período homólogo anterior, influenciado positivamente pelas rubricas IRPS com 54,94% e Imposto sobre a Produção com 49,85%, conforme a tabela 5. O incremento do Imposto sobre a Produção é explicado pelo início da exportação de carvão pela empresa Rio Tinto Benga, a partir do 2º semestre de 2012 e do início de produção da segunda fábrica da Kenmare (areias pesadas de Moma), a partir de 2013, facto que fez com que a produção passasse a cerca de 100.000 toneladas/mensais, contra uma produção média mensal anterior de cerca de 60.000 toneladas.

### 2.2.3. Contribuição Fiscal das Instituições Financeiras

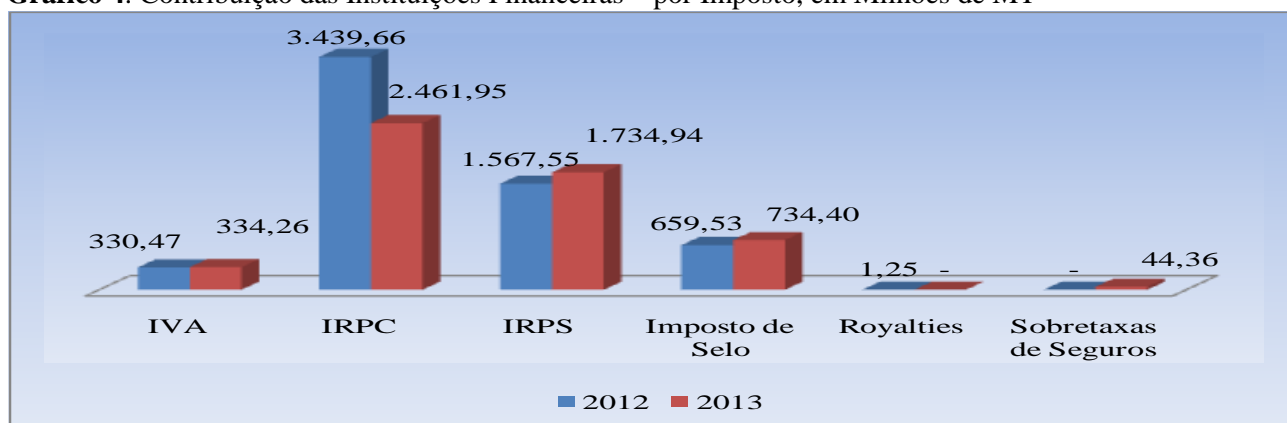
As Instituições Financeiras contribuíram com um total de 5.309,81 milhões de MT, que representa uma redução de 11,46%, quando comparado com igual período de 2012, que foi de 5.997,20 milhões de MT.

Nesta área o destaque vai para o sector das Sociedades de Locação Financeira que registou um crescimento nominal de 92,78% e o das Seguradoras que decresceu em 36,20%, quando comparados com o período homólogo de 2012, justificado pelo registo de prejuízos neste sector das principais intuições financeiras. Por outro lado e por imposto, o IRPC registou a maior cobrança ao se arrecadar 2.461,95 milhões de MT, seguido pelo IRPS onde se cobrou para os cofres do Estado 1.734,94 milhões de MT, conforme os dados da tabela 6 e do gráfico 4.

**Tabela 6.** Contribuição Fiscal das Instituições FinanceirasUnidade: 10<sup>6</sup>MT

Descrição	IVA			IRPC			IRPS			Imposto de Selo			Royalties			Sobretaxas de Seguros			Total		
	2012	2013	Cresc. Nominal	2012	2013	Cresc. Nominal	2012	2013	Cresc. Nominal	2012	2013	Cresc. Nominal	2012	2013	Cresc. Nominal	2012	2013	Cresc. Nominal	2012	2013	Cresc. Nominal
Instituições de Crédito	294,91	265,67	-9,92%	2.524,39	2.064,53	-18,22%	1.202,70	1.310,98	9,00%	535,93	625,89	16,79%	-	-	-	-	-	-	4.557,93	4.267,07	-6,38%
Seguradoras	11,89	14,47	21,73%	253,93	66,57	-73,78%	56,12	50,08	-10,76%	123,13	108,46	-11,92%	-	-	-	-	44,36	-	445,06	283,94	-36,20%
Soc. De Locação Financeira	23,04	53,83	133,69%	9,46	15,23	60,93%	12,27	18,13	47,81%	0,47	0,01	-98,93%	1,25	-	-	-	-	45,23	87,19	92,78%	
Outras Instituições Financeiras	0,64	0,30	-53,44%	651,87	315,62	-51,58%	296,47	355,65	19,96%	-	0,04	0,00%	-	-	-	-	-	948,97	671,61	-29,23%	
<b>Total</b>	<b>330,47</b>	<b>334,26</b>	<b>1,15%</b>	<b>3.439,66</b>	<b>2.461,95</b>	<b>-28,42%</b>	<b>1.567,55</b>	<b>1.734,84</b>	<b>10,67%</b>	<b>659,53</b>	<b>734,40</b>	<b>11,35%</b>	<b>1,25</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>44,36</b>	<b>-</b>	<b>5.997,20</b>	<b>5.309,81</b>	<b>-11,46%</b>

Fonte: DGI-DMPIF

**Gráfico 4.** Contribuição das Instituições Financeiras – por Imposto, em Milhões de MT

# **III. FORTALECIMENTO DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES FISCAIS**

### 3.1. Auditorias e Fiscalizações dos Impostos Internos e das Alfândegas

Em 2013 foram realizadas 1.174 auditorias, correspondentes a 80,97% da meta estabelecida (1.450 auditorias), das quais, 372 pela área dos impostos sobre o comércio externo e 802 pela área dos impostos internos. Estes trabalhos permitiram a dinamização e recuperação de receitas adicionais, no valor global de 915,25 milhões de MT, sendo 479,21 milhões de MT, pela DAFT e 436,04 milhões de MT pela DAII, montantes que, comparativamente ao exercício de 2012, representam um crescimento de 199,65%, tendo em conta o valor de 159,92 milhões de MT cobrados naquele período. Esta cobrança representa um nível de realização de 293,77% em relação a meta fixada para o ano de 163,12 milhões de MT.

#### 3.1.1. Auditorias e Fiscalizações Tributárias

Das 802 auditorias realizadas pela área dos impostos internos, 205 foram realizadas pela DAFT, no âmbito da prevenção e combate à fraude e evasão fiscais, correspondentes a 89,13% da meta estabelecida de 230 para o presente ano, das quais 15 foram de confirmação de dados e cruzamento de facturas extraídas de extractos de fornecedores, 22 para verificação de pedidos de reembolso em IVA e IR, 5 de verificação de sistema informáticos e 163 de auditorias gerais e de denúncias, abrangendo vários sectores de actividade, de acordo com o nível de risco previamente identificado.

Em termos de resultados, foi apurado o imposto de 2.082,32 milhões de MT, de uma matéria colectável de 10.484,41 milhões de MT, conforme a tabela 7 e gráfico 5, representando um significativo incremento tanto da matéria colectável assim como do imposto apurado, ao alcançar 49,22% e 12,97%, respectivamente, quando comparados com igual período de 2012.

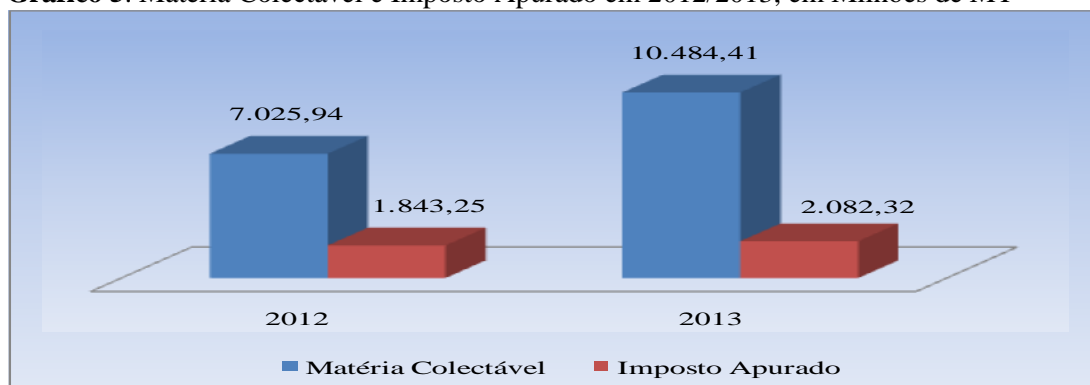
Tabela 7. Matéria Colectável e Imposto Apurado – 2013

*Unidade: 10<sup>6</sup>MT*

Descrição	Matéria Colectável			Imposto Apurado (devido)		
	2012	2013	Cresc. Nominal	2012	2013	Cresc. Nominal
Iva- Vendas Sonegadas	1.360,37	4.537,17	233,52%	270,49	533,26	97,15%
IVA- Deduções Indevidas	-	-	0,00%	130,64	200,59	53,54%
IVA- Mercadorias sem Factura	-	-	0,00%	-	0,04	N/A
IRPC (Tributação Autónoma)	36,77	627,71	1607,02%	12,13	80,75	565,41%
IRPC (Taxa Liberatória)	68,16	-	-100,00%	12,85	-	-100,00%
IRPC (Materia Colectável Adicional)	153,72	5.186,28	3273,74%	53,96	1.243,80	2205,19%
IRPS (Trabalho Dependente)	10,51	112,58	970,73%	2,27	14,48	536,78%
IRPS (Outros)	5.396,40	11,10	-99,79%	1.360,91	7,83	-99,42%
Taxa sobre Combustíveis	-	9,57	N/A	-	1,58	N/A
<b>Total</b>	<b>7.025,94</b>	<b>10.484,41</b>	<b>49,22%</b>	<b>1.843,25</b>	<b>2.082,32</b>	<b>12,97%</b>

Fonte: DGI-DAFT

Gráfico 5. Matéria Colectável e Imposto Apurado em 2012/2013, em Milhões de MT



#### 3.1.1.1. Trabalhos Externos Realizados pelas DAF's, UGC's e DAFT

A nível das DAF's/UGC's, foram realizadas 597 auditorias e fiscalizações tributárias, correspondentes a um grau de realização de 72,80% sobre a meta anual programada de 820 auditorias. Esta realização representa um decréscimo de 26,21% em relação a igual período de 2012, cuja realização situou-se em 809 auditorias devido a:

- Transferências de quadros para as unidades de cobrança, sobretudo durante o 2º semestre, com destaque para as Unidades dos Grandes Contribuintes, após a constatação de que a maior parte delas tinham declarado lucros baixos;
- Dispersão de técnicos como resultado da criação de Postos de Cobranças.

**Tabela 8.** Valor Apurado por Imposto nas DAF's e UGC's – 2013

Unidade: 10<sup>6</sup>MT

Descrição	Apuramento nas DAF's e UGC's		Crescimento Nominal
	2012	2013	
IVA	308,96	218,58	-29,25%
IRPS	43,99	67,03	52,38%
IRPC	489,51	123,02	-74,87%
Outros	5,22	79,67	1426,75%
<b>Total</b>	<b>847,68</b>	<b>488,30</b>	<b>-42,40%</b>

Os impostos apurados como resultado das auditorias a nível das DAF's e UGC's de todo o país foi de 488,30 milhões de MT, e representa um decréscimo de 42,40% em relação ao ano anterior, de conforme a tabela 8.

Fonte: DGI-DAFT

Em termos globais conforme mostra a tabela 9, como resultado das auditorias realizadas na área dos impostos internos, nas províncias de Cabo Delgado, Zambézia, Sofala, Tete e Manica, foi apurado o montante de 2.570,63 milhões de MT, correspondente a um decréscimo de 4,47%, quando comparado com igual período de 2012.

**Tabela 9.** Valor Apurado pelas DAFT, DAF's e UGC's – 2013

Unidade: 10<sup>6</sup>MT

Descrição	Nº de Empresas Visitadas		Cresc. Nominal	Imposto Apurado		Cresc. Nominal
	2012	2013		2012	2013	
DAFT- Nível local	285	114	-60,00%	1.843,25	1.387,80	-24,71%
DAFT-Nas Províncias	0	91	n/a	-	694,52	n/a
DAF's/UGC's	809	597	-26,21%	847,68	488,30	-42,40%
<b>Total</b>	<b>1.094</b>	<b>802</b>	<b>-26,69%</b>	<b>2.690,93</b>	<b>2.570,63</b>	<b>-4,47%</b>

Fonte: DGI-DAFT

As acções de auditoria realizadas em todos os sectores das actividades económicas do país, culminaram com cobrança de impostos adicionais no montante global de 479,21 milhões de MT, representando um incremento de 199,64%, quando comparado com o período homólogo anterior, cuja cobrança foi de 159,93 milhões de MT. Destaca-se nesta cobrança em termos absolutos a região sul com uma recuperação de 271,33 milhões de MT e, em termos de crescimento relativamente ao período homólogo de 2012 a região centro com uma variação de 1771,41%, conforme a tabela 10. Este resultado foi alcançado como resultado do enfoque para grandes contribuintes.

**Tabela 10.** Cobranças Resultantes das Auditorias em 2013Unidade: 10<sup>6</sup>MT

Descrição	Total 2012	IVA	IRPC	IRPS	Imp. Selo	ISPC	Multas	Taxas liberat.	Total 2013	Crescimento Nominal
Região Sul	134,22	143,95	53,71	53,55	1,82	0,00443	18,30	-	271,33	102,15%
Região Centro	7,31	18,02	65,59	2,83	-	-	8,07	42,27	136,80	1771,41%
Região Norte	18,40	56,60	3,71	10,66	-	-	0,12	-	71,08	286,30%
<b>Total</b>	<b>159,93</b>	<b>218,58</b>	<b>123,02</b>	<b>67,03</b>	<b>1,82</b>	<b>0,00443</b>	<b>26,49</b>	<b>42,27</b>	<b>479,21</b>	<b>199,64%</b>

Fonte: DGI-DAFT

### 3.1.1.2. Análise de Processos de Contas

Da meta anual fixada de 2.250 (dois mil e duzentos e cinquenta) declarações de informação contabilística e de rendimentos de sujeitos passivos singulares e colectivos, foram analisadas e confirmadas, no período, **2.268** declarações dos exercícios de 2007 a 2011 correspondentes a um grau de realização de 100,80% da meta anual. Esta realização representa um decréscimo de 3,53%, quando comparada com o período homólogo anterior, no qual foram analisadas e confirmadas 2.351 declarações (meta de 2012 2.200 Processos de contas), conforme a tabela 11.

Dos processos analisados, resultou a matéria colectável de 985,22 milhões de MT, correspondentes a um decréscimo de 34,37%, comparativamente ao período homólogo anterior cuja matéria colectável foi de 1.501,21 milhões de MT, porém em termos de imposto apurado registou-se um crescimento na ordem de 10,66%, ao situar-se no montante de 158,33 milhões de MT, contra o valor de 143,08 milhões de MT de igual período de 2012.

**Tabela 11.** Processos Analisados e Impostos ApuradosUnidade: 10<sup>6</sup>MT

Anos	Processos Analisados		Cresc. Nominal	Matéria Coletável		Cresc. Nominal	IRPC Apurado		Cresc. Nominal
	2012	2013		2012	2013		2012	2013	
2007	1.717	0	0,00%	1.364,12	-	-100,00%	-	-	-
2008	193	1623	740,93%	41,50	586,65	1313,60%	132,65	111,02	-16,31%
2009	338	219	-35,21%	59,14	161,28	172,72%	3,62	20,16	456,78%
2010	100	291	191,00%	36,33	132,19	263,89%	5,96	23,96	301,98%
2011	3	135	4400,00%	0,12	105,10	84771,02%	0,85	3,20	276,43%
<b>Total</b>	<b>2.351</b>	<b>2268</b>	<b>-3,53%</b>	<b>1.501,21</b>	<b>985,22</b>	<b>-34,37%</b>	<b>143,08</b>	<b>158,33</b>	<b>10,66%</b>

Fonte: DGI-DAFT

### 3.1.1.3. Comité de Implementação do Projecto das NIRF's

Para o cumprimento eficaz da aplicação das Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF), concebidas e divulgadas pelo organismo internacional (IASB), a AT tem vindo a envolver-se no processo de implementação das NIRF's em Moçambique, através do Comité de Implementação do Projecto, todas as instituições relevantes e identificadas como fundamentais para o sucesso do processo, nomeadamente Ernest & Young e outras. O processo de implementação das NIRF's esta na fase prática ou seja na análise por parte dos técnicos, de processos de contabilidade das empresas que já adoptaram as NIRF's.

## 3.1.2. Fiscalizações e Auditorias Pós-desembaraço Aduaneiro

Como forma de estancar a fuga do cumprimento das obrigações aduaneiras, durante o período em análise foram realizadas 372 auditorias pós-desembaraço às empresas, correspondentes a um grau de realização de 82%, da meta de 450 auditorias anuais. Adicionalmente a estas acções, foram iniciadas

iniciadas 558 casos de investigação que representa um incremento de 68,58% em relação ao número de acções levadas a cabo no ano d 2012, que situou-se em 331 casos.

No que concerne à recuperação de receitas adicionais para os cofres do Estado, as acções acima referidas resultaram na colecta do valor de 436,04 milhões de MT, sendo 242,08 milhões de MT derivados do reforço dos perfis de risco e selecção criteriosa de contentores, 98,90 milhões de MT de cobranças resultantes das investigações e 93,00 milhões de MT de cobrança derivado das auditorias pós-desembaraço. O valor recuperado, corresponde a um crescimento de 56,95%, quando comparado com o desempenho de igual período de 2012, cuja execução situou-se nos 277,82 milhões de MT, conforme a tabela 12.

**Tabela 12.** Análise Comparativa da Receita da DAI – 2012/2013

Unidade: 10<sup>6</sup>MT

Período	Investigação	BRT	APDA	Informações	Operação Legalidade	Total
2012	87,99	4,20	59,83	125,31	0,49	<b>277,82</b>
2013	98,90	2,06	93,00	242,08	-	<b>436,04</b>
Crescimento Nominal	12,39%	-50,94%	55,44%	93,19%	-100,00%	<b>56,95%</b>

Fonte: DGA-DAI

Destacam-se como resultados destas acções os seguintes resultados: i) apreensão de 130 cachimbos de marfim e 133.286,00USD, por tentativa de exportação sem cumprimento de formalidades aduaneiras; ii) Apreensão de um contentor contendo drogas, não especificadas; iii) Apreensão de 5.2 toneladas de um produto com suspeitas de tratar-se de haxixe, devidamente encaminhado à Polícia de Investigação Criminal; iv) Apreensão de 17.3kg de cornos de rinoceronte, cujo processo foi remetido ao Ministério Público; e v) Apreensão de 49 pulseiras de marfim, também remetido ao Ministério Público; Apreensão de 10 contentores de madeira de espécie Mondzo, por tentativa de exportação em toros.

### 3.2 Processos de Contencioso Fiscal e Processos Executivos

#### 3.2.1 Processos de Contencioso Fiscal

Durante o período em análise foram instaurados 3.262 processos de contencioso no valor de 727,76 milhões de MT, tendo sido adicionados aos 7.586 processos no valor de 996,28 milhões de MT, transitados de 2012, destes, conforme a tabela 11, foram cobrados 1.909 no valor de 103,41 milhões de MT, anulados 33 no valor de 2,91 milhões de MT e virtualizados 332 no montante de 82,15 milhões de MT.

Analisando a tabela 11 abaixo, verifica-se um decréscimo em 21,07% dos processos instaurados em 2013, relativamente ao ano de 2012, facto explicado pela redução das infracções como resultado de um domínio cada vez mais crescente da aplicação da legislação tributária, bem como cumprimento dos prazos de pagamento pelos sujeitos passivos, sendo que, este facto está também relacionado com as campanhas de sensibilização, anúncios e publicidades levadas a cabo pelos órgãos de informação. Com relação a cobrança, importa referir que, registou-se um decréscimo de 3,83% em termos de quantidade de processos e crescimento de 8,52% no que se refere aos valores, como consequência da concentração em processos com maiores valores.



**Tabela 13.** Resumo dos Processos de ContenciosoUnidade: 10<sup>6</sup>MT

Ordem	Descrição	Jan/Dez 2012		Jan/Dez 2013		Cresc. Nominal	
		Qtd	Valores	Qtd	Valores	Qtd	Valores
1	Saldo em 1 de Janeiro	3.412	1.391,29	7.586	996,28	122,33%	-28,39%
2	<b>Instaurados</b>	<b>4.133</b>	<b>898,56</b>	<b>3.262</b>	<b>727,76</b>	<b>-21,07%</b>	<b>-19,01%</b>
	<b>Subtotal</b>	<b>7.545</b>	<b>2.289,85</b>	<b>10.848</b>	<b>1.724,03</b>	<b>43,78%</b>	<b>75,29%</b>
3	<b>Cobrados</b>	<b>1.982</b>	<b>95,29</b>	<b>1.906</b>	<b>103,41</b>	<b>-3,83%</b>	<b>8,52%</b>
4	Anulados	99	39,09	33	2,91	-66,67%	-92,56%
5	Virtualizados	365	77,89	332	82,15	-9,04%	5,46%
6	Contestados	262	125,56	224	151,31	-14,50%	20,51%
7	Rec. ao TA	58	59,49	0	0,00	-100,00%	-100,00%
8=1+2-3-4-5	Saldo em 31 de Dez	5.099	2.077,58	8.577	1.535,57	68,21%	-26,09%

Fonte: DGI - DCT

### Processos de Contencioso Fiscal que se encontram nos Tribunais Fiscais

No que diz respeito aos processos contestados importa referir que, durante o período em análise, foram recorridos aos Tribunais Fiscais, 56 processos no valor de 98,83 milhões de MT, por contribuintes sedeados nas DAF's de Cuamba, Pemba, Nacala, Nampula, Quelimane, Mocuba, Xai-Xai, UGC's de Nampula e Beira e adicionados ao stock transitado de 2012, em número de 522 processos no valor de 1.433,39 milhões de MT. Destes processos, foram sentenciados 23, dos quais 20 no montante de 3,83 milhões de MT, já cobrados. Transitam para 2014 555 processos correspondentes a valor de 1.527,68 milhões de MT.

### Processos de Contencioso Fiscal que se encontram no Tribunal Administrativo

No que se refere aos processos de contencioso que se encontram no Tribunal Administrativo, por falta de entrega do imposto assim como do incumprimento das obrigações acessórias, realça-se a existência de um stock de 141 processos no valor de 228,93 milhões de MT em 31 de Dezembro de 2012, tendo sido recorridos durante o período em apreciação 4 processos no valor de 4,42 milhões de MT. Ainda neste período foi cobrado um processo no valor de 0,67 milhões de MT. Os processos em referência pertencem as unidades: UGC's de Nampula, Beira, e Maputo e as DAF's de Pemba, Nampula, Nacala, Quelimane, Chimoio, 1º e 2º Bairro da Beira, Inhambane, Quissico, Vilankulos, Chokwé, Xai-Xai, 1º e 2º Bairro de Maputo e Matola.

### Processos Contenciosos de Grandes Contribuintes nas UGC's

No que se refere à tramitação de processos de contencioso de Grandes Contribuintes nas UGC's, registaram-se os seguintes desenvolvimentos:

- **UGC Maputo** – Em 2013, foram instaurados 106 processos de transgressões no valor de 40,81 milhões de MT, dos quais 90 foram pagos e o remanescente está em curso;
- **UGC Beira** – Existiam em 01 de Janeiro de 2013, 60 processos correspondente a 5,79 milhões de MT, sendo que no decurso do período em análise, foram: i) instaurados 206 processos no valor de 46,04 milhões de MT; ii) cobrados 137 no valor de 1,87 milhões de MT; iii) virtualizados 16 no valor de 0,72 milhões de MT; e iv) anulados 07 no valor de 7,44 milhões de MT.
- **UGC Nampula** – Do total de 125 processos no valor de 106,11 milhões de MT existentes à 01 de Janeiro de 2013, foram, durante o período em análise: i) instaurados 86 processos no valor de 6,26 milhões de MT; ii) transferidos da DAF Nampula 1 processo no valor de 0,11 milhões de MT; iii) cobrados 119 processos no valor de 10,94 milhões de MT; iv) virtualizados 6 no valor de 2,75 milhões de MT.

milhões de MT, ficando um saldo a 31 de Dezembro de 2013 de 87 processos no valor de 98,79 milhões de MT.

### 3.2.2 Processos Executivos

Relativamente aos processos Executivos, do saldo de 127.641 processos no valor de 2.315,45 milhões de MT existentes em 31 de Dezembro de 2012, foram, durante o período em análise, acrescidas as seguintes operações:

- Instauração de 2.108 processos no valor de 428,92 milhões de MT, o que representa um crescimento de 8,44% e um decréscimo de 22,53%, em termos de quantidade e valor, respectivamente, quando comparado com igual período do ano anterior, de acordo com a tabela 14; e
- Cobrança de 989 processos no valor de 115,93 milhões de MT, o que representa um decréscimo de 34,42% em termos quantitativos, contrariamente aos valores, registou-se um incremento na ordem de 11,05% em razão da cobrança de 115,93 milhões de MT, se comparado com a cobrança do período homólogo do ano anterior, conforme a tabela 14 e gráfico 6.

No que diz respeito aos saldos que transitam para períodos subsequentes, nota-se uma redução em 5,06% em termos quantitativos do stock, no entanto, em relação aos valores há um incremento de 13,34%, como consequência de maior número de processos findos, quer por cobrança quer por anulação e com menor valor (*Total 2*), em relação aos instaurados, segundo ilustra a tabela 14.

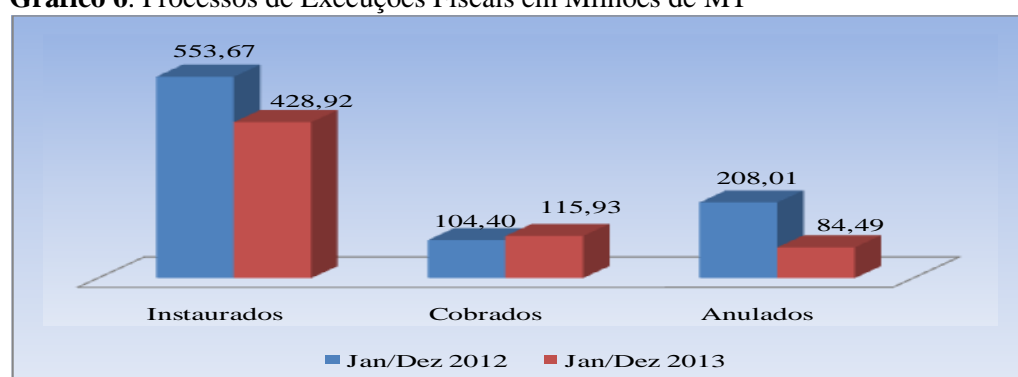
**Tabela 14.** Resumo de Processos Executivos

Unidade: 10<sup>6</sup>MT

Ordem	Descrição	Jan/Dez 2012		Jan/Dez 2013		Cresc Nominal	
		Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor
1	Saldo em 1 de Janeiro	156.196	2.003,24	127.641	2.315,45	-18,28%	15,59%
2	Instaurados	1.944	553,67	2.108	428,92	8,44%	-22,53%
Total 1	Soma (1+2)	158.140	2.556,91	129.749	2.744,37	-17,95%	7,33%
3	Cobrados	1.508	104,40	989	115,93	-34,42%	11,05%
4	Anulados	28.475	208,01	7.094	84,49	-75,09%	-59,38%
Total 2	Soma (3+4)	29.983	312,41	8.083	200,42	-73,04%	-35,84%

Fonte: DGI-DCT

**Gráfico 6.** Processos de Execuções Fiscais em Milhões de MT



A cobrança global de Janeiro a Dezembro de 2013 foi de 219,34 milhões de MT, dos quais 103,41 milhões de MT são referentes aos processos de Contencioso Fiscal e 115,93 milhões de MT de processos Executivos, representando um crescimento nominal de 9,84% quando comparada com a cobrança global de 2012, situada em 199,69 milhões de MT.

## Idade dos Processos Executivos

Os processos executivos encontram-se estratificados em três grupos de idade, como se ilustra na tabela 15, sendo que o grupo dos processos com mais de 3 anos é o mais significativo ao situar-se na ordem de 81,24% do total em termos de quantidades, verificando-se o contrário no que diz respeito aos valores. Este grupo requer maior atenção devido ao risco de prescrição que apresenta, sendo que a maior dificuldade para a sua cobrança, tem a ver com a difícil localização dos respectivos devedores devido à sua mobilidade, acontecendo por vezes sem comunicar a Administração Fiscal.

**Tabela 15.** Idade dos Processos Executivos

Unidades: 10<sup>6</sup> MT

Idade	Processos		Peso	
	Qtd	Valores		
Menos de 1 ano	5.212	396,61	4,28%	15,59%
Entre 1 a 3 anos	17.610	1.075,46	14,47%	42,28%
Mais de 3 anos	98.844	1.071,87	81,24%	42,13%
<b>Total</b>	<b>121.666</b>	<b>2.543,94</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: DGI – DCT

## Processos Executivos que se encontram no Tribunal Administrativo

Relativamente aos processos Executivos com litígios em Tribunais, destacar, que foram sentenciados 19 processos no valor de 33,84 milhões de MT, dos quais, 14 processos foram decididos a favor da AT e que ditaram a recuperação de 26,38 milhões de MT e os restantes 5 processos no valor de 7,46 milhões de MT, foram a favor dos sujeitos passivos, alguns dos quais recorridos ao plenário, sendo o saldo actual dos processos com litígios em Tribunais de 31, no valor de 199,35 milhões de MT, situados 5 no Juízo das Execuções Fiscais da Beira, no valor de 42,08 milhões de MT e 26 no Juízo das Execuções Fiscais de Maputo, no montante de 157,28 milhões de MT.

## Recuperação da Dívida Tributária

Com o objectivo de elevar cada vez mais os índices de recuperação da dívida tributária, o que se traduzirá no incremento da cobrança da receita, foi concluído em 2013 o processo de instalação do aplicativo informático de gestão de dívidas tributárias, iniciado em 2012 em 23 Juízos das Execuções Fiscais, com excepção do Juízo Fiscal de Chibuto devido a fraca capacidade das máquinas existentes naquela unidade.

### 3.2.3 Contencioso Aduaneiro

No âmbito da recuperação da receita evadida, em 2013, foram recebidos a nível nacional 2.892 processos de contencioso, entre pareceres jurídicos, informações técnicas, notas e ofícios, despachos de indicição, pagamentos voluntários, finalização de relatórios e vendas a leilão, equivalentes a 308,86 milhões de MT de valor aduaneiro, 86,11 milhões de MT de direitos e outras imposições aduaneiras e 4,47 milhões de MT de vendas a leilão, conforme a tabela 16. O valor dos direitos e demais imposições registou um decréscimo em 0,01% relativamente ao apurado em 2012, cujo valor foi de 314,28 milhões de MT.

Destes processos, 781 foram registados na Direcção de Serviços Contencioso Aduaneiro, 1.405 na DRS, 532 na DRC e 174 na DRN.

**Tabela 16.** Processos do Contencioso*Unidade 10<sup>6</sup>MT*

<b>Acções</b>	<b>Qtd</b>	<b>Valor aduaneiro</b>	<b>Dtos e Outras Imposições</b>	<b>Leilões</b>
Pareceres Jurídicos e Informações	601			
Notas e ofícios	1.567			
Relatórios finais	350	241,90	53,12	
Pag.tos Volutários	163	32,91	18,18	
Proc. Cont. técnico	1	1,02	0,78	
Vendas a leilão	24			4,47
Impugnações	5			
Participações	3			
Despacho de indicição	178	33,03	14,03	
<b>Total</b>	<b>2.892</b>	<b>308,86</b>	<b>86,11</b>	<b>4,47</b>

*Fonte:* DGA

Realçar que, em 2013, foi dada maior atenção aos processos de Contencioso Administrativo (mercadoria demorada) em estrita observância ao estabelecido no Contencioso Fiscal Aduaneiro parte II, combinado com Circular nº 4/DGA/2012, o que propiciou a recuperação de 4,47 milhões de MT facto inédito, considerando que a DCA esteve sempre mais virada aos processos fiscais.

### 3.3 Reembolsos

#### 3.3.1 Situação Geral dos Reembolsos dos Impostos sobre o Rendimento

No período em apreço, foram recebidos 22.257 pedidos de Reembolso de IR (IRPS e IRPC), no valor de 606,98 milhões de MT, tendo sido adicionados aos 5.981 pedidos no valor de 252,86 milhões de MT transitados de períodos anteriores na situação de análise. No mesmo período foram tratados 23.967 processos no valor de 375,58 milhões de MT, dos quais 18.623 dizem respeito ao exercício de 2013, no valor de 311,96 milhões de MT e os restantes são relativos a períodos anteriores (2005 á 2012), conforme ilustram a tabela 17.

Do total dos processos tratados foram pagos 21.355 processos no valor de 307,95 milhões de MT, dos quais 16.142 processos são referentes ao exercício de 2013 e os restantes são relativos a períodos anteriores (2005 á 2012).

Em termos acumulados, de 2005 a 31 de Dezembro de 2013, foram recebidos 87.179 pedidos de reembolso no valor de 1.906,00 milhões de MT, tendo sido tratados 78.603 pedidos no valor de 1.309,69 milhões de MT, pagos 69.465 processos no valor de 1.082,00 milhões de MT, encontrando-se na situação de análise 2.397 pedidos no montante de 466,83 milhões de Meticais

Em termos relativos, os pedidos tratados e pagos representam 90,16% e 79,68%, respectivamente, do total de pedidos solicitados acumulativamente, conforme a tabela 17 e o gráfico 7.

**Tabela 17.** Pedidos de Reembolso de IR em 2013 e Acumulado desde 2005

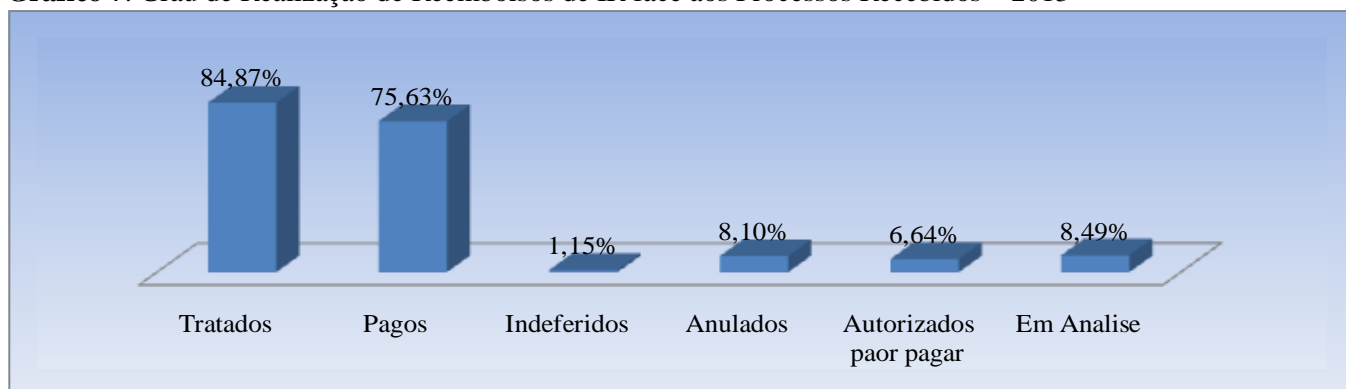
Unidade: 10<sup>6</sup> MT

Descrição	Pedidos recebidos em 2013		Total da prestação de 2013				Situação acumulada de 2005 a 31 de Dezembro de 2012		Situação acumulada de 2005 a 31 de Dezembro de 2013			
	Qtd	Valores	Qtd	Valores	Qtd	Valores	Qtd	Valores	Qtd	Valores	Qtd	Valores
Saldo Transitado de 2012[1]			5.981	252,86								
Solicitado	22.257	606,98	22.257	606,98			64.922	1.299,02	87.179	1.906,00		
<b>Total</b>	<b>22.257</b>	<b>606,98</b>	<b>28.238</b>	<b>859,84</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>64.922</b>	<b>1.299,02</b>	<b>87.179</b>	<b>1.906,00</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>
<b>Tratados</b>	<b>18.623</b>	<b>311,96</b>	<b>23.967</b>	<b>375,58</b>	<b>84,87%</b>	<b>43,68%</b>	<b>54.636</b>	<b>934,11</b>	<b>78.603</b>	<b>1.309,69</b>	<b>90,16%</b>	<b>68,71%</b>
Pagos	16.142	249,43	21.355	307,95	75,63%	35,81%	48.110	774,04	69.465	1.081,99	79,68%	56,77%
Indeferidos	231	5,02	326	6,29	1,15%	0,73%	5.736	69,09	6.062	75,38	6,95%	3,95%
Anulados	2.250	57,52	2.286	61,34	8,10%	7,13%	790	90,98	3.076	152,32	3,53%	7,99%
Autorizados por pagar	1.868	7,89	1.874	17,43	6,64%	2,03%	4.422	367,87	1.874	107,89	2,15%	5,66%
Em Análise	1.766	287,12	2.397	466,83	8,49%	54,29%	5.981	252,86	2.397	466,83	2,75%	24,49%

[1] Inclui 44,00 milhões de MT de dívida efectiva

Fonte: DGI-DRIR

**Gráfico 7.** Grau de Realização de Reembolsos de IR face aos Processos Recebidos – 2013



**Análise Comparativa - 2012/2013**

Comparativamente a igual período de 2012, verificou-se um incremento em termos absolutos de pedidos recebidos de IRPS na ordem de 6.355, correspondente a 40,05% e, em relação aos reembolsos em sede do IRPC registou-se um decréscimo de 2 pedidos, equivalentes a 5,56%, conforme a tabela 18.

Importa referir que os processos pagos durante o ano de 2013 registaram um incremento de 70,13% correspondentes a 8.803 processos, dos quais 7.714 são processos que deram entrada durante o ano de 2013 e 1.089 registados em anos anteriores.

**Tabela 18.** Análise Comparativa - 2012/2013Unidade: 10<sup>6</sup> MT

Descrição	Recebidos de Jan. a Dez.				Crescimento Nominal		Pagos de Janeiro a Dezembro				Crescimento Nominal	
	2012		2013				2012		2013			
	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor
1.1 IRPS	15.868	190,29	22.223	279,49	40,05%	46,87%	8.424	118,43	16.134	196,42	91,52%	65,85%
1.2 IRPC	36	156,2	34	327,49	-5,56%	109,69%	4	49,939	8	53,01	100,00%	6,15%
Sub Total 1	15.904	346,47	22.257	606,98	39,95%	75,19%	8.428	168,37	16.142	249,43	91,53%	48,14%
<b>Recebido em períodos anteriores</b>												
1.1 IRPS							4.122	41,01	5.202	40,27	26,20%	-1,80%
1.2 IRPC[1]							2	12,23	11	18,25	450,00%	49,26%
Sub Total 2							4.124	53,24	5.213	58,52	26,41%	9,92%
Total	15.904	346,47	22.257	606,98	39,95%	75,19%	12.552	221,61	21.355	307,95	70,13%	38,96%

[1] Indeferidos, suspensos, anulados e pagos

Fonte: DGI-DRIR

**3.3.2 Reembolsos de IRPS**

Em sede do IRPS, transitaram de 2012 para o exercício 5.877 pedidos em análise no valor de 79,47 milhões de MT e, adicionalmente foram recebidos até 31 de Dezembro de 2013, 22.223 pedidos de reembolso no montante de 279,49 milhões de MT. No mesmo período foram tratados 23.946 pedidos no montante de 304,03 milhões de MT, dos quais 18.615 no montante de 258,95 milhões de MT dizem respeito ao exercício de 2013 e os restantes a períodos anteriores, conforme a tabela 19 e gráfico 8.

**Tabela 19.** Reembolso do IRPSUnidade: 10<sup>6</sup> MT

Descrição	Prestação de Reembolsos obtida no exercício de 2013								Situação acumulada de 2005 a 31 de Dezembro de 2013			
	Pedidos recebidos em 2013		Total da prestação de 2013				Situação acumulada de 2005 a 31 de Dezembro de 2012					
	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor
Saldo Transitado para 2013			5.877	79,47								
Solicitado	22.223	279,49	22.223	279,49			64.653	725,95	86.876	1.005,43		
Total	22.223	279,49	28.100	358,96	100,00%	100,00%	64.653	725,95	86.876	1.005,43	100,00%	100,00%
<b>Tratados</b>	<b>18.919</b>	<b>305,28</b>	<b>23.946</b>	<b>304,03</b>	<b>85,22%</b>	<b>84,70%</b>	<b>54.472</b>	<b>556,02</b>	<b>78.418</b>	<b>860,04</b>	<b>90,26%</b>	<b>85,54%</b>
<b>Pagos</b>	<b>16.134</b>	<b>196,42</b>	<b>21.336</b>	<b>236,69</b>	<b>75,93%</b>	<b>65,94%</b>	<b>47.993</b>	<b>496,70</b>	<b>69.329</b>	<b>733,39</b>	<b>79,80%</b>	<b>72,94%</b>
Indeferidos	231	5,02	324	6,00	1,15%	1,67%	5.725	50,76	6.049	56,76	6,96%	5,64%
Anulados	2.250	57,52	2.286	61,34	8,14%	17,09%	754	8,55	3.040	69,89	3,50%	6,95%
Autorizados paor pagar	1.686	7,89	1.868	7,89	6,65%	2,20%	4.304	90,46	6.172	98,35	7,10%	9,78%
Em análise	1.740	12,64	2.286	47,04	8,14%	13,10%	5.877	79,47	2.286	47,04	2,63%	4,68%

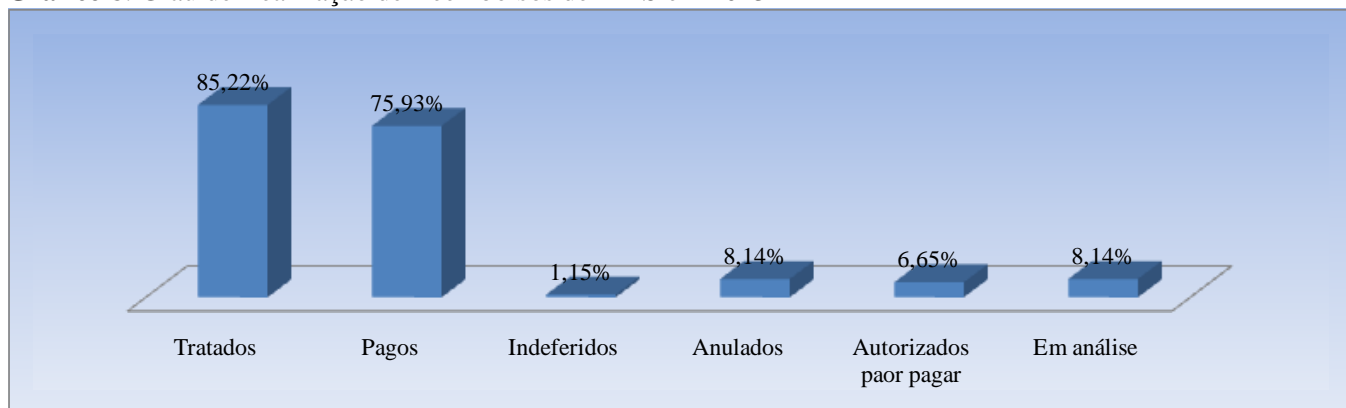
Fonte: DGI-DRIR

Do total dos Pedidos de reembolsos tratados foram pagos 21.336 pedidos no valor de 236,69 milhões de MT, dos quais 16.134 processos são referentes ao exercício de 2013 no montante de 196,42 milhões de MT, e os restantes são relativos a períodos anteriores (2005 á 2012).

Em relação à avaliação da situação acumulada de 2005 a 31 Dezembro de 2013, foram recebidos 86.876 pedidos no valor de 1.005,43 milhões de MT, tendo sido tratados 78.418 pedidos, no montante de 860,04 milhões de MT, pagos 69.329 pedidos no valor de 733,39 milhões de MT, estando em situação de análise 2.286 pedidos no montante de 47,04 milhões de MT, conforme a tabela 19.

Em termos percentuais, os processos tratados e pagos, de 2005 a 31 de Dezembro de 2013, correspondem a 90,26% e 79,80%, respectivamente, da totalidade de pedidos solicitados, conforme ilustra a tabela 19, e gráfico 8.

**Gráfico 8.** Grau de Realização de Reembolsos de IRPS em 2013



### 3.3.3 Reembolsos de IRPC

No tocante ao IRPC, transitaram de 2012 para o exercício corrente 104 processos em análise no montante de 173,39 milhões de MT e, adicionalmente, foram recebidos 34 pedidos de reembolsos no montante de 327,49 milhões de MT. Ainda no período em referência foram pagos 19 pedidos alusivos a períodos anteriores (2005 à 2012) no valor de 71,26 milhões de MT e indeferidos 2 pedidos no valor de 0,29 milhões de MT.

**Tabela 20.** Reembolsos do IRPC

Unidade: 10<sup>6</sup>MT

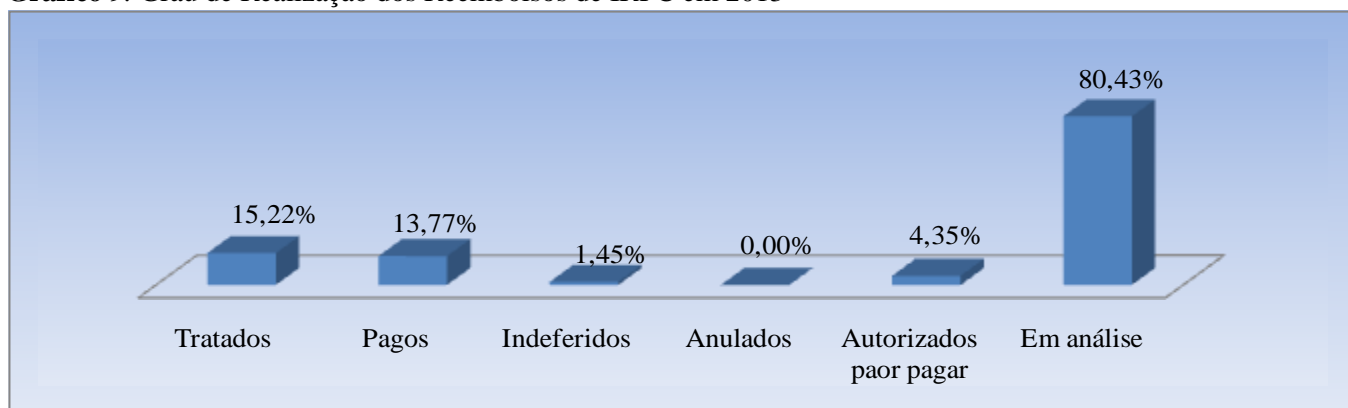
Descrição	Prestação dos reembolsos obtida no exercício de 2013						Situação acumulada de 2005 a 31 de Dezembro de 2013					
	Referente aos pedidos solicitados em 2013		Total da prestação de 2013				Situação acumulada de 2005 a 31 de Dezembro de 2012					
	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor
Saldo Transitado para 2013			104	173,39								
Solicitado	34	327,49	34	327,49			269	573,08	303	900,57		
<b>Total</b>	<b>34</b>	<b>327,49</b>	<b>138</b>	<b>500,88</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>269</b>	<b>573,08</b>	<b>303</b>	<b>900,57</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>
<b>Tratados</b>	<b>8</b>	<b>53,01</b>	<b>21</b>	<b>71,56</b>	<b>15,22%</b>	<b>14,29%</b>	<b>164</b>	<b>378,09</b>	<b>185</b>	<b>449,65</b>	<b>61,06%</b>	<b>49,93%</b>
Pagos	8	53,01	19	71,26	13,77%	14,23%	117	277,34	136	348,60	44,88%	38,71%
Indeferidos	-	-	2	0,29	1,45%	0,06%	11	18,33	13	18,62	4,29%	2,07%
Anulados	-	-	-	-	0,00%	0,00%	36	82,43	36	82,43	11,88%	9,15%
Autorizados paor pagar	-	-	6	9,53	4,35%	1,90%	118	277,41	6	9,53	1,98%	1,06%
Em análise	26	274,48	111	419,79	80,43%	83,81%	104	173,39	111	419,79	36,63%	46,61%

Fonte: DGI-DRIR

Em termos acumulativos, de 2005 a 31 de Dezembro de 2013, foram recebidos 303 pedidos de reembolso no valor de 900,57 milhões de MT, tendo sido: (i) tratados 185 pedidos no valor de 449,65 milhões de MT e pagos 136 pedidos no montante de 348,60 milhões de MT, (ii) Indeferidos 13 pedidos no valor de 18,62 milhões de MT e iii) anulados 36 pedidos no valor de 82,43 milhões de MT. No que diz respeito as quantidades, os pedidos tratados e os pagos, de 2005 a 31 de Dezembro de 2013, representam 61,06% e 44,88%, respectivamente, do total de processos solicitados,

permanecendo na situação de autorizado por pagar 6 processo no valor de 9,53 milhões de MT, conforme a tabela 20 e gráfico 9.

**Gráfico 9.** Grau de Realização dos Reembolsos de IRPC em 2013



### 3.3.4 Situação Geral dos Reembolsos do IVA

Durante ano de 2013, deram entrada na AT a nível nacional 903 pedidos de reembolso do IVA no montante de 7.881,79 milhões de MT, dos quais 466 do regime normal no valor de 7.789,48 milhões de MT e 437 referentes a Diplomatas no valor de 92,31 milhões de MT. No mesmo período, foram pagos 839 pedidos de reembolsos correspondentes a 3.462,21 milhões de MT, sendo 573 pedidos no montante de 1.110,45 milhões de MT parte dos processos recebidos em 2013 e 266 pedidos de reembolso, correspondentes a 2.351,76 milhões de MT, referentes a anos anteriores, conforme a tabela 21.

**Tabela 21.** Pedidos de Reembolso de IVA – 2013

Unidade: 10<sup>6</sup>MT

Descrição	Pedidos de Reembolsos Recebidos						Pagos de Janeiro a Dezembro de 2013					
	2012		2013		Cresc. Nom.		2012		2013		Cresc. Nom.	
	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor
1.1 Regime Normal	420	4.339,79	466	7.789,48	10,95%	79,49%	221	895,98	190	1.047,53	-14,03%	16,92%
1.2 Diplomatas	437	88,94	437	92,31	0,00%	3,78%	218	59,72	383	62,92	75,69%	5,36%
<b>Sub Total 1</b>	<b>857</b>	<b>4.428,73</b>	<b>903</b>	<b>7.881,79</b>	<b>5,37%</b>	<b>77,97%</b>	<b>439</b>	<b>955,69</b>	<b>573</b>	<b>1.110,45</b>	<b>30,52%</b>	<b>16,19%</b>
<b>Pedidos de Reembolsos recebidos em Período anteriores a 2013</b>												
1.1 Regime Normal							175	2.573,01	223	2.346,27	27,43%	-8,81%
1.2 Diplomatas							19	1,27	43	5,49	126,32%	333,18%
<b>Sub Total 2</b>							<b>194</b>	<b>2.574,27</b>	<b>266</b>	<b>2.351,76</b>	<b>37,11%</b>	<b>-8,64%</b>
<b>Total</b>	<b>857</b>	<b>4.428,73</b>	<b>903</b>	<b>7.881,79</b>	<b>5,37%</b>	<b>77,97%</b>	<b>633</b>	<b>3.529,97</b>	<b>839</b>	<b>3.462,21</b>	<b>32,54%</b>	<b>-1,92%</b>

Fonte: DGI-DRIVA

Comparativamente a igual período de 2012, no que diz respeito aos pedidos reembolso do IVA – Regime Normal recebidos, registou-se um incremento na ordem de 5,37% e 77,97% em termos de quantidades e valores, respectivamente, sendo que em relação aos pagamentos efectuados o processo também registou um crescimento nominal de 30,52% em relação às quantidades e 16,19% no que concerne aos valores, conforme a tabela 21. Com relação aos pedidos recebidos em anos anteriores, observa-se um incremento de 32,54% em termos de quantidades, contrariamente aos valores que decresceram em 1,92%.

Dos pedidos de reembolso de IVA recebidos e transitados referentes ao Regime Normal e Diplomatas, foram tratados 733 pedidos no valor 56144,81 milhões de MT, dos quais 340 pedidos são do Regime Normal e 393 de Diplomatas, conforme a tabela 22 e gráficos 10 e 11, e ainda suspensos 144 pedidos, autorizados e em processo de pagamento 12, em análise técnica 16 e 190 pagos. Quanto aos pedidos de reembolsos dos Diplomatas, foram (i) pagos 383, (ii) autorizados e em processo de pagamento 28, (iii) indeferidos 10 (iv) e ficando 16 em análise técnica.



**Tabela 22. Reembolso do Regime Normal e Diplomatas – 2013**

Unidade: 10<sup>6</sup> MT

Descrição	Regime Normal					Diplomatas				
	Tramitados em 2013			Peso		Tramitados em 2013			Peso	
	Qtd	Valores				Valores				
		MT	USD[1]	Qtd	Valores	Qtd	MT	USD[1]	Qtd	Valores
Saldo Transitado de 2012[2]	404	5.989,77				45	6,44			
Solicitados em 2013	466	7.789,48	259,65	100,00%	100,00%	437	92,31	3,08	100,00%	100,00%
<b>Tratados[3]</b>	<b>340</b>	<b>5.253,44</b>	175,11	72,96%	62,28%	<b>393</b>	<b>891,37</b>	2,71	89,93%	965,65%
<b>Pagos</b>	<b>190</b>	<b>1.047,53</b>	34,92	40,77%	13,45%	<b>383</b>	<b>62,92</b>	2,10	87,64%	68,16%
Indeferidos	3	0,48	0,02	0,64%	0,01%	10	0,18	0,01	2,29%	0,20%
Irregularidades	0	212,51	7,08	0,00%	2,73%	0	18,27	0,61	0,00%	19,79%
Suspensos	144	3.968,55	132,29	29,40%	45,79%	0	0,00	0,00	0,00%	0,00%
Anulados	3	24,37	0,81	0,64%	0,31%	0	0,00	0,00	0,00%	0,00%
Em análise	114	2.470,34	82,34	26,18%	36,89%	16	6,98	0,23	3,66%	7,57%
Autorizados por pagar	12	65,69	2,19	2,36%	0,83%	28	3,95	0,13	6,41%	4,28%

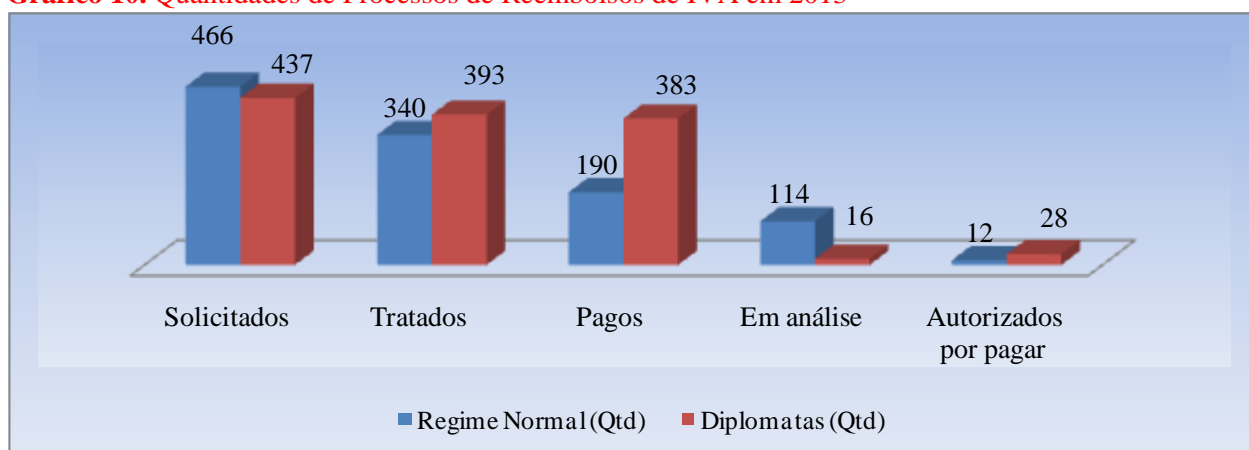
[1] Câmbio médio 30,00MT/USD

[2] Inclui 695,44 milhões de MT de dívida potencial

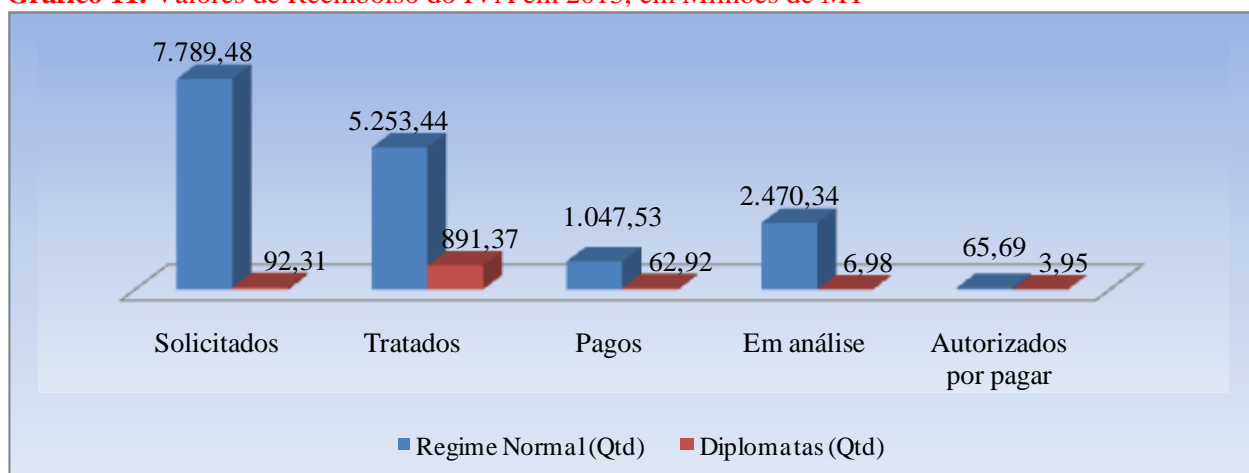
[3] Indeferidos, suspensos, anulados e pagos

Fonte: DGI-DRIVA

**Gráfico 10. Quantidades de Processos de Reembolsos de IVA em 2013**



**Gráfico 11. Valores de Reembolso do IVA em 2013, em Milhões de MT**



### 3.3.5 Reembolso aos Grandes Contribuintes nas UGC's

#### i. UGC Maputo

No período em análise, foram recebidos nesta Unidade, 148 pedidos de reembolso do IVA, no valor total de 4.986,57 milhões de MT, tendo sido tratados 106 pedidos, dos quais 54 pedidos foram pagos,

52 suspensos e os restantes 35 em análise, sendo que, no que tange aos reembolsos do IRPC, foram recebidos 27 pedidos no valor de 662,42 milhões de MT.

## **ii. UGC Beira**

No período em análise, esta Unidade recebeu 46 pedidos de reembolso do IVA no valor total de 268,78 milhões de Meticais. Dos pedidos efectuados foram pagos 30 no montante 107,90 milhões de MT e 11 no montante de 60,80 milhões de MT foram suspensos. Em IRPC foram recebidos 4 pedidos de reembolso no valor de 3,03 milhões de MT os quais se encontram em análise técnica.

## **UGC Nampula**

No período em análise, foram recebidos nesta Unidade 16 pedidos de reembolso do IVA no valor total de 58,50 milhões de MT. Destes, 1 pedidos no valor de 1,13 milhões de MT foi suspenso, 6 pedidos no montante de 22,11 milhões de MT foram pagos e os restantes encontram-se em análise técnica. Em IRPC foram recebidos 2 pedidos de reembolso no montante de 0,16 milhões de MT que se encontram em análise técnica.

De referir que o número elevado de processos suspensos nas três Unidades de Grandes Contribuintes, está associada as irregularidades contidas nos pedidos de reembolso apresentadas pelas empresas.

### 3.4 Benefícios Fiscais

Durante o período em análise, foram recebidos 571 Termos de Autorização de Projectos de Investimentos, com a seguinte repartição por Regiões: i) 397 da Região Sul, que representam 69.53%; ii) 70 da Região Centro, que representam 12.26%; e iii) 104 da Região Norte, que representam 18.21%, conforme a tabela 23.

**Tabela 23.** Processos Recebidos em 2013

Ordem	Regioes	Totais	Estrutura
1	Região Norte	397	69,53%
2	Região Centro	70	12,26%
3	Região Sul	104	18,21%
<b>Total</b>		<b>571</b>	<b>100,00%</b>

*Fonte: DCCBF-RBF*

Dos 571 projectos autorizados, o Centro de Promoção de Investimentos aprovou 520 projectos o corresponde a 91,07% do total, sendo que os restantes 51 projectos (8,93%) foram aprovados pelo Gabinete das Zonas Económicas de Desenvolvimento Acelerado (GAZEDA).

Em termos de classificação por sectores de actividade económica, os 571 Termos de Autorização de Projectos de Investimentos, distribuem-se em: i) 148 projectos para a Indústria; ii) 128 projectos para a área de prestação de Serviços; iii) 70 projectos para o turismo; iv) 61 projectos para os transportes e comunicações; v) 50 projectos de construção civil; vi) 47 projectos de outras actividades; vii) 23 projectos de agricultura; viii) 13 projectos para o sector de comércio; ix) 12 para agro-pecuária; x) 5 projectos de agro-indústria; xi) 5 projectos de avicultura; xii) 5 projectos de pecuária; xiii) 2 projectos de ecoturismo; e xiv) 2 projectos de pesca.

Dos projectos aprovados em todo o país, durante o ano, o sector com mais projectos é o da Indústria com 148 (25,92%), seguido do sector de Prestação de Serviços com 128 (22,42%), Turismo com 70 (12,26%), Transporte de Comunicações com 61 (10,68%) e Construção Civil com 50 (8,76%), enquanto que os sectores de Pesca e Ecoturismo tiveram apenas 02 projectos cada (0,35%).

Comparativamente a igual período de 2012, houve incremento de 54,32%, correspondente a 201 projectos de investimentos aprovados, visto que naquele ano foram aprovados 370 projectos.

No que diz respeito a alteração da situação inicial dos projectos autorizados, deram entrada neste período 304 Adendas contra 206 recebidas em 2012 e terminaram o gozo de benefícios fiscais 44 projectos de investimentos. Deste modo, o universo actual de projectos de investimentos é de 3.125.

#### 3.4.1 Despesa Fiscal

De referir que durante o período em análise foi concluído o apuramento da despesa fiscal do exercício de 2011 a ser reportada na Conta Geral do Estado de 2012, cujo valor foi de 4.666,44 Milhões de MT, dos quais: i) 4.665,38 Milhões de MT, do IRPC; e ii) 1,06 Milhões de MT do IRPS, o que representa um crescimento nominal de 61,23% quando comparada com a despesa fiscal do exercício de 2010, que se situara em 2.894,26 milhões de MT, devido por um lado ao aumento da matéria colectável e, por outro, determinados sujeitos passivos que vinham declarando prejuízos, passaram para uma situação de matéria colectável positiva.

# **IV. ACÇÕES NO ÂMBITO DO ALARGAMENTO DA BASE TRIBUTÁRIA**

#### **4.1 Educação Fiscal e Aduaneira e Popularização do Imposto**

No âmbito das campanhas de educação fiscal e aduaneira e popularização do imposto, foram realizadas, à nível nacional, 72 palestras para membros do Governo, líderes comunitários, chefes das localidades, antigos combatentes, estudantes, professores, comerciantes, jovens empreendedores e aglomerados populacionais.

No mesmo âmbito, e como forma de potenciar os contribuintes e potenciais contribuintes na disseminação da importância e assumpção do pagamento do imposto e promoção da cidadania fiscal, de uma meta de 17.500 disseminadores de matérias fiscais e aduaneiras, foram formados 19.777, o que corresponde a uma realização de 113,02%, sendo 8.952 na Região Sul, 6.068 na Região Centro e 4.757 na Região Norte e ainda realizadas as seguintes actividades:

- i. 95 Eventos culturais de música, teatro e dança, realizados a nível nacional, nos Conselhos Directivos da AT, nas palestras, nas formações e popularizações de imposto nas escolas, em diversas cerimónias, nos jogos escolares;
- ii. 11 Road-shows que envolveu mais de 3.000 pessoas no Distrito de Boane, 25.000 pessoas no Gilé, 2.000 pessoas no Manjacaze com Gabriel Júnior do Programa Moçambique em Concerto, 1.800 pessoas no Bairro de Mafalala e mais de 3.000 pessoas em Dlavela e em Xai-Xai no Programa Atracções, 2 road-show na Cidade de Maputo que abrangeu os mercados de 25 de Junho, Zimpeto e Xiquelene, 1 Roadshow na Cidade da Matola, no âmbito do dia mundial sem carro, 1 road-show na cidade de Maxixe e 1 roadshow em Nampula, no âmbito do dia da Cidade de Nacala;
- iii. 33 Sessões de futsal nos campeonatos da Cidade de Maputo, Pemba, Beira, Chimoio, Manica, Tete, Inhambane e Maputo;
- iv. Sessão de atribuição de 2.500 NUITs no carnaval de Quelimane, com a participação da AT que se consagrou campeã do mesmo;
- v. A 2ª edição da Caravana de Educação Fiscal e Aduaneira e Popularização do Imposto, que percorreu o país inteiro que resultou na formação de 800 disseminadores, atribuição de 6500 NUITs e a divulgação dos projectos e- Tributação, Call Centre e Janela Única Electrónica.

Como forma de munir os disseminadores e potenciais contribuintes de ferramentas de matérias fiscais para facilitar o seu trabalho de disseminação bem como para usarem como base nas formações, foram produzidos 18.000 manuais de educação fiscal e fez-se uma distribuição equitativa dos mesmos a nível nacional, cabendo a cada Delegação da AT, 1.500 manuais para estas formações.

##### **4.1.1. Campanhas com Recurso aos Órgãos de Comunicação Social**

Em 2013 foram produzidos e enviados aos órgãos de comunicação social 65 comunicados de imprensa, 229 anúncios e 22 comunicados internos sobre vários acontecimentos relevantes da instituição (publicação de concursos públicos, exortações, avisos e calendário fiscal, comunicado de imprensa, comunicado final, editais, entre outros) e publicados spots televisivos, radiofónicos e através da imprensa escrita, para promover a educação fiscal e aduaneira e motivar os contribuintes e potenciais contribuintes ao cumprimento voluntário e atempado das obrigações fiscais, cujo detalhe se encontra no anexo V do presente relatório, nomeadamente:

- i. Televisão: TVM, TIM, Gungu TV, Top TV, STV e Miramar;
- ii. Rádio: RM, Rádio Cidadania e Rádio Índico;
- iii. Imprensa Escrita: Jornais Notícias, Savana, Magazine Independente, Canal de Moçambique, O Público, Diário de Moçambique, O País, Dossiers e Factos, Expresso Moz, O Nacional e na Imprensa Nacional -

#### **4.1.2. Assistência aos Contribuintes**

A AT encontra-se representada em 11 BAU's nomeadamente: Cidade e Província de Maputo, Xai-Xai, Inhambane, Beira, Chimoio, Tete, Quelimane, Nampula, Pemba e Lichinga. Salientar que somente o BAU da Cidade de Maputo possui o sistema de atribuição do NUIT, sendo que nos restantes BAU's foi instalado um mini aplicativo de modo a responder às solicitações de atribuição do NUIT nos mesmos locais.

Para a assistência aos agentes económicos e demais contribuintes, estão em pleno funcionamento 11 BAC's (Balcões de Atendimento ao Contribuinte), a operar junto das DAF's das capitais provinciais, a excepção do BAC da cidade de Maputo que funciona no edifício "33 andares", onde foram atendidos 783 contribuintes dos quais 113 através da linha verde, 670 contribuintes através de atendimento presencial, foram atribuídos 50.448 NUIT's, impressos 40.704 cartões de NUIT's dos quais 5.850 são de pessoas colectivas, e actualizados no sistema e-Tributação 836 NUIT's.

No período, os BAC's ao nível das delegações provinciais, foram apetrechados com diversos bens, doados pela UTRESP, designadamente: mobiliário de escritório, material informático, televisores e DVDs. Foi localizado, em Maputo Província, o local onde futuramente será instalado o BAC, decorrendo trabalhos de montagem de vidros e do sistema NUIT.

Foram efectuadas visitas aos BAC's, a nível de todas Capitais Provinciais, onde se constatou que, na cidade da Beira, o Balcão de Assistência ao Contribuinte beneficiou de uma reabilitação de raiz, esperando-se a entrega da obra, inauguração e entrada em funcionamento prevista para Março de 2014.

No âmbito da implementação da Central de Atendimento ao Contribuinte, uma brigada conjunta do GCIm e do Projecto de Modernização dos Serviços ao Contribuinte, esteve envolvida no processo de disseminação interna da Central, nas 03 Direcções Regionais, e em simultâneo foi feita a formação em técnica de atendimento, para alguns funcionários seleccionados em cada província para além do envolvimento destas duas equipas no processo de disseminação externa da Central, e - Tributação a nível nacional, por onde a caravana de educação fiscal passou.

O processo de actualização dos NUIT's, no sistema e-Tributação, está sendo efectuado, internamente pela MD Consultores, Lda, empresa contratada pela AT para digitação de dados, tendo sido entregue 460 lotes (23.000 modelos) a esta empresa, para os devidos efeitos.

## 4.2 Cadastração Fiscal

De um programa anual de registo de 500.000 NUIT's (490.000 para a cadastração de pessoas singulares e 10.000 para pessoas colectivas), foram atribuídos 574.327 NUITs, correspondente a um nível de realização de 114,86% em relação a meta fixada. Do total dos NUITs atribuídos, 566.333 registos são referentes a pessoas singulares e 7.994 a pessoas colectivas. Destacar que do total de NUITs atribuídos no período, 24.962 NUITs, são contribuintes com actividade económica, sendo 3.385 do Regime Geral de Tributação e 21.577 do ISPC.

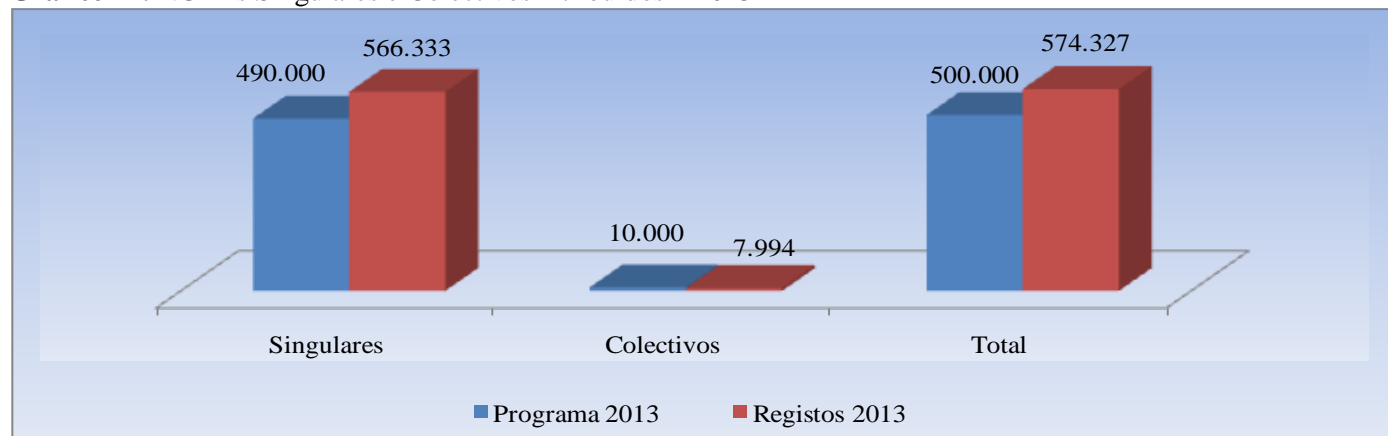
Segundo a tabela 24 e gráfico 12, em relação ao programa do período, a Região Norte foi a que teve melhor prestação, com uma realização de 124,24% seguida da Região Sul com 118,24%, e por fim a Região Centro com 103,01%, tendo concorrido para o cumprimento da meta as Campanhas de Sensibilização, Mobilização, Divulgação do Imposto e Cadastração Fiscal, a nível dos Distritos e Municípios, levadas a cabo em coordenação com os líderes comunitários. Esta realização corresponde a um crescimento nominal global de 13,45%, quando comparado com igual período de 2012, sendo a região sul a que mais cresceu ao situar-se a 17,26% seguida pela região norte.

**Tabela 24.** NUIT's Atribuídos por Região – 2013

Regiões	Registos 2012			Programa 2013			Registos 2013			Grau de Realização			Crescimento Nominal		
	Singulares	Colectivos	Total	Singulares	Colectivos	Total	Singulares	Colectivos	Total	Singulares	Colectivos	Total	Singulares	Colectivos	Total
Sul	235.187	5.313	240.500	233.686	4.818	238.504	276.518	5.490	282.008	118,33%	113,95%	118,24%	17,57%	3,33%	17,26%
Centro	146.790	1.697	148.487	150.330	3.048	153.378	156.431	1.565	157.996	104,06%	51,35%	103,01%	6,57%	-7,78%	6,40%
Norte	116.463	804	117.267	105.984	2.134	108.118	133.384	939	134.323	125,85%	44,00%	124,24%	14,53%	16,79%	14,54%
<b>Total</b>	<b>498.440</b>	<b>7.814</b>	<b>506.254</b>	<b>490.000</b>	<b>10.000</b>	<b>500.000</b>	<b>566.333</b>	<b>7.994</b>	<b>574.327</b>	<b>115,58%</b>	<b>79,94%</b>	<b>114,87%</b>	<b>13,62%</b>	<b>2,30%</b>	<b>13,45%</b>

Fonte: DGI

**Gráfico 12.** NUIT's Singulares e Colectivos Atribuídos – 2013



Em termos acumulados foram registados, até 31 de Dezembro, 2.628.971 NUIT's, dos quais 2.572.317 são pessoas singulares e 56.654 pessoas colectivas.

### 4.2.1. Cadastro Fiscal no Âmbito do ISPC

De um programa anual de 75.000 registos em sede do ISPC, foram registados 21.577 pequenos agentes económicos, o que corresponde a uma realização de 28,77%, dos quais: i) 8.206 na Região Sul; ii) 9.226 na Região Centro; e iii) 4.145 na Região Norte. Esta realização representa uma variação negativa de 31,39%, quando comparada com igual período de 2012, onde foram registados 31.450

pequenos contribuintes, conforme se ilustra na tabela 25, com destaque pela negativa para a região norte que registou um decréscimo na ordem 57,81%.

O incumprimento do cadastro em ISPC, resulta do facto de, estar-se a adoptar uma estratégia de persuasão, visando a adesão voluntária e de sensibilização dos potenciais contribuintes, neste imposto, para a sua inscrição, a insuficiência de recursos humanos nas Unidades de Cobrança para satisfazer a demanda dos potenciais contribuintes existentes e nem as acções que o imposto exige.

Em termos acumulados de 2009 a 30 de Dezembro de 2013, foram registados 132.119 novos pequenos contribuintes dos quais: 30.169 estão sedeados na região norte, 47.457 na região centro e 54.493 na região sul.

**Tabela 25.** Registo Fiscal em sede do ISPCem 2013

Regiões	Realização 2012	Programa 2013	Realização 2013	Grau de Realização	Crescimento Nominal	Acumulado de 2009 a 31/12/2013
Norte	9.824	18.800	4.145	22,05%	-57,81%	31.872
Centro	10.936	27.700	9.226	33,31%	-15,64%	51.326
Sul	10.690	28.500	8.206	28,79%	-23,24%	58.340
<b>Total</b>	<b>31.450</b>	<b>75.000</b>	<b>21.577</b>	<b>28,77%</b>	<b>-31,39%</b>	<b>141.538</b>

Fonte: DGI-Relatório da Coordenação do ISPC

O incumprimento do cadastro em ISPC, resulta do facto de, estar-se a adoptar uma estratégia de persuasão, visando a adesão voluntária e de sensibilização dos potenciais contribuintes, neste imposto, para a sua inscrição e à insuficiência de recursos humanos nas Unidades de Cobrança para satisfazer a demanda dos potenciais contribuintes existentes e nem as acções que o imposto exige.

### Impressão de Cartões de NUIT

Da meta anual de 713.856 impressões de cartões NUIT's, foram impressos 650.767 cartões, correspondente a uma realização de 91,16%, sendo: i) 361.013 na Região Sul; ii) 121.217 na Região Centro; e iii) 219.648 na Região Norte. Deste total 257.627 cartões de NUIT foram impressos para o mesmo número do universo de funcionários públicos.

Em termos acumulados, de 2010 a 30 de Dezembro de 2013 foram impressos 1.323.469 cartões de NUIT, sendo que:

- i. Na Região Norte, a impressão de cartões iniciou em Setembro de 2010, tendo sido impressos até 31 de Dezembro de 2013, 291.655 cartões;
- ii. Na Região Centro, a impressão de cartões iniciou em Novembro de 2010, tendo sido impressos até 31 de Dezembro de 2013, 220.780 cartões; e
- iii. Na Região Sul, a impressão iniciou em Setembro de 2010, tendo sido impressos até 31 de Dezembro de 2013, 811.034 cartões.

### 4.3. Abertura de Novos Postos Fiscais e de Cobrança

Com o objectivo de proceder ao descongestionamento das DAF's e reduzir os custos operacionais dos contribuintes no cumprimento das suas obrigações fiscais, a AT deu continuidade ao processo de aproximação dos seus serviços ao contribuinte e ao público em geral, abrindo, em 2013, 4 novos postos de cobrança de um total de 12 postos previstos para o ano em curso, nomeadamente: (i) Ilha de Moçambique (móvel), na Região Norte, adstrito à DAF de Nacala; (ii) Changara (fixo), adstrito a DAF de Tete; e (iii) Mandlakazi (fixo) e Ka-Nhaca (fixo), adstritos às DAF's de Xai-xai e 1º Bairro de Maputo, respectivamente, na Região Sul.



Com a abertura destas novas unidades, a AT passa a contar com 98 unidades de cobrança, na área dos impostos internos, sendo: 25 DAF's, 68 Postos de Cobrança, 3 UGC's e 2 Juízos Privativos das Execuções de Fiscais e, 125 unidades na área dos impostos sobre o comércio externo, sendo: 11 Alfândegas, 4 Delegações Aduaneiras, 38 Terminais, 35 Postos Fronteiriços, 19 Postos Fiscais, 5 Postos de Controlo, 4 Postos Fiscais e Aduaneiros e 9 Postos Mistos de Cobrança.

Os restantes 8 postos previstos para abertura em 2013, nomeadamente Ressano Garcia, Macomia e Boane, Gilé, Chiure, Marrupa, Moatize e Polana Cimento, transitaram para o ano de 2014, pelo facto de não ter sido possível terminar com todas acções com vista ao seu funcionamento derivadas da falta de condições de natureza logística para a operacionalização dos mesmos. Contudo, importa referir que para os postos de Ressano Garcia (**Sul**) e Macomia (**Norte**), iniciou o processo do seu apetrechamento e identificação de funcionários a serem afectos nos referidos Postos, para se proceder a posterior abertura e funcionamento, sendo que para o Posto de Macomia iniciaram-se os trabalhos finais com vista ao arrendamento de residências para os funcionários a serem ali afectos, enquanto decorrem acções para a construção de residências. Em Boane (**Sul**), deu-se início à construção (acabamentos) por forma a que estejam criadas condições para que o mesmo entre em funcionamento nos princípios de 2014.

Para esta expansão, foram tomados como base os seguintes critérios previamente estabelecidos: *i*) importância e dimensão da actividade económica desenvolvida; *i*) densidade populacional, em particular o número de potenciais contribuintes existentes; e *iii*) facilidade de acesso entre os vários distritos abrangidos.

#### **4.4. Ponto de Situação da Proposta de Regulamento do Uso de Máquinas Fiscais**

No prosseguimento das acções de divulgação da Proposta de Regulamento do Uso de Máquinas Fiscais, que tiveram início em 2012, decorreu a segunda fase de auscultação, nos meses de Maio e Junho de 2013, nas três regiões do país.

Para o efeito, foram realizados seminários de divulgação e recolha de contributos sobre a proposta de Decreto que aprova o Regulamento do Uso de Máquinas Fiscais e sua operacionalização nas regiões Norte, Centro e Sul, tendo abrangido o total de 2.551 participantes, sendo: na região Norte, 314 funcionários da AT e 469 agentes económicos; na região Centro, 360 funcionários da AT e 644 agentes económicos; e, na região Sul, 409 funcionários da AT e 355 agentes económicos. As sugestões recolhidas permitiram o melhoramento da proposta de Decreto que aprova o Regulamento do Uso de Máquinas Fiscais, a qual já foi apreciada no CST.

A proposta de Regulamento e a respectiva fundamentação, foram submetidas ao Gabinete de S. Excia. o Ministro das Finanças para efeitos subsequentes, que incluem a aprovação da mesma, durante o ano de 2014. Após a sua aprovação, iniciar-se-á a execução do plano de implementação que já tem as etapas definidas. Uma vez aprovada a proposta, será finalizado e submetido à aprovação, o Diploma Ministerial com as especificações técnicas dos tipos de máquina fiscal aprovados para Moçambique, posto que se darão início aos processos de acordos de adesão com fabricantes e vendedores autorizados, bem assim como, a realização de ensaios técnicos junto do grupo-alvo do Regulamento do Uso de Máquinas Fiscais

# V. GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS

## 5.1 Situação Geral dos Recursos Humanos

Em Janeiro de 2013, a AT iniciou as suas actividades com um total de 3.325 funcionários, tendo terminado o ano com um total de 4.200. Esta variação deveu-se: (i) à admissão de novos ingressos totalizando 945 funcionários, no seguimento do concurso lançado em 2011; (ii) ao desligamento dos serviços de 48 funcionários, no âmbito do processo de aposentação ora em curso; e (iii) ao registo de 22 óbitos de funcionários, dos quais 17 da Região Sul, 2 da Região Centro e 3 da Região Norte, contra os 20 óbitos registados no igual período do ano de 2012.

Conforme a tabela 26 abaixo, dos 4.200 funcionários, 3.221 são homens e 979 mulheres, na proporção de 76,69% e 23,31%, respectivamente, 2.216 (52,76%) são da carreira aduaneira, 1.875 (44,64%) da carreira dos impostos internos, 109 (2,60%) funcionários na situação de pré-reforma cujos processos de aposentação estão em curso.

**Tabela 26.** Distribuição dos Funcionários por Área

Ord	Descrição	Gênero		Total	Peso
		Masc.	Femin.		
1	Carreira dos impostos internos	1,200	675	<b>1,875</b>	<b>44.64%</b>
2	Carreira Aduaneira	1,939	277	<b>2,216</b>	<b>52.76%</b>
3	Pré-Reforma	82	27	<b>109</b>	<b>2.60%</b>
<b>Total de Funcionários</b>		<b>3,221</b>	<b>979</b>	<b>4,200</b>	<b>100.00%</b>
<b>Variação (%)</b>		<b>76.69%</b>	<b>23.31%</b>	<b>100.00%</b>	

Fonte: DGSC-DRH

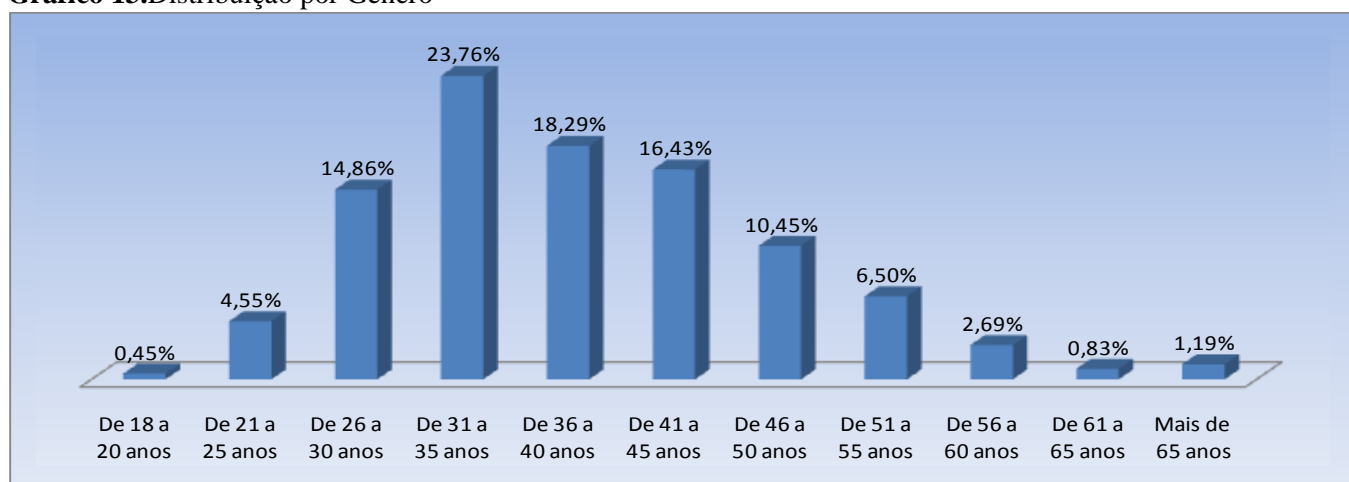
Do total de 4.200 funcionários, ocupam cargos de direcção, chefia e confiança, 537 (12,79%) funcionários, dos quais 375 (70%) são homens e 162 (30%) são mulheres.

Fazem parte do efectivo da AT, maioritariamente, funcionários da faixa dos 31 a 35 anos de idade, representando 23,76% do total de funcionários, seguido da faixa de 36 a 40 anos de idade, correspondente a 18,29%. O menor número de funcionários verifica-se na faixa etária dos 18 a 20 anos de idade, com 0,45%, conforme ilustra a tabela 27 e gráfico 13 a seguir.

**Tabela 27.** Distribuição dos Funcionários por Faixas Etárias

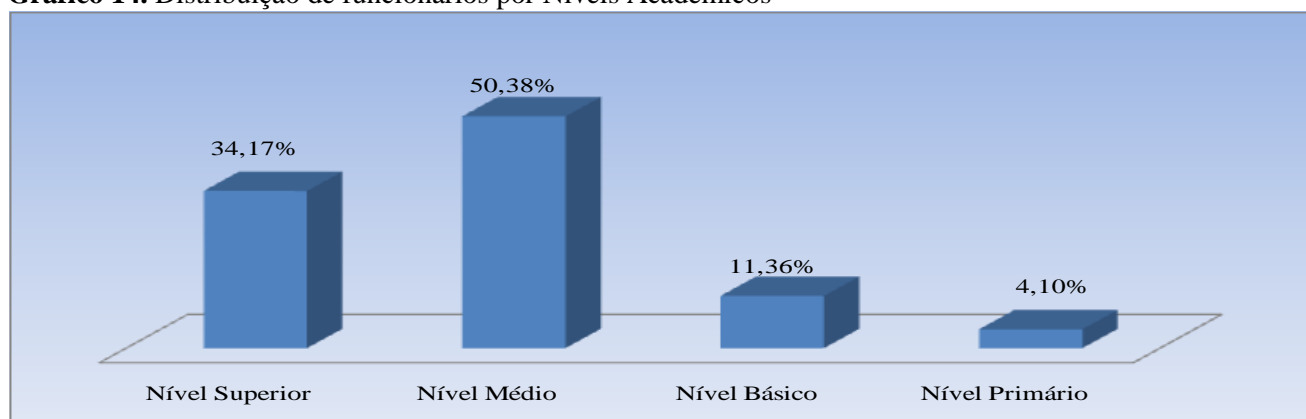
Ordem	Idade	Carreira Aduaneira			Carreira Tributária			Total Geral	Peso
		Nº de Funcionários			Nº de Funcionários				
		Masc.	Femin.	Total	Masc.	Femin.	Total		
1	De 18 a 20 anos	8	5	<b>13</b>	4	2	<b>6</b>	<b>19</b>	<b>0,45%</b>
2	De 21 a 25 anos	52	18	<b>70</b>	102	19	<b>121</b>	<b>191</b>	<b>4,55%</b>
3	De 26 a 30 anos	209	62	<b>271</b>	230	123	<b>353</b>	<b>624</b>	<b>14,86%</b>
4	De 31 a 35 anos	442	148	<b>590</b>	269	139	<b>408</b>	<b>998</b>	<b>23,76%</b>
5	De 36 a 40 anos	389	33	<b>422</b>	248	98	<b>346</b>	<b>768</b>	<b>18,29%</b>
6	De 41 a 45 anos	421	40	<b>461</b>	161	68	<b>229</b>	<b>690</b>	<b>16,43%</b>
7	De 46 a 50 anos	218	33	<b>251</b>	128	60	<b>188</b>	<b>439</b>	<b>10,45%</b>
8	De 51 a 55 anos	90	23	<b>113</b>	105	55	<b>160</b>	<b>273</b>	<b>6,50%</b>
9	De 56 a 60 anos	17	4	<b>21</b>	66	26	<b>92</b>	<b>113</b>	<b>2,69%</b>
10	De 61 a 65 anos	12	5	<b>17</b>	9	9	<b>18</b>	<b>35</b>	<b>0,83%</b>
11	Mais de 65 anos	16	5	<b>21</b>	25	4	<b>29</b>	<b>50</b>	<b>1,19%</b>
<b>Total de Funcionários</b>		<b>1.874</b>	<b>376</b>	<b>2.250</b>	<b>1.347</b>	<b>603</b>	<b>1.950</b>	<b>4.200</b>	<b>100%</b>

Fonte: DGSC-DRH

**Gráfico 13.** Distribuição por Género

### 5.1.1 Distribuição dos Funcionários por Níveis Académicos

No que se refere aos níveis académicos, dos 4.200 funcionários, 34,17% (1.435) têm formação superior, 50,38% (2116) possuem o ensino médio, o ensino básico é representado por 11,36% (477) dos funcionários e, os restantes 4,09% (172), constituem a faixa de funcionários com o nível primário, segundo o gráfico 14.

**Gráfico 14.** Distribuição de funcionários por Níveis Académicos

### 5.1.2 Distribuição dos Funcionários pelos Serviços Centrais e Regiões

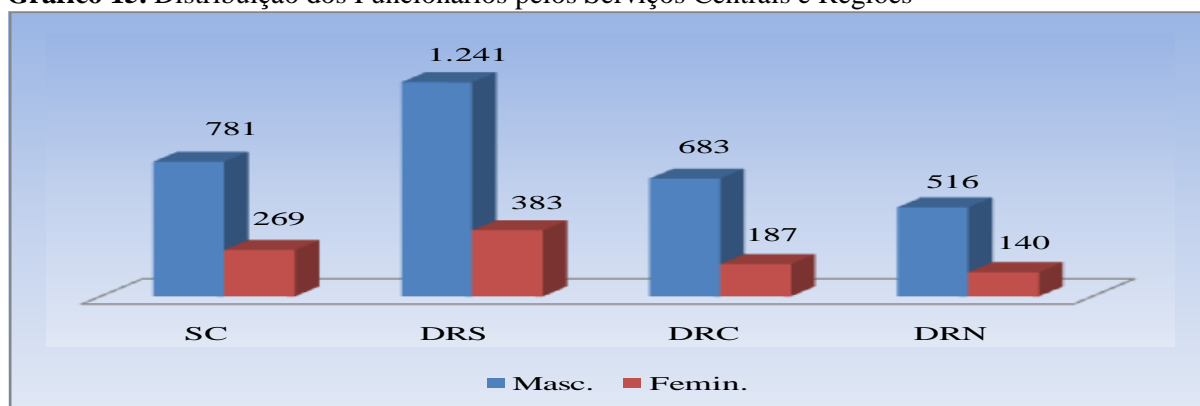
Os 4.200 funcionários estão distribuídos à nível central e regional, ou seja, pelos órgãos de actuação institucional, onde a maior concentração se verifica-se na DRS, com um total de 1.624 funcionários, correspondente a 38,67% do total, a DRN agrega a menor parte do efectivo, com apenas 15,62% dos funcionários conforme ilustra a tabela 28 e gráfico 15 a seguir:

**Tabela 28.** Distribuição dos Funcionários pelos Serviços Centrais e Regiões

Órgãos	Gênero		Total	Peso
	Masc.	Femin.		
SC	781	269	1.050	25,00%
DRS	1.241	383	1.624	38,67%
DRC	683	187	870	20,71%
DRN	516	140	656	15,62%
<b>Total</b>	<b>3.221</b>	<b>979</b>	<b>4.200</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: DGSC-DRH

**Gráfico 15.** Distribuição dos Funcionários pelos Serviços Centrais e Regiões



### 5.1.3 Processo de Nomeação dos Novos Ingressos na AT

No que tange ao processo de nomeação dos 962 candidatos admitidos no último concurso público na AT, durante o período em análise, importa referir que 945 processos equivalente a 98,23% foram visados pelo Tribunal Administrativo, que constituem por via disso o total dos novos ingressos, 15 renunciaram suas vagas e 2 não reuniam os requisitos para provimento.

### 5.1.4 Contagem de Tempo de Serviço e Pedido de Fixação de Salário

No período deram entrada 261 pedidos de emissão de Certidões de Efectividade e Contagem de tempo de serviço, tendo sido remetidos 143 processos à Direcção de Administração de Recursos Humanos do MF, para emissão de certidões de efectividade, 118 processos à previdência social, para efeitos de reverificação e homologação do tempo de serviço, perfazendo um total de 935 processos cumulativos e concluídos, a partir do ano 2011, altura em que se intensificou a divulgação da necessidade dos funcionários efectuarem a contagem de tempo de serviço prestado ao Estado.

Quanto à fixação e salários, durante o período, deram entrada 13 processos de pedido de fixação de salário, nos termos do preconizado no nº 1 do artigo 49 do EGFAE, sendo que 2 já foram fixados, 7 foram submetidos ao Ministério da Função Pública para autorização e 4 correm seus trâmites a nível da DRH.

### 5.1.5 Aposentação de Funcionários

No que se refere à aposentação e em observância do artigo 142 do EGFAE, o qual prevê a aposentação obrigatória de funcionários com mais de 35 anos de serviço e/ou limite de idade de 65 e 60 anos, consoante o sexo, masculino ou feminino, decorreu o processo de aposentação de 94 funcionários que atingiram os factores determinantes para o efeito, onde:

- Foram fixadas 25 pensões de aposentação;
- 49 Processos de desligação dos serviços, seguem os seus tramites legais, nos termos dos artigos 4 e 6 do Decreto nº27/2010, de 12 de Agosto, (Regulamento da Previdência Social dos Funcionários e Agentes do Estado - RPSFAE), dos quais 26 da Região Sul, 13 da Região Norte e 10 da Região Centro, sendo que nos termos do artigo 5 do Decreto supra citado, devem, no prazo de seis meses, contados a partir da data de recepção da comunicação, apresentar à DRH, os documentos necessários para a instrução do processo de aposentação e fixação das respectivas pensões, e;
- 20 Funcionários foram convidados a prorrogar, querendo, os limites de idade e/ou tempo de serviço prestado ao Estado, nos termos dos Artigos 19 e 20 ambos do RPSFAE, dos quais apenas 8 pretendem continuar na instituição;

Paralelamente a esta acção, efectuou-se outro levantamento em 2013, que culminou com a identificação de 72 funcionários da AT que atingiram os factores determinantes para efeitos de aposentação nos próximos tempos.

### **5.1.6 Regularização do Vínculo dos Funcionários**

Quanto aos agentes sem provimento formal na AT, transferidos da extinta ADENA, APIE e os da antiga polícia fiscal, num total de 157, corre o processo de regularização do vínculo laboral, à luz do Decreto nº31/2013, de 12 de Julho.

Deu-se início, no mês de Novembro de 2013, ao processo de certificação pela Direcção Nacional de Contabilidade Pública, de que estes agentes auferem seus ordenados por via do Orçamento do Estado (um dos requisitos para a regularização). A regularização efectiva, isto é, até aos vistos do Tribunal Administrativo, irá estender-se até ao 1º Semestre de 2014 e os mesmos serão absorvidos por via de (i) provimento no quadro do pessoal ou por (ii) contrato por tempo indeterminado, consoante os requisitos exigidos.

### **5.1.7 Recenseamento de Funcionários**

No âmbito da actualização de dados dos funcionários no Sistema e-CAF, com vista à preparação do e-FOLHA, dos 4.200 funcionários da AT, até 31 de Dezembro foram harmonizados à base de dados no e-SISTAFE 3.834 funcionários, sendo que os restantes 157 ainda não possuem visto formal, 39 novos ingressos apresentam problemas de NUIs, e 170 são operadores do sistema e-SISTAFE que, por razões de segurança, os seus ordenados são processados via-gestor.

### **5.1.8 Quadro do Pessoal da AT**

Deu-se início ao processo de revisão do Quadro de Pessoal da AT, cuja proposta foi apreciada ainda a nível técnico, em sede de Colectivo Alargado da DGSC, de 19 de Novembro de 2013. Nesta sessão surgiram várias propostas de emenda ao documento, destacando-se a necessidade do novo quadro ajustar-se à proposta da nova Estrutura Orgânica da AT, sobretudo as competências dos órgãos e designação das novas categorias e funções.

## **5.2 Assuntos Sociais**

Com o objectivo de conceder benefícios a favor dos funcionários e membros do seu agregado familiar que estejam em situações de necessidade e/ou aflição, não cobertas ou parcialmente cobertas pelo Regulamento de Assistência Médica e Medicamentosa prestada aos funcionários do Estado, está em curso (em harmonização o respectivo regulamento pelos membros da comissão instaladora). Entretanto, até Dezembro de 2013, apenas aderiram ao fundo social da AT 176 funcionários, sendo 89 da Região Norte, 51 da Região Centro e 36 da Região Sul. O total das contribuições, até Dezembro, traduziu-se no saldo final de 177.249,04 MT. Partindo do actual formato de funcionamento do Fundo Social, realizaram-se acções para a criação de condições objectivas para a sustentabilidade do Fundo, o que pressupõe a aprovação de estatutos pela Assembleia a ser constituída e, a intensificação das acções de divulgação e sensibilização para o envolvimento e adesão de mais funcionários.

Com vista a monitorar o estado de saúde dos funcionários que sofrem de doenças crónicas e infecto-contagiosas, realizaram-se visitas permanentes ao domicílio dos funcionários que iam recebendo alta, assim como para os que se encontravam hospitalizados. Igualmente e tendo em vista a melhoria de saúde dos funcionários e seus familiares, foram organizadas feiras de saúde ao longo do ano, em coordenação com entidades relevantes.

### 5.2.1 Pensões de Sobrevivência e Subsídio por Morte

Para preservar o direito aos dependentes directos dos funcionários falecidos, é abonado por lei um Subsídio por Morte e fixada uma Pensão de Sobrevivência. Neste âmbito, durante o período em referência, foram abonados 28 processos de Subsídio por Morte e 19 processos de Pensão de Sobrevivência, contra 34 subsídios por morte pagos e 32 pensões fixadas, em igual período do ano de 2012.

### 5.2.2 Assistência Médica e Medicamentosa

Durante o período em referência, foram emitidos 209 cartões, perfazendo um global de 2.391, até Dezembro de 2013. De referir que os cartões têm a validade de 3 anos, daí que a actividade de emissão de cartões é de carácter permanente.

### 5.3 Implementação e Avaliação do Plano de Formação

Com vista à prossecução do processo de formação dos funcionários, de modo a potenciá-los com conhecimentos e competências orientadas para saberes que se traduzam num performance cujo impacto reside na melhoria da qualidade do serviço prestado ao cidadão, na elevação do nível de desempenho e da motivação dos mesmos, foi programada para 2013, a realização de 31 acções de formação em regime presencial, abrangendo as seguintes áreas: (i) 10 para a Área Técnica Aduaneira (ATA); (ii) 6 para a Área Técnica Fiscal (ATF); (iii) 7 para a Área de Administração e Gestão (AAG); (iv) 6 para a área de Tecnologias de Informação e Comunicação (ATIC); e (vi) 2 para a Formação na Área das Autarquias (ATAU).

Do total planificado, foram executadas 21 acções representando 68% da meta fixada para o período em análise, das quais: 8 são da ATA, 6 da ATF, 5 da AAG e 2 da ATAU, abrangendo um total de 1.914 beneficiários, entre funcionários da AT e das autarquias locais, repartidos por todas as regiões, conforme a tabela 29, cuja maior representação é da Região Sul, com 40,33% do total de beneficiários, seguida da Região Norte.

Comparativamente ao igual período de 2012, é de salientar que houve um decréscimo de 54% do número de formandos, justificando-se, por um lado, pela realização em 2012 da formação dos novos ingressos à AT, beneficiando um total de 1.153, para facilitar a sua integração no ambiente de trabalho da instituição e dotá-los de conhecimentos básicos e técnicos das matérias fiscais e aduaneiras e, por outro, pela não realização da formação no âmbito do enquadramento dos funcionários nas novas carreiras da AT, que se espera realizar em 2014, devido a exiguidade orçamental para as despesas de transporte e alojamento dos técnicos afectos nas regiões para os locais de formação.

**Tabela 29.** Acções de Formação Realizadas em 2013

Área de Formação	2013		Realiz.	Distribuição das Formações por Regiões			Nº de Formados 2013			Total
	Acções Planificadas	Acções Realizadas		DRS	DRC	DRN	DRS	DRC	DRN	
ATA	10	8	80%	6	8	6	290	176	152	618
ATF	6	6	100%	10	8	8	226	222	217	665
AAG	7	5	71%	6	4	2	222	85	91	398
ATIC's	6	6	100%	1	2	3	10	53	105	168
ATAU	2	2	100%	2	2	2	24	25	16	65
<b>Sub Total</b>	<b>31</b>	<b>27</b>	<b>87%</b>	<b>23</b>	<b>22</b>	<b>19</b>	<b>772</b>	<b>561</b>	<b>581</b>	<b>1.914</b>

Fonte: DGSC – DIFOR

Importa referir que o Plano de 2013 é menos arrojado que o de 2012 porque, para o período em análise deu-se mais ênfase às formações específicas e especializadas viradas para os recursos minerais, petrolíferos, auditorias aos mega-projectos e indústria extractiva, entre outros, de modo a reforçar a capacidade técnica dos funcionários nessas matérias, enquanto que em 2012, ocorreram formações abrangendo todas as áreas da AT, com maior enfoque para o enquadramento dos novos ingressos, no âmbito do concurso lançado pela AT.

Importa ainda destacar que, no mesmo período, foram ainda realizadas 3 acções de formação no âmbito do projecto e-Tributação: (i) 2 sobre o Módulo de Registo do Contribuinte, destinada aos utilizadores tendo beneficiado 31 técnicos; e (ii) 1 sobre Configurações de Computadores e Supervisão de Sistemas dirigida a 3 técnicos da Região Norte, para além do acompanhamento, no formato *on job training* do Módulo de Registo do NUIT dos funcionários que se beneficiaram de formação em Dezembro de 2012, para verificar o ambiente de produção no local de trabalho, tendo capacitado 46 técnicos dos locais abrangidos.

Paralelamente, e para aferir o impacto das acções de formação, foram efectuadas visitas de trabalho para a auscultação dos funcionários nas Regiões Norte, Centro e algumas estâncias da Região Sul sedeadas na Cidade e Província de Maputo, cujos resultados apontam para um impacto positivo, caracterizado pelo bom desempenho e comprometimento dos funcionários na realização das suas tarefas, destacando-se o empenho dos novos ingressos que têm demonstrado muito dinamismo no exercício das suas funções, para o alcance dos objectivos e metas da instituição, com base na capacitação de indução técnica de que foram submetidos no ano de 2012. É de registar, ainda, que a auscultação sobre o impacto das acções de formação sobre os funcionários da AT trouxe ao de cima a necessidade de se executar o Plano de Formação de forma mais dinâmica e interactiva, privilegiando-se a formação em exercício (*on-the-job-training*), modalidade que se afigura menos onerosa, e que abrange um maior número de funcionários.

### **5.3.1 Pedidos de Continuação de Estudos e Estágios Académicos e Profissionais**

No período de Janeiro a Dezembro de 2013 foram recebidos 53 pedidos de continuação de estudos de funcionários da instituição e autorizados 44. Na mesma altura deram entrada 421 pedidos de estágio de estudantes finalistas de diversos cursos matriculados em instituições de ensino público e privado do País, tendo sido autorizados 138, com destaque para pedidos de estudantes dos níveis médio técnico-profissional e superior, como forma de permitir que aliem a teoria à prática, durante três meses, sem compromisso laboral nem remuneratório. Há a referir também, 2 pedidos para estágio profissional de funcionários da AT, estudantes do Curso Médio de Administração Pública no IFAPA.

### **5.3.2 Parcerias para Formação**

No âmbito de parcerias com outras instituições para a formação técnico profissional e acções de capacitação, no período em análise, a AT recebeu 2 solicitações de candidaturas, i) uma para a selecção de funcionários interessados em ocupar cargos de Director de Finanças e Assuntos Corporativos; ii) Director de Desenvolvimento Institucional e Capacitação e de Director de Pesquisa, no Secretariado da ATAF; e iii) outra do Instituto Superior de Administração Pública (ISAP) para a frequência dos cursos ministrados naquela instituição, tendo-se registado a adesão de 11 candidatos, todos autorizados a expensas pessoais, e ainda levadas a cabo diversas acções, com destaque para:

- (i) Realização de uma palestra sobre o tema “O Papel do Agente Passivo no cumprimento das Obrigações Fiscais” para os funcionários do Ministério da Saúde, a 10 de Maio;
- (ii) Acção de formação, ministrada por técnicos especializados da empresa *GUD FiltersMozambique*, na identificação de produtos contrafeitos, tendo beneficiado 57 funcionários afectos nas áreas operativas: portos, fronteiras e outras áreas afins, dos quais 23 da DRS; 19 da DRC e 15 da DRN. Esta acção de formação teve lugar em Maio; e



- (iii) Capacitação de 4 funcionários afectos na DIFOR sobre Técnicas de Diagnóstico das Necessidades de Formação e Avaliação do Impacto de Formação, promovida pela OMA-Projecto NORAD, que decorreu de 19 a 28 de Agosto.

### 5.3.3 Criação da Instituição de Ensino Superior (IES) para a AT

Relativamente ao processo de criação da Instituição de Ensino Superior para a AT e, na sequência da tramitação dos procedimentos com vista à sua implantação, foram realizadas as seguintes actividades:

- (i) Elaborada a **Brochura sobre a IES** intitulada “**Edificação da Instituição de Ensino Superior na Autoridade Tributária de Moçambique: maior protagonismo nos desafios da modernização e globalização**”, e distribuída aos órgãos de soberania e da administração pública, bem como a parceiros nacionais e internacionais, como prova de materialização do desiderato de criação da IES para a AT está a materializar-se, em resposta à necessidade de desenvolvimento dos Recursos Humanos na instituição.
- (ii) Elaborada a Brochura contendo o conjunto dos requisitos académicos a apresentar à validação da Comissão Instaladora da IES, nomeadamente:
  - ✓ a designação da duas Escolas Superiores que deverão iniciar a actividade da IES;
  - ✓ a estruturação dos cursos de Licenciaturas e Mestrados (enquadramento legal; estrutura curricular por curso; plano de estudos; e créditos académicos);
  - ✓ a fundamentação sobre as qualificações académicas a conferir pela instituição;
  - ✓ a proposta de Regulamento do Sistema de Avaliação dos Estudantes; e
  - ✓ a proposta de Estatuto Orgânico da instituição.
- (iii) Criada, por despacho do Exmo. Sr. Presidente da AT, a Comissão Instaladora da IES, nos termos do requerido na alínea i) do Art. 12 do Decreto nº48/2010, de 11 de Novembro, que aprova o Regulamento de Licenciamento e Funcionamento das Instituições de Ensino Superior no país.
- (iv) Iniciadas as actividades da Comissão Instaladora da IES em 25 de Novembro de 2013;
- (v) Iniciadas as actividades inerentes ao processo de construção do campus da IES em Moamba.

# VI. ACÇÕES NO ÂMBITO DA MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA

## 6.1. Projecto de Modernização dos Serviços do Contribuinte – Fase 1

O Projecto de Modernização dos Serviços do Contribuinte, é um projecto que visa o melhoramento do ambiente de atendimento aos cidadãos criando maiores facilidades e comodidade na interacção com a administração tributária, subdividido em duas fases, sendo a primeira a de implementação de uma **Central de Atendimento** que inclui algumas actividades preparatórias do arranque da segunda fase, que é a da implementação do **Portal do Contribuinte**, que permitirá o envio de declarações e pagamentos electrónicos dos impostos.

No período em apreciação, foram desembolsados 494,965,00 USD pelo ICF, e 667,207.44 USD (equivalentes a 20.036.249,46 milhões de MT) pelo Governo de Moçambique, tendo sido executados 455,988,96 USD pelo ICF e 667,207.44 USD pelo Governo em acções de formação, salários e remunerações, despesas com o pessoal, aquisição de bens e serviços, obras de reabilitação dos escritórios, consultoria para assessores tributários e do projecto, e aquisição de maquinaria e equipamento.

Foi finalizada a montagem do equipamento do *back-office* da solução da central de atendimento no Centro de Dados do CEDSIF bem como o processo de implementação da CA, encontrando-se operacional, através do número curto **1266**, disponível em todas as operadoras, desde finais de Agosto, funcionando das 07h30 às 15h30 nesta fase experimental.

Foram formados um total de 151 funcionários em matérias de atendimento ao contribuinte, abrangendo as três regiões do país, nomeadamente, 86 na região sul, 25 na região centro e 40 na região norte, tendo sido produzido um relatório da formação descrevendo o decurso e os resultados desta.

Foram ainda realizadas formações técnicas a um total de 10 funcionários da AT para suporte à solução, ministrada pelo fornecedor da CA, entre os dias 12 e 15 de Agosto de 2013 e formações na utilização da solução na óptica dos utilizadores, tendo sido formados 31 funcionários da AT, incluindo agentes, supervisores, coordenador da central e especialistas, de 29 de Julho a 2 de Agosto, na sala da CA, ministrada pelo fornecedor da solução, ao abrigo do contrato de fornecimento.

Foram também, no âmbito da estratégia de comunicação, desenvolvidas acções de divulgação e gestão da mudança aos funcionários das áreas operativas da AT das 3 regiões do país, e produzidos os *spots* televisivos e radiofónicos na TVM e Rádio Moçambique, respectivamente. Estes foram apresentados e aprovados em conjunto com o material publicitário (folhetos, brochuras, camisetas, bonés, rollups, etc), em sessão do CST e veiculados na mídia (TVM, STV e Miramar).

Neste âmbito ainda, foram realizados um total de sete (7) seminários de divulgação nas cidades de Maputo (Maputo e Manhiça), Beira, Tete, Nampula (Nampula e Nacala-Porto) e Pemba no período de 09 de Outubro a 17 de Dezembro e a realização de nove (9) roadshows, de 12 a 26 de Outubro abrangendo as províncias de Sofala (Caia), Nampula (Namialo e Nacala-Porto), Cabo Delgado (Paquite, Ngonani, Natite, Casa da Cultura e Praia do Wimbe) e Inhambane (Vilanculos).

No período foram também realizadas acções com vista a finalização das especificações técnicas para o portal do contribuinte, bem como a obtenção de custos relacionados com a aquisição tendo em conta que este deverá assentar sobre dispositivos afins à plataforma ETPM, alavancando as relações com fornecedores e conhecimento interno da tecnologia, e foi ainda realizada toda a preparação para o encerramento do projecto bem como a realização do relatório de conclusão do mesmo.

## 6.2. Projecto e-Tributação

### 6.2.1. Módulo do Registo do NUIT

Dos 52 locais previstos, o sistema e-Tributação (Módulo do Registo do NUIT), foi instalado em 75 locais, com destaque para as 3 UGC's, as 25 DAF's e 28 Postos de Cobrança, para além de outros sectores dos Serviços Centrais (DTIC, instalações do Projecto, Cadastro, etc.). Nestes locais, foram instalados os link's de comunicação de redundância (Movitel), apetrechados com novo equipamento e melhorada a rede de comunicações.

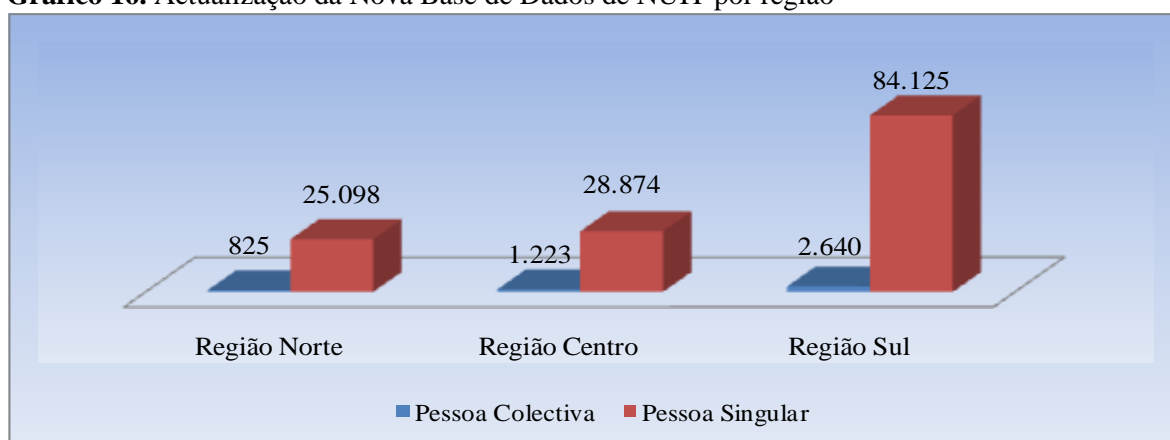
Neste período foram actualizados na nova base de dados do NUIT do e-Tributação, 142.785 contribuintes, dos quais: 2.802 na região norte, 3.327 na região centro e 3.717 na região sul. Referir que deste universo de actualizações 9.846 são com actividade e 439 referentes aos grandes contribuintes, conforme a tabela 30 e gráfico 16.

**Tabela 30.** Número de Actualizações na Nova Base de Dados do NUIT em 2013

Nº	Postos de Atribuição de NUIT / Unidade de Cobrança	M01C	M01S	M02	M02S	M03
		Pessoa Colectiva	Pessoa Singular	Com Actividade	Sucursal	
	<b>Região Norte</b>	<b>825</b>	<b>25.098</b>	<b>2.802</b>	<b>41</b>	<b>2</b>
1	UGC's	86	36	114	9	
2	DAF's	739	25.062	2.688	32	2
	<b>Região Centro</b>	<b>1.223</b>	<b>28.874</b>	<b>3.327</b>	<b>90</b>	<b>1</b>
1	UGC's	119	10	134	62	
2	DAF's	1.104	28.864	3.193	28	1
	<b>Região Sul</b>	<b>2.640</b>	<b>84.125</b>	<b>3.717</b>	<b>45</b>	<b>6</b>
1	UGC's	146	42	56	1	0
2	DAF's	2.494	84.083	3.661	44	6
	<b>Grande Total</b>	<b>4.688</b>	<b>138.097</b>	<b>9.846</b>	<b>176</b>	<b>9</b>
<b>Total de Actualizações</b>					<b>152.816</b>	
<b>Total de Contribuintes Actualizados</b>					<b>142.785</b>	
<b>Total de Grandes Contribuintes</b>					<b>439</b>	
<b>Total de Contribuintes com Actividade</b>					<b>9.846</b>	
<b>Total de Sucursais</b>					<b>176</b>	

Fonte: DGI – Projecto e-Tributação

**Gráfico 16.** Actualização da Nova Base de Dados de NUIT por região



### 6.2.2. Módulo do IVA/ISPC e Processos Comuns

No período foram finalizados e aprovados a nível do projecto todos os Modelos de Negócio (MN) da Fase 1, nomeadamente: (i) do IVA e ISPC; (ii) de Processos Comuns; (iii) de Gestão de Contencioso

(Gestão das multas); (iv) de Gestão de Juízo de Execuções Fiscais; (v) de Gestão de Casos de Falência; (vi) de Interface entre e-Tributação e e-Sistafe e, ainda, elaborados e aprovados os desenhos de solução dos Modelos: A, B, C, D e 30; Contencioso; Reembolso e Pagamentos.

Foram ainda realizados workshop's de passagem de conhecimento sobre: MN do IVA, ISPC, Processos Comuns e Reembolsos do IVA; Reembolsos e Gestão de Acessos; apresentação a DGI dos MN's do IVA, ISPC e Processos Comuns; Pagamentos; Correspondências e Contabilização da Receita; planificação *end-to-end* para implementação do IVA e ISPC, e sua entrada em produção no primeiro trimestre de 2014.

Por forma a aferir a acomodação dos requisitos descritos no modelo de negócio do IVA/ISPC e processos comuns, foram executados testes das versões em ambiente UAT (Unidade de Testes de Aceitação – *Unit Acceptance Test*).

### **6.2.3. Módulo do IRPS e IRPC**

Em relação ao módulo do IRPS e IRPC, foi descrita a situação actual, feito o levantamento dos constrangimentos e iniciada a análise e descrição do modelo proposto para estes impostos, não tendo havido mais progressos devido à atenção que foi dedicada, em termos de implementação, para o módulo do IVA e ISPC.

### **6.2.4. Comunicação Interna e Externa, Incluindo Workshops**

No período, paralelamente ao apoio geral prestado pela equipa do Projecto nas acções de comunicação e imagem da AT, incluindo coberturas de eventos, várias actividades foram levadas a cabo para os funcionários da AT, com vista a promover a adesão e facilitar a implementação do e-Tributação na AT e garantir que a informação sobre o Projecto fosse de domínio dos funcionários, dentre as quais se destacam: a realização de palestras; produção e distribuição da Edição 01 e 02 do Boletim Informativo; elaboração do desdobrável de perguntas mais frequentes; criação de uma linha de identidade do projecto; criação e apetrechamento do Blog do Projecto; produção do vídeo das viagens de divulgação Interna, desdobrável sobre actualização de dados e catálogo sobre o Módulo NUIT.

À nível externo e com o objectivo de dar a conhecer ao público sobre o estágio do Projecto bem como sensibilizar os contribuintes a proceder com a actualização de dados, foram realizadas diversas acções, dentre as quais: realização de palestras a nível das capitais provinciais, elaboração dos roteiros de vídeo institucional e spot, criação de layout dos outdoors, produção de suplementos semanais para os Jornais Notícias, Zambeze e Diário de Moçambique, disponibilização e actualização da informação no website, criação de uma peça teatral, criação e inserção de spots radiofónicos nas rádios Índico e Moçambique contemplando a rede de emissores provinciais, produção e inserção de publicidade no jornal Notícias.

Foram também realizadas apresentações sobre o projecto e o processo de registo e actualização de dados do NUIT junto aos consultivos dos Ministérios das Finanças, da Função Pública, da Juventude e Desportos, das Pescas, do interior, do Turismo e, realizadas campanhas de divulgação porta-a-porta e ainda realizadas acções de sensibilização junto ao sector privado e sociedade civil.

### **6.2.5. Formações**

Para melhorar a capacidade de resposta e desempenho, os técnicos do Projecto e-Tributação, da DTIC e do CEDSIF, beneficiaram-se de formações em matérias específicas de implementação e suporte de sistemas, bem como de suporte e gestão de TI no geral.

No âmbito da formação dos utilizadores, foram formados um total de 175 funcionários em matérias relacionadas com o módulo de registo de NUIT's, sendo (i) 113 na Região Sul (dos quais 33 técnicos de nível central – DTIC, UCCISPC e Projecto e-Tributação); (ii) 33 na Região Centro; e (iii) 29 na Região Norte. De salientar que o número total de técnicos formados nas três Regiões do país não inclui o de técnicos formados pelos Formadores regionais nos seus locais de trabalho.

Estas acções estenderam-se também aos nossos parceiros, tendo sido formados 10 Formadores de Digitadores da MD Consultores que, por sua vez, formaram 12 Digitadores, na Cidade de Maputo e, formados 22 Digitadores da Brithol Michcoma na Cidade da Beira, para trabalharem no âmbito da actualização de dados de NUIT.

#### **6.2.6. Grau de realização do fundo comum, por actividade e por centro de custo: AT e CEDSIF.**

O projecto e-Tributação durante o exercício de 2013, contou com um envelope de recursos no montante de 241,81 milhões de MT, dos quais 15,58 milhões de MT de recursos internos e 226,24 milhões de MT da componente externa de financiamento no âmbito do Fundo Comum.

Deste orçamento global, 76,74 milhões de MT foi alocado ao CEDSIF e 165,07 milhões de MT ao projecto e-Tributação, a nível da AT

Do valor global, foi executado o montante de 147,40 milhões de MT, correspondente a 60,95%, dos quais 14,03 milhões de MT de recursos internos e 133,37 milhões de MT de recursos externos (31,88 milhões de MT pelo CEDSIF e 115,53 milhões de MT pela AT), correspondente a uma execução de 90,06% e 58,95%, respectivamente.

Relativamente ao FC, a execução situou-se em 58,95% do total orçamentado, incluindo 15% de contingência, dos quais 41,54% foram executados pelo CEDSIF e 69,99% pela AT, no montante de 31,88 milhões de MT e 115,53 milhões de MT, respectivamente.

De forma sumária, este nível de execução, deriva do início tardio da execução do orçamento verificado no ano em referência no geral, aliado aos desembolsos tardios por parte dos doadores que resultaram na indisponibilidade orçamental em alguns momentos, o que condicionou a execução de algumas actividades dependentes de fornecedores externos, por um lado, e no acumulado de pendentes de pagamentos, cuja liquidação será feita no ano de 2014.

### **6.3. Janela Única Electrónica**

#### ***Expansão da JUE***

No período em análise, deu-se o início à obrigatoriedade do uso do sistema JUE para a submissão da declaração aduaneira de mercadorias nas estâncias das Províncias de Gaza - Delegação Xai-xai e Chicualacuala, Inhambane - Delegação Inhambane e Vilanculos, Niassa - Delegação de Niassa e Cuamba, Fronteiras de Entrelagos e Madimba e na Zambézia - Delegação de Quelimane e fronteira de Milange. Iniciou-se também a obrigatoriedade de submissão de declaração aduaneira de desembarço de viaturas nas estâncias das Províncias de Maputo – Delegação Aduaneira de Namaacha, Maputo Cidade – Terminal Internacional Marítima, estando a JUE já instalada em 45 estâncias aduaneiras.

#### ***Bancarização***

No período, realizaram-se com sucesso testes de colecta de impostos via Bancos com o Barclays, ABC e Procrédito, tendo-se assinado o acordo de adesão e intermediação da colecta dos impostos com os mesmos. O Banco MCB confirmou o fim da testagem, tendo dado início à preparação do processo para a assinatura do acordo de adesão.

#### ***Usuários***

No que diz respeito aos usuários do Sistema e com início da obrigatoriedade de submissão de declarações no regime de Trânsito e Armazém, alcançou-se o registo de 58 transitários e 38 armazéns dos quais 29 na zona sul e 9 na zona centro enquanto que na zona norte, somente 3 transitários com sede em Maputo e sucursais em Nacala são responsáveis por mercadorias em trânsito.

#### ***Formações***

Com vista a garantir dinâmica e flexibilidade no processo de implementação da Janela Única Electrónica, foram formados em todo país 2.966 utentes da JUE, dos quais 1.410 em ambiente tradenet e 1.556 em Ambiente CMS (Gestão aduaneira), concretamente, despachantes aduaneiros, e funcionários aduaneiros; funcionário da Direcção de reembolso e Ministério das Finanças.

#### ***Declarações Aduaneiras e Receita Colectada***

De um total de 301.973 declarações (DU's) submetidas às Alfândegas no período, 262.066, correspondentes a 86% do total, foram processadas via JUE. Deste total, 202.802 foram do Regime de Importação, 18.696 do Regime de Exportação, 5.105 dos regimes ZFI e ZEE, 2.308 do Regime de Armazéns Aduaneiros e 33.155 no Regime de Trânsitos, tendo sido colectado, para os cofres do Estado, o montante de 26.810,87 milhões de MT, por esta via.

No período, foram concedidas isenções e reduções que totalizaram um valor global de 10.859,81 milhões de MT n mesmo período as ZEE's e ZFI's importaram matérias primas com benefício fiscal no valor de 2.448,09 milhões de MT

#### ***Legislação e Procedimentos Aduaneiros***

Foi feita em coordenação com outros sectores da AT a revisão do DM 307/12, de 15 de Novembro que veio a ser revogado pelo Diploma Ministerial 116/13 de 8 de Agosto - Regulamento de trânsito onde foram melhorados alguns aspectos técnicos que criavam constrangimentos no trânsito, relacionados com percentagem de cativo de garantia, limitação do número de embarques e permissão de submissão dos meios de transportes por parte do transitário passando os oficiais aduaneiros a editar

a informação submetida em caso de divergências ou erro. Quanto ao módulo de controlo cambial, é de salientar que o Banco de Moçambique publicou 01/GBM/2013 que obriga ao uso da JUE como meio de submissão de termo de compromisso para intermediação bancária nas exportações.

### ***Melhorias ao Sistema***

Foram concluídos com êxito acções de gestão de declarações tendo melhorado: o Uso do módulo automático para avisos de pagamentos de multas por abandono de declarações; o Carregamento dos meios de transporte pelos transitários sem dependência para com despachantes. O tempo de resposta para processamento de declarações com vários meios de transporte no trânsito; a possibilidade de processamento de manifestos rodoviários com entradas parciais (vários meios de transporte para um manifesto) e a validação dos documentos a anexar nas declarações

### ***Preparação da Fase II***

Para a segunda fase da JUE foram implementados os módulos de Infracções Fiscais, Auditoria Pós-desembarço e Controlo Cambial. Transitaram, para efeito de implementação em 2014, os módulos de Importação de Produtos Petrolíferos, Armazém de Leilões, Exportação e Importação Temporária, Ministérios e Agências de Controlo (MDE), Importação temporária de Viaturas, UCR na Importação e DS - declaração simplificada e outros pagamentos não relacionados com importação.

### ***Divulgação e Sensibilização do Sistema JUE***

Durante o ano 2013 foram realizados *workshops* em todas as regiões do país versando sobre ponto de situação de implementação da JUE, aos quais precediam sessões de esclarecimento sobre o fluxo das declarações de trânsito e entrada e armazém. No âmbito da divulgação do sistema JUE, há que realçar que a inclusão de mais 5 membros na equipa de implementação da JUE veio incrementar a capacidade de resposta a alguns aspectos que tinham sido levantados pelos utilizadores, assim como a análise de aspectos que influenciavam negativamente os tempos de desembarço.

### ***Recomendações***

Para uma implementação com sucesso da JUE, realçam-se as principais recomendações:

- Continuação de acções de Formação aos gestores das Estância para maximizarem as potencialidades das ferramentas de gestão que o sistema possui;
- Capacitação dos verificadores/Examinadores, para elevar o nível de conhecimentos dos mesmos na matéria relacionada com cálculos da taxa de sobrevalorização;
- Reforço do controlo, a nível local, do regime de trânsito, dado que este representa um grande risco para a fuga ao fisco, dado o seu grande volume;
- Atenção redobrada pela gestão de topo da AT, ao registo dos armazéns e estâncias aduaneiras.



## **6.4 Funcionamento e Disponibilidade dos Sistemas Informáticos**

Foram realizadas, durante o período, actividades visando garantir a estabilidade das comunicações, segurança do equipamento informático e sistemas, a monitoria e manutenção dos sistemas de negócio e administrativos enquanto se desenvolvem os sistemas modernos que respondem aos desafios da actualidade, bem como o acompanhamento e apoio aos projectos da JUE e e-Tributação.

Estas actividades foram realizadas no cumprimento rigoroso do plasmado em legislação própria no concernente às atribuições do sector das TIC's, responsável pelo controlo de toda a área de informática da AT, desenvolvendo soluções informáticas, infra-estruturais, de comunicação e de sistemas de informação necessárias ao cumprimento das funções acometidas à AT e garantindo o devido apetrechamento do parque informático, a manutenção e a gestão dos sistemas informáticos, como abaixo se destaca.

### **6.4.1. Sistemas de Controlo e Cobrança da Receita e de Comunicações**

#### **Sistema TIMS**

Com o advento da implementação da JUE, o sistema foi sendo descontinuado de forma paulatina, nesta vertente, coube a vez de descontinuar os módulos de entrada em armazém e o dos trânsitos. Entretanto, algumas acções remanescem no sistema, particularmente, o acompanhamento de despachos pendentes, os regimes de importação e exportação temporárias e o processamento de despachos de combustível devido ao facto deste processo ainda não estar devidamente finalizado no sistema JUE.

Para além de terem sido respondidas cabalmente várias solicitações de dados estatísticos do comércio externo fez-se a extracção regular de informação na base de dados e entregue ao INE para a compilação de estatísticas nacionais. Como forma de garantir a devida segurança da informação foram feitas cópias de segurança de todas as informações.

#### **Sistema SICR**

Para garantir a execução plena das suas atribuições foram criadas as condições de acesso ao sistema por parte do GCI. Tal acção foi complementada pela formação de 2 funcionários afectos àquele sector, e extensiva a 11 supervisores e 35 agentes do controlo interno que serão distribuídos pelas diversas áreas.

#### **6.4.1.1. Sistema NUIT**

Para este sistema, foram formados 30 funcionários para potenciar o processo de atribuição do NUIT, usando tanto o sistema NUIT WEB como o do mini-aplicativo fundamentalmente para minimizar o impacto negativo sobre o processo de atribuição de NUIT's aos contribuintes. Este exercício foi realizado em 8 locais, nomeadamente Inhassoro (5), Vilanculos (3), Maxixe (3), Inhambane (3), Massinga (3), Macia (3), Bilene (4), Posto de cobrança do Zimpeto (4) e Posto de Cobrança da Avenida de Angola (2).

O sistema foi também instalado na JUE onde foram formados 4 utilizadores no sistema NUIT Web, habilitando-os a fazer consultas de NUIT's e ainda criada a capacidade de atribuição de NUIT's ao Banco Comercial de Investimentos. Foram também atribuídos NUIT's usando o sistema do mini-aplicativo na DAF de Angoche, Posto Cobrança de Monapo, BAU da Ilha de Moçambique, Montepuez, Mocímboa da Praia, Posto de Cobrança de Mandimba. Em Cuamba era utilizada esta

alternativa nos casos em que o sistema NUIT WEB via RENA se deparava com problemas de comunicação”.

#### **6.4.1.2. Sistemas de Gestão Administrativa – PHC**

No período em causa foi potenciada a área de formação dos utilizadores como parte da solução de descentralização de poderes para os Secretariados Técnicos, Delegações Provinciais e Repartições. Este exercício resultou na formação de 46 funcionários, assim distribuídos: 3 no Módulo de Património, 4 no de Transportes, 4 no de Receita, 27 no de Aprovisionamento, e 8 no de Contratos.

Por outro lado, foram formados e cadastrados como administradores do sistema, 2 funcionários da DTIC em reforço da capacidade de reposta que se pretende dar aos utentes destes serviços e realizado um trabalho concertado com a DLI garantindo que as requisições, actas de recepção e pedidos de pagamento sejam feitos por via do sistema. Esta solução já apresenta alguns resultados no concernente à uma melhor gestão na área do Aprovisionamento.

Outra acção merecedora de destaque é a concepção do portal de formação que visa auxiliar a gestão de formandos na DIFOR e no IFPFT, que é composto por vários módulos, tendo sido finalizado e entregue o módulo 2, que consiste na inserção e actualização de dados.

No módulo de Contrato foram actualizadas novas tabelas sobre o regime, modalidade, aplicabilidade e referência na Lei no âmbito do e-Sistafe, a adição de mais 2 novos utilizadores na região Norte e a extracção de mapas de execução de todos os contratos para serem publicados na Página Web da AT.

Foram ainda criadas as condições para o acesso ao sistema por parte dos funcionários do GCI, que incluíram a formação de 10 utilizadores para o acesso ao módulo de RH e 1 para o dos Contratos. Ao nível do módulo de RH fez-se a actualização dos usuários, garantindo desse modo que apenas os que têm competência de lidar com o mesmo tenham acesso ao sistema.

### **6.4.2. Outros Sistemas**

#### **6.4.2.1. Gestão de Reembolsos**

Foram instalados os módulos de cadastro e verificação, tendo sido feita em seguida a formação de 6 utilizadores para este aplicativo que faz a gestão do reembolso do IVA desde o momento que o expediente dá entrada. O sistema vai gerir os processos de cadastro, análise e emissão do pedido do pagamento.

#### **6.4.2.2. Aplicativo de Controlo de Isenção de Combustível**

Este aplicativo tem como fim auxiliar a DGI no cálculo automático de isenção de taxas de imposto para a Agricultura e Pescas. Controla o incentivo que o sujeito passivo beneficia segundo a potência do motor da embarcação para a pesca e para a agricultura, controla os hectares de produção bem como o tipo de cultura. O mesmo já está concluído e instalado no servidor da DTIC para acesso por parte dos utilizadores do mesmo.

### **6.4.3. Aquisição e Gestão de Equipamento**

Durante o período em análise, foram distribuídos 385 computadores completos, 78 impressoras, 5 Fotocopiadoras e 258 UPS's pelas diversas áreas atendendo às necessidades dos sectores.

Por outro lado, foram enviados para o abate 16 computadores, 13 impressoras, 9 monitores, 19 teclados, 33 UPS's, 4 Cases de PC, 3 Caixas Telefónicas, 14 routers e 3 *Swithes* devido à sua

obsolescência, não respondendo, por conseguinte às necessidades dos sectores onde o mesmo se encontrava adstrito.

#### 6.4.3.1. Manutenção Profilática do Equipamento e Sistemas

Foram realizadas acções em todo o país, centralmente pelas equipas da sede da DTIC e ao nível regional pelas respectivas RTICs. Estas consistiram na instalação, activação da licença e *update* do antivírus *Kaspersky*, configuração dos recursos da rede local, reinstalação do sistema operativo e outros aplicativos e aconselhamento em boas práticas para o uso das TIC's. Como resultado, em alguns casos fez-se a reposição do sinal de comunicação, garantiu-se a devida segurança da infraestrutura tecnológica, garantiu-se maior disponibilidade dos sistemas tanto administrativos como operacionais e houve uma melhor partilha dos recursos.

#### 6.4.3.2. Página Web da AT

Foram mantidas as condições tecnológicas para garantir a disponibilidade da página. Garantiu-se, por outro lado, a sua devida actualização. Esta acção foi feita por via de inserção de legislação, boletins informativos, câmbios diários, Ordens de Serviço, adição de *links*, com destaque para o blogspot do e-Tributação e do Fórum das Administrações Fiscais Africanas (ATAF). Já foi desenhado o novo Layout da página que aguarda aprovação em sede do CST. Foi também feita inserção de Boletins Informativos, de Câmbios, das edições da revista Mais-Valia e do Aplicativo de Cálculo de IRPS para 2013.

Em termos de legislação inserida o destaque vai para:

- Legislação Tributária
  - Máquinas Fiscais:
    - Proposta de Regulamento de uso de Máquinas Fiscais
    - Especificações Técnicas de Máquinas Fiscais
- Legislação Aduaneira:
  - [Lei nº 2/2013 de 7 de Janeiro](#) – que altera o Código do Imposto sobre Consumos Específicos, aprovado pela Lei nº 17/2009, de 10 de Setembro.
  - [Diploma Ministerial nº 314/2012 de 23 de Novembro](#) – que aprova o Regulamento do Operador Económico Autorizado.
  - [Diploma Ministerial nº 307/2012 de 15 de Novembro](#) – que aprova o regulamento de Trânsito Aduaneiro e revoga o Diploma Ministerial nº 10/2002, de 30 de Janeiro.

# VII. GESTÃO DO ORÇAMENTO DA DESPESA

## 7.1 Execução do Orçamento

Com vista a fazer face as acções plasmadas no PAOA - 2013, foi alocada uma dotação orçamental disponível no montante de 3.905,30 milhões de MT, distribuída da seguinte forma: 3.487,78 milhões de MT de recursos internos e 417,52 milhões de MT de promessas dos parceiros de cooperação (Recursos Externos), tendo sido actualizada para 4.602,59 milhões de MT, no decurso do exercício, conforme a tabela 30. Do valor de recursos internos, 3.680,55 milhões de MT foi destinado a cobrir as despesas de funcionamento e 504,51 milhões de MT às despesas de investimento, onde estão incluídos 59,72 milhões de MT do Projecto de Paragem Única.

O montante referente a recursos externos comporta as promessas dos Parceiros de Cooperação para o exercício económico de 2013, nomeadamente Alemanha, o Reino da Noruega, Suíça, Suécia e Reino Unido, nos valores de 184,93 milhões de MT, 61,43 milhões de MT, 17,11 milhões de MT, 40,57 milhões de MT e 45,78 milhões de MT, respectivamente e ainda o montante de 67,70 milhões de MT do saldo transitado do exercício económico de 2012.

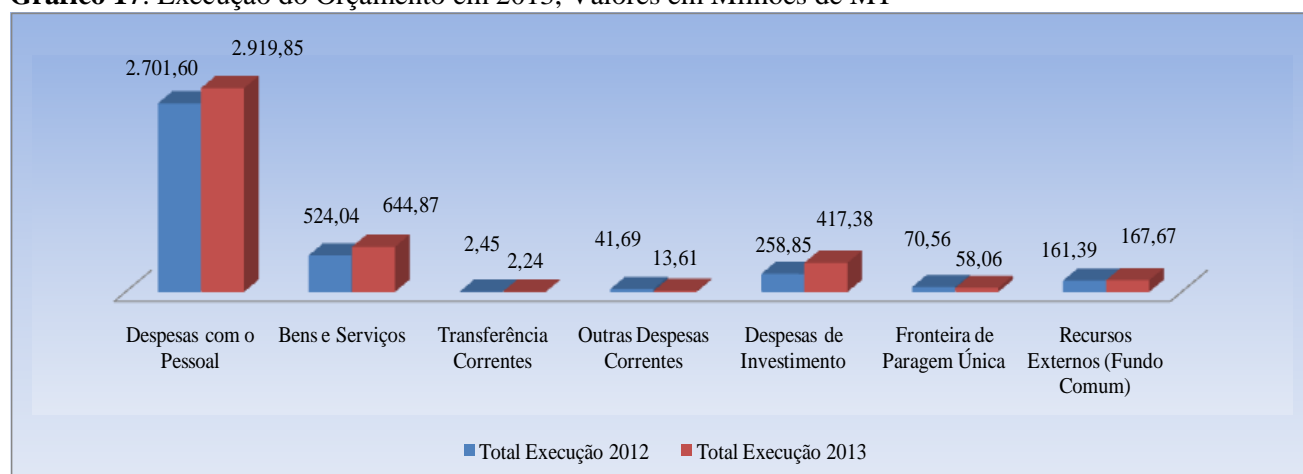
No que concerne a execução do orçamento durante o ano de 2013 é de referir que foi executado o valor de 4.223,68 milhões de MT, correspondente a 91,77% da dotação disponível actualizada, dos quais 3.580,56 milhões de MT em despesas de funcionamento, 475,44 milhões de MT em despesas de investimento interno e 167,67 milhões de MT em investimento com recurso a fundos externos (Fundo Comum), conforme a tabela 31 e gráfico 17.

**Tabela 31.** Balancete de Execução do Orçamento – 2013

<i>Unidades 10<sup>6</sup>MT</i>										
Class. Econ.	Descrição	Execução Jan/Dez 2012	Dotação Orçamental 2013	Dotação Disponível 2013	Reforço/Variação	Dotação Final 2013	Execução Jan/Dez 2013	Saldo	Execução em %	Peso em Relação a Execução de Recursos Internos
110000	Despesas com o Pessoal	2.701,60	2.929,70	2.491,99	436,67	2.928,66	2.919,85	8,81	99,70%	71,99%
120	Bens e Serviços	524,04	583,07	534,31	183,20	717,51	644,87	72,64	89,88%	15,90%
14	Transferência Correntes	2,45	15,16	13,65	-11,04	2,61	2,24	0,37	85,92%	0,06%
16	Outras Despesas Correntes	41,69	0,00	0,00	31,78	31,78	13,61	18,17	42,82%	0,34%
21	Despesas de Investimento	258,85	438,83	402,83	41,96	444,79	417,38	27,42	93,84%	10,29%
	Fronteira de Paragem Única	70,56	50,00	45,00	14,72	59,72	58,06	1,65	97,23%	1,43%
	<b>Total Recursos Internos</b>	<b>3.599,19</b>	<b>4.016,76</b>	<b>3.487,78</b>	<b>697,29</b>	<b>4.185,07</b>	<b>4.056,01</b>	<b>129,06</b>	<b>96,92%</b>	<b>100,00%</b>
	Total Recursos Externos (Fundo Comum)	161,39	417,52	417,52	0,00	417,52	167,67	263,37	40,16%	
	<b>Total Geral</b>	<b>3.760,58</b>	<b>4.434,28</b>	<b>3.905,30</b>	<b>697,29</b>	<b>4.602,59</b>	<b>4.223,68</b>	<b>392,43</b>	<b>91,77%</b>	

Fonte: DGSC – DF

**Gráfico 17.** Execução do Orçamento em 2013, Valores em Milhões de MT



### **7.1.1 Despesas com Pessoal**

A rubrica Despesa com o Pessoal teve durante o ano um desempenho na ordem de 99,70%, em razão da execução de 2.919,85 milhões de MT, dos 2.928,66 milhões de MT da dotação actualizada. Este valor, serviu para suportar as despesas de “salários e remunerações” e “outras despesas com o pessoal”.

#### **7.1.1.1 Salário e remunerações**

A despesa com salários e remunerações durante o período em referência foi de 2.888,95 milhões de MT equivalente a 99,80% em relação a dotação disponível actualizada. Nesta rubrica verificou-se a libertação do cativo obrigatório no montante de 434,20 milhões de MT que garantiu a cobertura da despesa até ao final do exercício sem sobressaltos. De referir que, durante o ano houve inclusão dos funcionários recentemente admitidos em resultado de já possuírem Visto do Tribunal Administrativo (TA), o pagamento do 13º vencimento bem como de subsídios por Morte, conforme a tabela 31. Em termos comparativos esta rubrica cresceu 9,73% em relação a igual período de 2012.

#### **7.1.1.2 Outras Despesas com o Pessoal**

A execução desta rubrica no período em análise foi de 30,90 milhões de MT, equivalente a 90,98% da dotação actualizada. O montante executado inclui o pagamento do subsídio de assentamento dos funcionários transferidos para as diversas áreas ao longo do ano bem como de alguns processos referentes ao exercício de 2012. O nível de execução alcançado foi satisfatório, contudo, verifica-se um saldo no valor de 3,06 milhões de MT, sendo parte significativa a referente a verba de ajudas de custo para dentro do país, alocada aos centros de custos regionais e provinciais.

De referir que, dada a exiguidade de fundos para o abono de ajudas de custo, bem como o elevado custo de vida em alguns pontos do país, algumas despesas com deslocações dos funcionários foram cobertas através do pagamento de alojamento e alimentação a partir da rubrica de bens e serviços, medida que foi adoptada em todos os centros de custos, onde fosse aplicável.

### **7.1.2 Bens e Serviços**

A execução nesta rubrica durante o exercício foi de 644,87 milhões de MT, equivalente a 89,88% da dotação disponível actualizada, sendo o saldo de 72,64 milhões de MT. Importa referir que deste saldo 33,41 milhões de MT é referente a recursos do tesouro, sendo 26,97 milhões de MT de despesas por pagar, na verba de comunicações, cujas facturas foram cabimentadas, liquidadas e o pagamento será efectuado no exercício económico de 2014 e a despesa reflectida no orçamento de 2013. Comparativamente a igual período de 2012 esta rubrica cresceu 23,06%, conforme a tabela 31.

### **7.1.3 Despesas de Investimento**

No que respeita ao investimento com recursos internos, excluindo o Projecto de Fronteira de Paragem Única, a execução atingiu, durante o período em análise, o montante de 417,38 milhões de MT, o equivalente a 93,84% da dotação disponível actualizada, permanecendo em saldo o valor de 27,42 milhões de MT. Do montante executado 159,40 milhões de MT foi em construções, 67,10 milhões de MT na aquisição de meios de transporte e 190,89 milhões de MT em outra maquinaria e equipamento.

#### **7.1.4 Projecto de Fronteira de Paragem Única – Implementação e Execução do Orçamento**

No que toca a este Projecto importa referir que no presente exercício económico, a execução atingiu 58,06 milhões de MT com despesas de construções e de funcionamento do próprio projecto, o equivalente a 97,23% da dotação disponível, sendo o saldo de 1,65 milhões de MT.

O projecto iniciou em finais do ano 2007, com a assinatura do Acordo Bilateral entre os Governos de Moçambique e da África do Sul para o estabelecimento do Posto de Fronteira de Única em Ressano Garcia/Libombo, no âmbito da livre circulação de pessoas e bens, assim como na melhoria das relações económica, social, cultural e de cooperação entre os dois países bem como a facilitação do comércio e serviços em conformidade com os desígnios da integração regional, tendo sido desenvolvidas, em 2013, no âmbito do Acordo Bilateral assinado, diversas actividades, como a seguir se descreve:

##### **a) Área Turística e Balcão de Atendimento ao Mineiro**

Nesta área destaca-se a melhoria da iluminação no perímetro da fronteira e a ligação de ambos os canais pedestres (sul africano e moçambicano). Igualmente foram executados trabalhos de pintura dos edifícios para o atendimento aos pedestres, melhoria do sistema eléctrico e de abastecimento de água, de iluminação e de canalização e ainda o balcão de mineiros cujo atendimento aos utentes foi transferido para os Kms 7 e 4 durante o princípio e o fim da semana de Páscoa, respectivamente.

Este ponto foi também usado para o desembarco migratório e alfandegário nos períodos de pico, da Páscoa, final de ano e o atendimento do movimento massivo durante os fins de semana, sobretudo nos últimos dias de cada mês, caracterizado por cidadãos moçambicanos que se deslocam à África do Sul para compras de bens de primeira necessidade e para lazer.

##### **b) Área Comercial (Terminal Internacional Rodoviário – Km 4)**

Durante o período em análise, é de destacar o início de desembaraço de mercadorias expedidas em regime de trânsito, com recurso ao sistema de JUE, operação esta que anteriormente era efectuada através de sistema *TIMS*, no Km 7. Importa igualmente referir que executam-se através do mesmo sistema (JUE) as operações de emissão de memorandos de carga comercial expedida para os terminais do interior, a partir deste ponto. Durante o período em análise foram processados neste terminal 62.288 memorandos de diversa carga, sendo o maior terminal destinatário, TIRO, com 51,42%, desse volume.

Ainda neste terminal rodoviário, para acomodar os funcionários em trabalho na examinação física de mercadorias e no desvio (N4) foram adquiridos no âmbito do projecto, 2 escritórios de estruturas pré-fabricadas, com respectivos acessórios (AC, WC).

Para melhor gestão do terminal e de modo a torná-lo mais competitivo, parte desse espaço foi concessionado (através do contrato assinado em Junho do mesmo ano) ao consórcio constituído pelas empresas Matola Cargo Terminal-SA, Matrix Comércio, Indústria e Serviços, Lda. e a Zambian (IP) Border Crossing Company Limited, tendo estado, até ao fim do período em avaliação, em curso o processo de apuramento de empreiteiro que irá erguer as infraestruturas (vias e edifícios).

Durante o período da Páscoa e do fim do ano, o terminal serviu de ponto de atendimento de grande parte do fluxo transfronteiriço do ano, ao acomodar as autoridades migratórias e aduaneiras moçambicanas e sul africanas, para o atendimento a cerca de 10 mil viaturas, na sua maioria transportando mineiros de regresso a à RSA.

### c) Reassentamento

Neste ponto, destaca-se a entrega aos beneficiários, de 40 casas, das 51 construídas para acomodar as famílias que foram deslocadas no âmbito do Projecto, cuja cerimónia de entrega contou com a presença de S. Excia. o Ministro das Finanças, outras figuras do Governo, diplomatas, sociedade civil, líderes locais e outros convidados. De referir que as primeiras 11 casas foram entregues numa cerimónia idêntica em Agosto de 2012. Foram beneficiários das casas, para além daquelas famílias, algumas instituições, nomeadamente, Ministério do Interior (um Posto Policial e uma Residência), Ministério da Saúde (um Posto de Saúde e uma residência), Instituto Nacional de Transportes Terrestres (uma residência), Governo Local (uma casa protocolar e uma residência), Ministério das Finanças (uma residência protocolar) e Autoridade Tributária (um posto de cobrança e cinco residências).

Constam ainda das benfeitorias entregues àquelas famílias o seguinte:

- (i) Um sistema de abastecimento de água, composto por tanques colectores e respectivas bombas de pressão;
- (ii) Um sistema de iluminação pública (postes, cabos e ligação); e
- (iii) Um alpendre e assentos para paragem de passageiros de transportes semi-colectivo.

A entrega das casas acima referidas foi precedida de trabalhos da conclusão de quatro dessas, uma das quais transformada em posto de cobrança, cujas obras consistiram em execução de divisórias, balcão de atendimento, montagem de ar-condicionados e gradeamento geral. Foi ainda realizada a limpeza do recinto que consistiu no corte de capim em todo o perímetro do bairro, arruamento e abertura de valas de drenagens de águas pluviais.

#### 7.1.5 Recurso Externos (Fundo Comum) – Orçamento e Execução

Para o presente exercício económico o Plano de Actividades e Orçamento (PAOA) 2013 apresenta, com recursos externos, um total de 417,52 milhões de MT, composto pelo saldo transitado do exercício de 2012 (67,70 milhões de MT) e por promessas dos Parceiros de Cooperação (349,82 milhões de MT), referentes ao ano em curso. Durante o exercício em análise foi executado o montante de 167,67 milhões de MT, o equivalente a 40,16% do valor orçamentado, conforme a tabela 31. Este valor foi gasto em despesas com: (i) a promoção da educação fiscal e popularização do imposto a nível nacional com vista ao alargamento da base tributária; (ii) aquisição de equipamento informático para o controlo eficiente da carteira de contribuintes, aliada à necessidade de expandir as unidades de cobrança de receitas fiscais e aduaneiras; (iii) em trabalhos de inspecções e auditorias para a recuperação de receitas adicionais para financiar as actividades do Governo; (iv) a capacitação dos funcionários em áreas específicas e especializadas; e (v) outras.

#### 7.1.6 Receitas Próprias e Consignadas

Durante o período em análise foi recebido o montante total de 213,64 milhões de MT de receitas próprias consignadas e adicionados ao saldo transitado de 2012 no valor de 17,82 milhões de MT, totalizando deste modo no final do exercício em análise a importância de 231,46 milhões de MT.

No mesmo período foi executado com recurso a receitas próprias e consignadas o montante total de 217,76 milhões de MT. A fonte de receitas consignadas registou um saldo orçamental de 13,28 milhões de MT e na de receitas próprias 25,95 milhões de MT. Importa referir que destas receitas há um remanescente (valor disponível) que transitou para o exercício económico de 2014 nos montantes de 49,10 milhões de MT e 8,73 milhões de MT, respectivamente.



### 7.1.7 Evolução da Execução Orçamental de 2010 a 2013

De 2010 até 2013 nota-se uma tendência crescente da dotação orçamental ano após ano, o que garante a execução da despesa programada. Comparando a execução global dos quatro últimos anos pode-se notar que de 2010 para 2011, registou-se uma subida de cerca de 24%, de 2011 para 2012, de 28,60% e de 2012 para 2013 um acréscimo de 11,18%.

Esta tendência deve-se a vários factores tais como o crescimento do quadro do pessoal, ajustamento salarial resultante do enquadramento, abertura de novos postos de cobrança de receita, que causam a necessidade de aquisição de mais bens e serviços, aquisição, manutenção e reparação de imóveis e de viaturas, que se regista ano após ano.

### 7.1.8 Análise do Crescimento da Despesa em Função da Receita

Conforme se pode verificar na tabela 31, de 2010 a 31 de Dezembro de 2013 o rácio Despesa da AT/Receitas do Estado tem vindo a crescer embora numa fasquia abaixo de um ponto percentual, à excepção do ano de 2013, que conheceu um ligeiro decréscimo, conforme a tabela 32, o que pode ser explicado pelo sobre cumprimento na arrecadação da receita.

**Tabela 32.** Rácio Despesa/Receita de 2010-2013

*Unid.: 10<sup>6</sup> MT*

2010			2011			2012			2013		
Receita recebida	Despesa	Variação	Receita recebida	Despesa	Variação	Receita recebida	Despesa	Variação	Receita recebida	Despesa	Variação
63.468,35	2.019,92	3,18%	81.119,18	2.924,01	3,6%	98.615,05	3.743,28	3,80%	127.379,37	4.180,72	3,28%

Fonte: DGSC – DF

## 7.2 Património da AT

### 7.2.1 Concursos e Contratos

Em 2013 foram lançados 240 concursos públicos, rubricados 348 contratos (entre contratos de adesão e ordinários), dos quais 211 foram enviados ao TA para efeitos de fiscalização prévia e sucessiva.

Dos contratos rubricados há a salientar um número de 172 ajustes directos na sua maioria fundamentados na base da alínea a) do n.º 2 do artigo 113<sup>6</sup>, particularmente resultantes da contratação de vários fazedores de arte (músicos, humoristas e grupos de dança) nas animações culturais no âmbito das campanhas de educação fiscal e aduaneira e popularização do imposto a nível nacional, existindo outros casos que resultaram da necessidade de continuação dos trabalhos anteriormente realizados ou ainda da manutenção do padrão fornecido.

### 7.2.2 Imóveis, Reabilitações e Construções

No período em análise, foi adquirido e distribuído à diferentes órgãos da Instituição, equipamento diverso como mobiliário de escritórios e de residências e ainda adquiridas 60 viaturas e equipamento informático, distribuídos conforme os anexos I e II, respectivamente.

<sup>6</sup> Do Regulamento de Contratação de Empreitada de Obras Públicas, Fornecimento de Bens e Prestação de Serviços ao Estado, aprovado pelo Decreto n.º 15/2010, de 24 de Maio

Por forma a garantir o normal funcionamento dos sectores de actividade, deu-se continuidade à implementação do modelo “*just in time*” nas requisições de bens e serviços o que possibilitou maior flexibilidade na obtenção dos materiais. Entretanto, dadas as nuances do modelo no acompanhamento de requisições externas, foram reforçadas as medidas de controlo através da centralização na DLI e DTIC conforme os casos, das emissões de requisições externas cabendo aos sectores apenas as requisições internas.

Por razões de uniformidade do padrão a usar pela AT, os impressos e formulários são adquiridos centralmente e posteriormente enviados as Direcções Regionais e Delegações Provinciais. Importa realçar que com a entrada em funcionamento de mecanismos electrónicos de recolha de dados entre a AT e os contribuintes através da JUE e do e-Tributação, espera-se que as despesas com impressos e formulários possam reduzir. Entretanto, estes processos ainda estão em fase embrionária e o uso de impressos e formulários se mostra ainda necessário, particularmente devido a intensa campanha de cadastração e actualização de NUIT's, constituindo desafio da DLI, o acompanhamento deste processo de transição, promovendo a redução da despesa nessa rubrica, potenciando mais os meios electrónicos.

### **Abate de Meios Circulantes e Conversão de Matrículas**

Durante o ano foram arroladas para o abate 19 viaturas, por terem atingido o tempo de vida útil e por consequência representarem gastos significativos na sua manutenção. Entretanto este processo encontrou algumas nuances derivado do facto de a Direcção Nacional do Património ter interrompido o processo para reestruturação dos procedimentos, prevendo-se que este processo retome em Fevereiro de 2014.

Durante o ano de 2013, solicitou-se a conversão de matrículas para as do Estado em 77 viaturas num universo de 197, a nível central. Outros dois expedientes deram entrada no INATTER de Maputo - cidade e Maputo Província para a conversão de matrículas de 49 viaturas, devendo ser efectivados até finais de Janeiro de 2014.

### **7.2.3 Imóveis, Reabilitações e Construções**

#### **Imóveis**

O total do património imóvel da AT é de 432 edifícios, cuja distribuição consta do anexo III, entre complexos residenciais, residências, unidades de cobrança e escritórios diversos. Deste número 55 são instalações arrendadas pela AT às entidades privadas.

Durante o ano de 2013 deu-se início ao processo para a aquisição de 5 imóveis, para os mais diversos fins, sendo 1 na Província de Cabo Delgado, 1 na Província de Nampula e 3 na província de Manica, cujo processo espera-se que seja concluído em 2014, pelo facto de algumas das necessidades que nos conduziram a essas aquisições terem surgido ao meio do ano ou mesmo no fim, e as mesmas não tinham sido cabimentadas, como são os casos de entrada em funcionamento de 3 novas UGCs.

Ainda no mesmo âmbito foram registados a favor da AT, 21 imóveis, sendo 9 na Província de Niassa, 6 na Província da Zambézia, e 6 na Província de Tete. Estes registos respeitam a imóveis já existentes, cujo processo encerra em si várias fases, sendo que ao longo dos anos a AT vai procedendo ao registo dos mesmos, ficando ainda por registar cerca de 346 imóveis ao longo do todo o País.

## Construções e Reabilitações

Para o ano de 2013 estavam previstas a construção e reabilitação de 15 e 16 Infra-estruturas respectivamente para funcionamento tanto de postos fiscais e de cobrança bem como de implantação de outros órgãos da AT. Do planificado foi concluída a construção de 5 infra-estruturas e reabilitação de 10 o que representa um grau de realização de 33% e 62,5% respectivamente e uma realização global de 48,4% em relação ao planificado para construções e reabilitações.

Em relação as construções o principal factor constrangedor foi o início tardio das obras associado a fraca capacidade dos empreiteiros nacionais na mobilização de recursos na fase inicial da obra. No tocante as reabilitações, o factor determinante foi a ausência de conhecimento detalhado das anomalias que os imóveis possuíam o que condicionou a execução integral dado que na maior parte dos casos existiam trabalhos adicionais resultantes de subavaliação das reais necessidades aliadas ao constrangimento do limite orçamental disponível, destacando-se as seguintes construções:

- ✓ Edifício Sede da AT (Cidade de Maputo) – foi concluído toda a estrutura do edifício em betão armado e alvenarias gerais e iniciados trabalhos de rebocos, paralelamente com a parte hidráulica (abastecimento de água e esgotos);
- ✓ Construção do IFPFT (Moamba) – Obras iniciadas, tendo ficado até ao final do período, na fase de montagem de estaleiro;
- ✓ IFP-Boane (fase II) – Obra concluída;
- ✓ Posto de Cobrança de Boane – Obra na fase conclusiva, faltando a execução de prateleiras, pinturas interiores e exteriores, colocação de ar condicionados e arranjos exteriores;
- ✓ TIRO Manica – Concluída a terraplenagem e construção de valas de drenagem e iniciada a fase de assentamento do pavê;
- ✓ Posto Fiscal e de Cobrança de Gilé-Moiane – Obra concluída, faltando por executar alguns aspectos constatados na última visita da DLI, como: execução das varandas frontais, pintura geral exterior, eliminação de alguns pontos de infiltrações e abertura de furo de água;
- ✓ Posto de Cobrança de Luabo – até ao final do período a obra estava em curso – na fase de acabamentos e rebocos em paredes com o nível de execução de 90%;
- ✓ Posto de Cobrança de Caia – Obra em curso – estando na fase de rebocos e caixilharia;
- ✓ Construção de Residência de funcionários em Tete- Fase III – Obra concluída, faltando por executar algumas correcções recomendadas ao empreiteiro;
- ✓ Construção do Posto de cobrança de Chitima – foi feita a vedação e neste momento o plano do seu progresso é para 2014, no qual estão previstas algumas alterações;
- ✓ TIRO de Inchope – foi feito a destronca e limpeza na zona de implantação do TIRO e de reassentamento;
- ✓ Posto de Cobrança de Chiúre – Obra paralisada devido a graves anomalias e execução defeituosa, culminando com a rescisão do contrato; e
- ✓ Posto de Cobrança de Macomia – Obra concluída e entregue, aguardando a inauguração.

Paralelamente foram efectuados trabalhos de manutenção de rotina e ainda inauguradas as 51 Casas em Ressano Garcia no âmbito do Projecto de Fronteira de Paragem Única e o Posto de Cobrança de Manjacaze.

## **VIII. PLANEAMENTO E ESTUDOS**

## 8.1. Planeamento

No período foi elaborado e concluído o Plano de Actividades e Orçamento Anual da AT (PAOA) para 2014, foram elaborados os relatórios periódicos de desempenho da AT, referentes ao ano de 2012, aos 1º Trimestre, Semestre e 9 meses de 2013, bem como perspectivadas as acções para os períodos subsequentes e ainda prestada colaboração na elaboração do relatório de execução financeira do Fundo Comum da AT, relativo ao ano 2012 e do 1º semestre de 2013.

No âmbito da gestão das finanças públicas, foram fornecidas informações relevantes aos diversos sectores do Governo e outros parceiros nacionais e estrangeiros, para a preparação de diversos relatórios de avaliação das reformas e políticas implementadas no país, destacando-se, entre outros, o Balanço do PES de 2012 e 1º semestre de 2013; o Relatório do Grupo Temático do Grupo de Gestão de Finanças Públicas 2013 do Pilar da Macroeconomia e Pobreza; e a matriz das Medidas Qualitativas do PSI.

Foram elaborados e aprovados pelo Exmo. Sr. P-AT, os Principais Indicadores de Desempenho Aliados ao Plano Estratégico da AT 2011 – 2014, cujo processo para a sua elaboração resultou de um trabalho harmonizado através de encontros do Grupo Técnico de Apoio à Equipa Executiva de Gestão de Mudanças do CST e harmonização porta a porta, com todos os sectores da AT, incluindo trabalho harmonizado com os Parceiros de Cooperação.

Foram ainda realizados encontros com os diversos sectores para harmonização de procedimentos no âmbito da elaboração dos projectos, em coordenação com a Direcção de Logística e Infra-estrutura e a Direcção de Finanças, como forma de materializar o Plano Anual de Actividades da AT, no âmbito do financiamento das acções de reforma da Instituição, através do Fundo Comum da AT.

No âmbito da monitoria do cumprimento da implementação dos planos, foram realizadas visitas de monitoria às Direcções Regionais, incluindo as delegações Provinciais da AT, tendo sido ainda distribuído, por todos os funcionários, o Plano Estratégico da AT 2011-2014. Foi nos encontros, realçada a necessidade de os sectores elaborarem os seus planos operacionais com um nível de detalhe superior ao do PAOA, devendo hierarquicamente serem subdivididos em Planos Operacionais da Direcções Gerais, Regionais, Delegações Provinciais, sempre alinhados aos objectivos, estratégias e linhas de acção patentes, tanto no Plano Estratégico como no PAOA.

Foi igualmente feita a monitoria das actividades constantes do PAOA 2013 e à implementação dos projectos financiados pelo FC, através de uma matriz elaborada para o efeito, tendo sido prestado todo apoio aos sectores culminando com a aprovação de 81 projectos, de um total de 91 submetidos ao GPECI. Dos remanescentes 10, 2 foram cancelados a pedido dos sectores proponentes e os restantes 8 estão serão implementados em 2014.

## 8.2. Estudos

Neste período, foram concluídos os seguintes estudos:

- Impacto da eventual eliminação ou manutenção do imposto do selo na melhoria do ambiente de negócios e sobre a receita, que tem como objectivo a análise e discussão dos argumentos que justificam a manutenção ou revogação parcial/total deste imposto e avaliar os consequentes impactos fiscais destas medidas, cujas conclusões apontam para a manutenção do imposto de selo, apesar de ter uma fraca contribuição para orçamento do Estado. Foi concluído a nível técnico e submetido à apreciação do Director Geral do GPECI;
- Análise do Código do IVA, que tem como objectivo avaliar o elevado nível de pedidos de reembolso, cujas recomendações apontam para que todos processos de reembolso, antes de

serem submetidos a despacho, devem obrigatoriamente ser auditados pela AT. Já foi concluído e apresentado em sede de CST.

Foram ainda, no período, iniciados os seguintes trabalhos, para conclusão em 2014:

- O estudo sobre a análise dos regimes simplificados de tributação, face a criação do ISPC, tendo em vista analisar a pertinência destes regimes no sistema tributário nacional, cujas conclusões preliminares apontam para à manutenção dos regimes simplificados, propondo-se, paralelamente, algumas alterações ao Código do ISPC e respectivo Regulamento. Foi concluída a parte teórica, aguardando-se dados consistentes da DTIC para aprofundamento dos impactos;
- Estudo sobre os qualificadores profissionais da AT, que tem em vista analisar em que medida os mesmos permitem a selecção dos técnicos mais qualificados para o desempenho de funções em comissão de serviço;
- Estudo sobre a avaliação da gestão dos recursos humanos na AT, que visa avaliação a gestão dos recursos humanos no período de 2006 a 2012;
- Estudo sobre a avaliação do grau de satisfação dos contribuintes face a qualidade de serviços oferecidos pela AT, que tem como objectivo avaliar a satisfação dos contribuintes face à qualidade de serviço oferecido pela AT;
- Estudo sobre o papel da auditoria e fiscalização tributária na AT, que tem como objectivo avaliar o processo de gestão de auditoria e fiscalização tributária na AT.
- Análise do desembaraço aduaneiro de mercadorias apreendidas por infracções fiscais, que como objectivo analisar o tempo de desembaraço dessas mercadorias; e
- Estudo sobre o contributo do sector informal na fiscalidade, que tem como objectivo avaliar o contributo do sector informal na fiscalidade.

Foi igualmente, no período, efectuada análise das implicações da aplicação das últimas alterações ao CIRPS face a aprovação do Diploma Ministerial nº 64/2013, de 12 de Junho, cujas conclusões indicam que para todos os contribuintes que auferam um salário superior a 18.750,00MT e inferior a 20.451,96MT (mesmo não considerando a situação pessoal e familiar) que actualmente estão isentos do pagamento do IRPS, passarão a pagar o IRPS a uma taxa de retenção na fonte a título definitivo de 10%, com a entrada em vigor das novas alterações no Código do IRPS. Este facto irá contribuir para o aumento na geração de receitas fiscais.

# **IX. REFORMA DA LEGISLAÇÃO FISCAL E ADUANEIRA**

## 9.1. Reforma Legislativa

No âmbito da reforma legislativa em curso, foram elaboradas as seguintes propostas de revisão legislativas que foram posteriormente aprovadas pelos órgãos competentes:

- i. **Lei n.º 2/2013, de 7 de Janeiro**, que altera o Código do Imposto sobre Consumos Específicos aprovado pela Lei n.º 17/2009, de 10 de Setembro;
  - Foram introduzidos mecanismos que possibilitem a correcta determinação do valor tributável, assim, a Administração Tributária pode efectuar as correcções necessárias, desconsiderando o preço estabelecido pelo produtor e recorrendo ao preço de venda praticado pelo revendedor imediato na cadeia de redistribuição, depois do produtor, deduzido de 20%;
  - São introduzidas taxas específicas como valor mínimo de tributação sobre as bebidas alcoólicas produzidas pela simples diluição de álcool etílico com água potável até obter-se o teor alcoólico pretendido e adição de aroma, essências, extractos de uvas, concentrados, corantes e conservantes, também para reduzir a distorção do preço entre o produtor e o distribuidor;
  - São ajustadas as taxas específicas para os cigarros, vinhos e bebidas espirituosas, que se encontram em vigor desde Janeiro de 2010, tendo em vista a devida correcção monetária e redução gradual da distorção face às taxas específicas em vigor na região para os mesmos produtos.
  
- ii. **Lei n.º 20/2013, de 23 de Setembro**, que altera o Código do IRPS, introduzindo mecanismos que permitem, por um lado reduzir o volume de pedidos de reembolsos em sede deste imposto e, por outro, eliminar os avultados valores de pagamentos a final a que muitos contribuintes são notificados a efectuar quando auferem apenas rendimentos do trabalho dependente. Com esta Lei pretende-se ajustar os mecanismos de operacionalização da Lei, constantes no Regulamento do CIRPS, aprovado pelo Decreto n.º 8/2008, de 16 de Abril, em função das alterações introduzidas na referida Lei.
  
- iii. **Decreto n.º 1/2013, de 8 de Março**, que altera os artigos 4, 5, 10, 11 e 13 do Regulamento do Código do Imposto sobre Consumo Específico aprovado pelo Decreto n.º 69/2009, de 11 de Dezembro.
  - Aprova os procedimentos com vista a operacionalizar a Lei n.º 2/2013, de 7 de Janeiro, com destaque para os seguintes matérias;
  - A obrigação de constituição de armazém aduaneiro para a realização das operações de produção transformação e armazenagem de bens sujeitos a Imposto sobre Consumos Específicos;
  - A indicação expressa da competência dos Serviços das Alfândegas, para a liquidação e cobrança do Imposto sobre Consumos Específicos, incluindo o imposto devido pelos bens produzidos no País, fora dos regimes aduaneiros especiais;
  - O estabelecimento da disciplina relativa à circulação e transporte de bens em regime de suspensão do ICE, entre armazéns aduaneiros;
  - A fixação dos limites máximos de faltas ou perdas admissíveis na produção de álcool e de tabaco, não sujeitas a ICE.
  
- iv. **Decreto n.º 56/2013, de 27 de Novembro**, que altera os artigos 4, 11, 20, 21, 28, 29, 30, 31, 44 e 45 do Regulamento do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, aprovado pelo Decreto n.º 8/2008, de 16 de Abril.
  - Com esta proposta pretende-se definir os procedimentos para determinação dos rendimentos do trabalho dependente, integrados na primeira categoria, deixem de ser englobados aos restantes rendimentos para efeitos de cálculo do imposto, sujeitando-se a retenção na fonte a título definitivo.



- Pretende-se ainda, determinar que o estado civil do sujeito passivo deixe de influenciar a forma de cálculo do imposto e de declaração dos rendimentos, passando cada sujeito passivo a declarar os rendimentos próprios e de seus dependentes.
- v. **Decreto n.º 71/2013, de 23 de Dezembro**, que aprova Regulamento de Reavaliação dos Activos Tangíveis;
- Decorridos 19 anos após a última reavaliação, considerando que a inflação que se regista ao longo dos anos deturpa a estimativa do valor patrimonial das empresas, desactualiza os valores históricos dos seus activos, afectando, deste modo, a sua gestão e dando a ilusão de estar-se a realizar lucros, distorcendo os cálculos de rentabilidade e fazendo incidir os impostos sobre lucros irreais, havendo assim, necessidade de se aprovar uma nova reavaliação.
  - Adicionalmente, o Regulamento consagra a não sujeição à tributação dos resultados da reavaliação operada, mas aceitando, para efeitos fiscais, os aumentos das amortizações dela derivados, embora sempre dentro de determinados limites necessários para que se previna o efeito negativo e uma maior erosão das receitas do Estado.
- vi. **Decreto n.º 72 /2013, de 23 de Dezembro**, que aprova o Regime de Reintegração e Amortizações do Imobilizado;
- Este instrumento visa essencialmente (i) adoptar um regime de amortizações adequado aos procedimentos de registo contabilístico, adoptados pelo Decreto n.º 70/2009, de 22 de Dezembro, que aprova o Sistema de Contabilidade para o Sector Empresarial, abreviadamente designado por SCE, baseado nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF's); e (ii) proceder à melhor sistematização da disciplina do regime de amortizações, destacando-se as seguintes principais alterações:
- A possibilidade de, mediante autorização da administração tributária, serem praticadas e aceites para efeitos fiscais amortizações inferiores às quotas mínimas que decorrem da aplicação das taxas das tabelas anexas no Decreto;
  - A indicação expressa e fixação da disciplina de cada um dos diversos métodos de cálculo das amortizações, com preferência para o método das quotas constantes;
  - A disciplina relativa à amortização de activos intangíveis;
  - Aos bens que ainda estavam a ser amortizados à data da entrada em vigor deste novo regime, foram adoptadas normas de direito transitório.
- vii. **Resolução de 16 de Maio**, autoriza o Ministro das Finanças a proceder a assinatura dos Anexos ao Acordo Bilateral relativo ao Estabelecimento de Posto de Fronteira de paragem Única em Ressano Garcia/Lebombo, assinado entre o Governo da República de Moçambique e da República de África do Sul, a 18 de Setembro de 2007, em Pretória.
- viii. **Diploma Ministerial n.º 64/2013, de 12 de Junho**, actualiza as Tabelas de Retenção na Fonte do Imposto sobre o Rendimento das pessoas Singulares (IRPS).
- ix. **Diploma Ministerial n.º 116/2013, de 8 de Agosto**, que aprova o Regulamento de Trânsito Aduaneiro, que teve o seguinte objectivo: registar os agentes transitários; controlo aduaneiro desde a instância de entrada até a de saída, adoptar cautelas fiscais para impedir a violação dos volumes, recipientes de carga e permitir o controlo do meio de transporte.
- x. **Despacho de 6 de Fevereiro de 2013**, que Aprova os Modelos de Impresso e do Cartão de Identificação Tributária dos sujeitos passivos;
- Resulta da necessidade de adequar os Modelos de Impressos e Cartões NUIT aos mecanismos de operacionalização do NUIT recentemente aprovados pelo Decreto n.º 28/2012, de 26 de Julho.

- xi. **Despacho de 27 de Junho de 2013**, aprova o Modelo – I-ICE a que se refere o n.º 2 do artigo 2-B do Decreto n.º 2/2012, de 24 de Fevereiro, para efeitos de isenção do ICE.

## 9.2. Processos de Harmonização de Propostas Legislativas

No período deu-se continuidade e/ou início aos processos de harmonização de propostas legislativas, tendo sido submetidas ao CST, as seguintes propostas de alteração legislativa:

- i. **Proposta de Lei que aprova o Regime Específico de Tributação da Actividade Mineira**, com os seguintes objectivos:
- Adequá-lo às práticas internacionais aplicáveis ao Sector, garantir a melhoria do ambiente de negócios e actualizar as taxas do Imposto sobre a Superfície;
  - Estabelecer, numa mesma Lei o Regime Específico de Tributação e o Regime de benefícios fiscais aplicáveis à actividade mineira e proceder à actualização da lista de bens que os empreendimentos mineiros podem importar com isenção de direitos aduaneiros e demais imposições devidas; e
  - Adoptar normas específicas em sede dos Imposto sobre o Rendimento para a actividade mineira.
- ii. **Proposta de Lei que aprova o Regime Específico de Tributação da Actividade Petrolífera**, com os seguintes objectivos:
- Adequá-lo às práticas internacionais aplicáveis ao Sector, garantir a melhoria do ambiente de negócios e assegurar uma acção tributária eficaz, através da mobilização de receitas adicionais;
  - Estabelecer, numa mesma Lei o Regime Específico de Tributação e o Regime de benefícios fiscais aplicáveis às operações petrolíferas e Proceder à actualização da lista de bens que os empreendimentos petrolíferos podem importar com isenção de direitos aduaneiros e demais imposições devidas;
  - Adoptar normas específicas em sede dos Impostos sobre o Rendimento para as operações petrolíferas.
- iii. **Proposta de alteração à Lei nº 32/2007, de 31 de Dezembro**, que aprova o Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado – CIVA, para a qual foram realizados encontros com o Ministério da Agricultura, CTA, representada pelo Pelouro do Agro-negócio e Associações dos sectores Mineiro e Petrolífero. Com a presente proposta, de entre outros aspectos, pretende-se:
- Isentar do IVA a transmissão de charruas e de carroças de tracção animal, no âmbito da política de incentivo ao desenvolvimento daquele sector;
  - Conferir direito à dedução do IVA, nas transmissões de bens e prestação de serviços, no âmbito da actividade agrícola;
  - Dar primazia à facturação electrónica e a utilização de máquinas fiscais, nos casos em que estejam reunidas condições logísticas para o efeito;
  - Isentar os serviços públicos de transporte rodoviário de passageiros.
- iv. **Proposta de alteração da Lei nº2/2006, de 22 de Março**, que estabelece os princípios e normas gerais do ordenamento jurídico tributário moçambicano aplicáveis a todos os tributos nacionais e autárquicos – prevendo-se *a consolidação do sistema tributário constante da Lei de Bases com as restantes matérias da Lei nº2/2006, revogando-se ambas e criando uma nova Lei, que se prevê ser a Lei Geral Tributária.*

- v. **Proposta de alteração do Decreto nº7/2008, de 16 de Abril**, que aprova o Regulamento do Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado – CIVA – *A sua aprovação depende da aprovação das alterações ao CIVA*;  
Pretende estabelecer os procedimentos necessários para a implementação das alterações à Lei que aprova o CIVA.
- vi. **Proposta de alteração ao Decreto nº 34/2009, de 6 de Julho**, que aprova as Regras Gerais de Desembaraço Aduaneiro;
- Mostrou-se necessário estabelecer procedimentos adequados para a operacionalização da Pauta Aduaneira, submetida à aprovação, e bem assim, harmonizar os princípios do Sistema Aduaneiro Moçambicano com as normas e práticas recomendadas pela Convenção Revista de Quioto sobre a Simplificação e Harmonização dos Regimes Aduaneiros, aprovada pelo Conselho de Ministros, através da Resolução nº31/2008, de 30 de Dezembro, do Conselho de Ministros.
  - Com a presente revisão, pretende-se, ainda, ampliar o campo da facilitação protecção do comércio legítimo, garantir a celeridade dos processos de desembaraço e proporcionar aos agentes económicos, mecanismos simplificados que assegurem a rápida saída das mercadorias dos recintos aduaneiros para os armazéns dos operadores, reduzindo, desta forma, os custos administrativos inerentes às operações de comércio internacional e, melhorando por conseguinte, o ambiente de negócios no País.

### 9.3. Processo de Auscultação das Propostas de Revisão Legislativa

No âmbito do processo de auscultação das propostas de revisão legislativa, para além da harmonização destas propostas com os Ministérios dos Recursos Minerais, do Plano e Desenvolvimento, da Indústria e Comércio, dos Transportes e Comunicações, da Agricultura, o Fundo Monetário Internacional, a CTA (como representante do sector privado), as empresas do Sector Mineiro e Petrolífero e sector agrícola, foram realizados um total de 26 seminários, para a divulgação e recolha de contributos de diversa legislação, sendo:

- 10 Seminários de divulgação da Lei nº 2/2013, de 7 de Janeiro, que altera o Código do ICE, e do Decreto nº 1/2013, de 8 de Março, que altera os artigos 4, 5, 10, 11 e 13 do Regulamento do Código do ICE, visando a aplicação correcta da legislação e potenciar a cobrança do Imposto;
- 3 Seminários de divulgação da Lei nº 20/2013, de 23 de Setembro, que aprova as alterações ao Código do IRPS e do Decreto nº 56/2013, de 27 de Novembro, que aprova as alterações ao Regulamento do Código do IRPS em Nacala, Beira e Matola, no mês de Novembro de 2013, tendo como público-alvo: (i) representantes do sector privado; (ii) associações de contabilistas, contribuintes no geral; e (iii) funcionários da AT, considerando que foi alterada a filosofia de retenção e declaração do Imposto. Estas acções visavam garantir o cumprimento das respectivas normas e potenciar a cobrança do Imposto;
- 10 Seminários de auscultação, divulgação e recolha de contributos sobre a Proposta de Decreto que aprova o Regulamento do Uso de Máquinas Fiscais e sua operacionalização, nos meses de Maio e Junho de 2013, nas regiões Norte, Centro e Sul, tendo abrangido o total de 2.551 participantes, sendo: na região Norte, 314 funcionários da AT e 469 agentes económicos; na região Centro, 360 funcionários da AT e 644 agentes económicos; e, na região Sul, 409 funcionários da AT e 355 agentes económicos. As sugestões recolhidas permitiram o melhoramento da Proposta remetida à apreciação do CST.

- 3 Seminários de divulgação das Propostas de alteração aos Regimes Específicos de Tributação da Actividade Mineira e das Operações Petrolíferas, entre os dias 20 e 24 de Junho de 2013, em Pemba, Tete e Maputo, para divulgação das referidas Propostas, cobrindo as três regiões geográficas do país, contando com a participação de representantes dos Governos Provinciais e autoridades locais e tinham como público – alvo, os representantes (i) das associações empresariais, (ii) das empresas dos sectores mineiro e petrolífero, (iii) da sociedade civil e (iv) das academias.

Os Seminários foram a continuidade ao processo de Consulta Pública, que decorreu de 19 de Abril à 15 de Junho de 2013, tendo sido disponibilizadas as Propostas, com recurso aos órgãos de informação público e privado (Jornais e Televisão) e página Web da AT, aos agentes económicos e à sociedade civil, para recolha de contributos. O processo resultou em valiosas contribuições formalmente endereçadas à AT e acolhidas nos Seminários, que permitiram o melhoramento das Propostas remetidas à apreciação do CST e do Conselho Consultivo do Ministro das Finanças.

Foi ainda disponibilizada, aos agentes económicos e à sociedade civil, as propostas de alteração às Leis de Minas e Petróleos, para recolha de contributos, com recurso aos órgãos de informação público e privado (Jornais e Televisão) e página Web da AT.

# **X. DOCUMENTAÇÃO E TRATAMENTO DE INFORMAÇÃO**

### 10.1. Área dos Arquivos

Para além do apoio na gestão do arquivo corrente de diversos sectores, no âmbito da organização dos arquivos e transferência de documentos para os arquivos intermediários, uma equipa mista do GPECI e do GCI, realizou um trabalho de monitoria dos arquivos às estâncias aduaneiras (DA da Matola, UVC, TIRO, TIAUTO I, II e III, TIAR, TIMAR, TIROFER de Maputo, Ressano Garcia, Goba, Namaacha, Ponta d'Ouro, DPAT de Tete, DAF de Tete, SPA de Tete, Zóbue, TIMAR e TIAR da Beira, DAF's do 1º e 2º Bairros Fiscais e UGC da Beira), para acompanhar o processo de desembaraço aduaneiro de mercadorias no âmbito da JUE, monitorar a aplicação de procedimentos de recolha, contabilização e transferência das receitas destas estâncias às DAF' e avaliação o grau de cumprimento das normas e procedimentos arquivísticos, bem como a sua organização, tendo-se constatado a necessidade de aprimoramento de muitos aspectos do funcionamento nesses locais, o que passa pela observância rigorosa dos instrumentos reguladores da actividade arquivística na instituição e entrega abnegada dos funcionários ao trabalho.

Foi, no período, aprovado pelo CST o Plano de Classificação dos Documentos das Actividades Fim e a respectiva Tabela de Temporalidade da AT, e submetida ao Ministério da Função Pública que foi igualmente aprovado e homologado, por despacho de Sua Excelência o Vice – Ministro da Função Pública, aguardando a publicação no Boletim da República permitindo, deste modo, que a massa documental seja avaliada e destinada.

Como forma de descentralizar e responder de forma eficaz e eficiente a gestão documental, foi instalado o Arquivo Regional Centro (Tete), assim como os Núcleos provinciais, por forma a responder de maneira eficaz e eficiente os desafios da gestão documental da região. Foi igualmente instalado um Núcleo Regional Norte da DIDOTI, durante uma visita efectuada à DRN, que contribuiu também para o reconhecimento do espaço onde funcionará o Arquivo Intermediário/Permanente daquela Direcção.

Com objectivos de sensibilizar os funcionários para uma boa gestão documental na AT, foram formados os Supervisores e Agentes do Controlo Interno nessa área e ministradas palestras sobre o SNAE na DRN, DRC, DRS, Conselho da Fiscalidade, DLI, Direcção de Finanças, DPAT's de Tete e Nampula e GCI, com vista a uniformização dos procedimentos arquivísticos.

### 10.2. Área das Bibliotecas

No âmbito do processo de descentralização dos núcleos de documentação da AT, foram instaladas duas bibliotecas provinciais (DPAT's de Inhambane e Tete), passando a contar com 8 bibliotecas em pleno funcionamento, nomeadamente, Biblioteca Sede, Sala de CST, IFPFT – Sede, Inhambane, Tete, Beira, Zambézia e Nacala, com um fundo bibliográfico de **7.026** livros, até Dezembro de 2013, conforme se apresenta na tabela 33 abaixo. A este número, acrescem mais 819, ainda por distribuir pelas Bibliotecas, dos quais 127 ainda estão na posse da DIDOTI por alocar, até ao final do 1º Trimestre de 2014, totalizando 7.845 livros.

**Tabela 33.** Situação dos livros nas Bibliotecas da AT em 2013

Descrição	DIDOTI	Bibliotecas									Total
		Central	CST	IFPFT – Sede	TETE	DRC	Pemba**	DRN	Quelimane	Inhambane	
Livros Existentes		1.825	258	967	501	1.189		1.295	531	460	7.026
Livros por distribuir	127*	102		3	95	117	253	117		5	819
<b>Total Geral</b>											<b>7.845</b>

**Fonte:** GPECI-DIDOTI

\* Livros por alocar.

\*\* Biblioteca por abrir.

No âmbito do processo de apetrechamento das Bibliotecas da AT em livros, foram requisitados 6.005 livros diversos e 24 lotes de CD's com Legislação de Moçambique de 1975 a 2012, 1ª a 3ª Séries, tendo sido recebidos até ao final do período 2.091 livros, aguardando pela recepção de 3.914 livros, até ao final do 1º trimestre de 2014, repartidos como se apresenta na tabela 34 abaixo.

**Tabela 34.** Relação de Obras Adquiridas e por Receber em 2013

Nº	Livraria/ Fornecedor	Obras Compradas	Obras Recebidas	Obras por Receber
1	Conhecimento	2.328	650	1.678
2	Escolar Editora	3.677	1.441	2.236
3	Pandora Box	24 lotes CD'S		24 lotes CD'S
Livros	Livros	<b>6.005</b>	<b>2.091</b>	<b>3.914</b>
	CD's	<b>24 lotes CD'S</b>		<b>24 lotes CD'S</b>

Fonte: GPECI-DIDOTI

Durante o período foram requisitados um total de 2.947 livros por empréstimo, que equivale a um acréscimo na ordem de 28,1%, comparativamente ao igual período do ano transacto, que foi 2.300 e penalizados, nos termos do Regulamento Interno das Bibliotecas da AT, 6 utentes, dos quais 3 por atraso na devolução, 2 por perda e 1 por danos, conforme a tabela 35.

**Tabela 35.** Empréstimo de Livros em 2013

Descrição	Bibliotecas							
	Central	CST	IFPFT- Sede	DRC	DRN	Quelimane	Inhambane	TETE
Empréstimos de Livros	1.956	4	204	355	242	135	49	2
<b>Total</b>	<b>2.947</b>							

Fonte: GPECI-DIDOTI

### 10.3. Área dos Museus

Esta área foi marcada pela participação da AT na 49ª Feira Internacional de Maputo – FACIM que teve lugar em Marracuene - Ricatla no mês de Agosto, onde foram expostas as relíquias, brindes e troféus da AT e ainda a participação na Conferencia Nacional das Boas Práticas na Administração Pública do MFP, onde foram expostas as boas práticas e inovações desenvolvidas na AT e ainda matérias relacionadas com o desenvolvimento de infra-estruturas, cultura, desporto, tecnologias, brinde, troféus e relíquias.

# **XI. COOPERAÇÃO BILATERAL E MULTILATERAL**



Em 2013 foram efectuados contactos junto da Escola de Administração Fazendária do Brazil (ESAF) com vista a realização do curso a distância, via internet, para 56 quadros da AT, distribuídos pelas Regiões Sul, Centro e Norte, incluindo os Serviços Centrais da AT. A Autoridade Tributária (AT), através do Instituto de Finanças Públicas e Formação Tributária em coordenação com a ESAF, realizou o curso de monitores que deverão acompanhar a formação dos 56 quadros da AT.

No âmbito das relações de cooperação entre a AT e a Administração Fiscal da Noruega, coordenou-se a missão que teve lugar de 05 a 14 de Fevereiro, bem como de 30 Novembro a 6 de Dezembro de 2013, constituída por quadros seniores da Administração Fiscal da Noruega (NTA), conjuntamente com os quadros da Direcção de Auditoria e Fiscalização Tributária, com o objectivo de dar continuidade a auditoria iniciada em Outubro de 2012 na Pescamar e Sasol, bem como prestar assistência técnica na elaboração do Manual de Auditoria.

Ainda em coordenação com a NTA, fez-se contactos com vista ao esboço do Plano de Acção para a Cooperação Institucional entre a AT e NTA para o período de 2013 - 2015, que abrange a indústria pesqueira e extractiva. Espera-se que o referido programa seja assinado pelas partes, em 2014.

Relativamente a mobilização dos Parceiros de Cooperação no apoio a reforma tributária, e o reforço da cooperação bilateral, foram efectuados contactos junto das Administrações Fiscais de Noruega, Suécia, Reino Unido, República de Portugal e a República da África do Sul, que culminou com visita do Exmo. Senhor Presidente da AT naqueles países, tendo como enfoque a busca de parcerias para a implementação de acções no âmbito do Programa de Reforma Tributária em curso em Moçambique, tendo resultado no reforço da cooperação e o incremento da assistência técnica para AT.

Ainda no âmbito da cooperação bilateral, a AT recebeu no mês de Setembro, visita de delegações da Administração Fiscal da Noruega e da Agência Tributária da Suécia, que tinha como objectivo de identificar áreas de cooperação. Como resultado definiu-se que Agência Tributária da Suécia vai cooperar com a AT nas áreas de auditoria fiscal, colecta de receita e cumprimento das obrigações fiscais. A Administração Fiscal da Noruega vai continuar com as acções de auditoria as empresas pesqueiras e petrolíferas. A AT recebeu ainda visita de uma delegação da COMESA, e da República Unida da Tanzânia, que tinha como objectivo inteirar-se do modelo de gestão de importação/trânsito de combustíveis.

Ainda no âmbito da mobilização de financiamentos, foi formulado o pedido ao MPD, na qualidade de interlocutor do Governo de Moçambique, no que respeita ao financiamento do Governo da China, no sentido de a AT beneficiar do financiamento do Governo daquele País asiático para três projectos prioritários da AT, no valor de USD39.000.000,00, sendo:

- i. Construção do Terminal Internacional Rodoviário de Transito em Inchope, Províncias de Manica e Beira no Centro do País, no valor de USD10.000.000,00;
- ii. Projecto de Construção do Instituto de Finanças Públicas e Formação Tributária, orçado em USD12.000.000,00; e
- iii. Construção do edifício Sede da AT na Região Centro, incluindo a Delegação Regional do Instituto de Finanças Públicas e Formação Tributária, no montante de USD17.000.000,00.

Aguarda se pelo desfecho do processo a nível do MPD, sendo este último, entidade coordenadora do processo para mobilização de fundos.

## **XII. FINANCIAMENTOS AOS PROJECTOS DE REFORMA DA AT**

## 12.1. Fundo Comum da AT

No âmbito da mobilização de Parceiros de Cooperação para o apoio ao Programa da Reforma Tributária através do financiamento ao Fundo Comum da AT, foram realizados contactos que culminaram com a formalização do pedido de adesão do Reino da Suécia ao Fundo Comum da AT, tendo sido realçada a necessidade de apoio complementar para actividades prioritárias inscritas no Plano Anual de Actividades e Orçamento da AT para o ano de 2013 no valor de cerca de USD3.900.000,00. Como resposta, a Embaixada do Reino da Suécia manifestou o interesse em apoiar a AT através do Fundo Comum e outras modalidades com particular atenção para as acções de fortalecimento da capacidade da AT.

Em cumprimento do Memorando de Entendimento (MdE) assinado no dia 25 de Abril de 2012 entre a AT e os Parceiros de Cooperação, foi elaborado o Relatório de Auditoria Externa às Contas do Fundo Comum referente ao ano de 2012, realizado pela firma BDO-Blinder, que já foi endossado aos Parceiros de cooperação. Foi lançado o Concurso Público para a adjudicação da empresa no âmbito da realização de Auditoria as Contas do Fundo Comum, incluindo o projecto e-Tributação referentes ao ano de 2013.

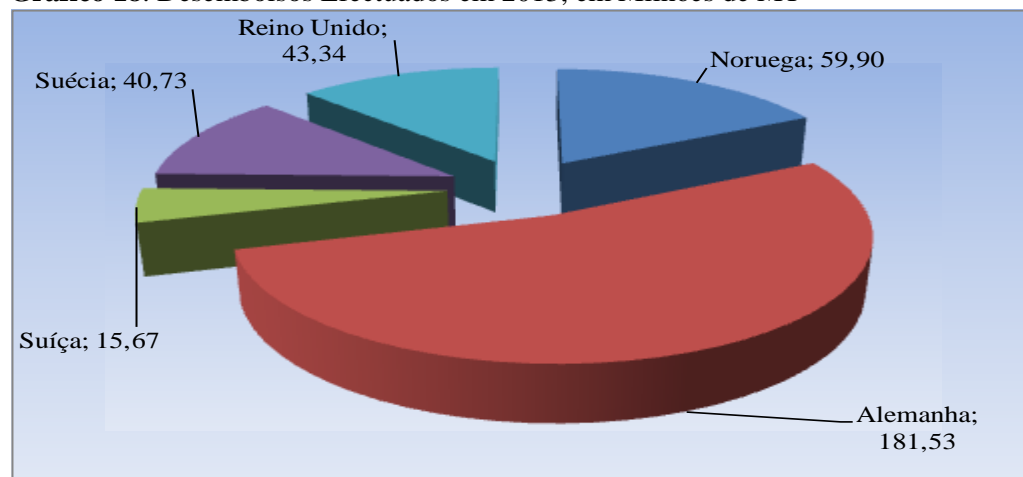
Em 2013 foi desembolsado o valor global de 341,17 milhões de MT, conforme a tabela 36 e gráfico 18, representando um incremento de 99,63% do valor desembolsado no exercício de 2012, cujo montante situou-se em 170,90 milhões de MT. Do valor desembolsado, 53,21% são provenientes da Alemanha, 17,56% da Noruega, 12,70% foram desembolsados pelo Reino Unido, 11,94% pela Suécia e, finalmente, 4,59% da Suíça.

**Tabela 36.** Desembolsos efectuados em 2013

País	Moeda de origem	Tx de Câmbio p/ USD	Valor em USD	Tx de câmbio p/ MT	Data de Câmbio	Valor em 10 <sup>6</sup> MT	%
Alemanha	Euros 4.500.000,00	1,3444	2.635.373,02	29,96	05-08-2013	78,96	
			3.414.467,70	30,04	13-12-2013	102,57	
<b>Sub-Total Alemanha</b>			6.049.840,72			181,53	53,21%
Noruega	Coroas Norueguesas 12.000.000,00	0,1669	1.033.324,72	29,81	14-06-2013	30,80	
			969.676,77	30,01	15-11-2013	29,10	
<b>Sub-Total Noruega</b>			2.003.001,49			59,90	17,56%
Reino Unido	Libras 900.000,00	1,6196	1.457.720,95	29,73	07-10-2013	43,34	12,70%
Suécia	Coroas Suecas 9.000.000,00	0,1137	1.365.299,96	29,83	17-12-2013	40,73	11,94%
Suíça	Franco 500.000,00	1,0526	526.310,78	29,78	07-11-2013	15,67	4,59%
<b>Total</b>						<b>341,17</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: GPECI-DSCI

**Gráfico 18.** Desembolsos Efectuados em 2013, em Milhões de MT



Com o objectivo de avaliar e monitorar o desempenho da AT no âmbito da Reforma Tributária, previsto no MdE para o efeito aprovado, foram preparados todos os documentos para a realização da 14ª, 15ª e 16ª Reunião da Comissão de Parceria do Fundo Comum da AT que apreciou os principais instrumentos de gestão do Fundo Comum nomeadamente o Relatório de Execução Financeira do FC relativo ao ano de 2012, o Relatório de Balanço das Actividades Desenvolvidas pela AT em 2012, Relatório de Auditoria referentes ao ano de 2012, de entre outros documentos de gestão da AT.

## 12.2. Outros Financiamentos

### Financiamento da USAID

No âmbito do Projecto *Partnership for Trade Facilitation* (PTF), a AT beneficia do financiamento da Agência Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID), aprovado em 2012, no valor de 500.000,00 USD, sob gestão do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Económico Empresarial (SPEED), para implementação de três actividades elegíveis no âmbito de PTF, nomeadamente:

- **Publicação de Informação Via Internet, no montante de USD360.000,00:**tendo sido, seleccionada a empresa Mz Buziness que esteve a trabalhar em 2013 e dará continuidade em 2014 no melhoramento do website da AT, para permitir o link com outras instituições que lidam com o comércio internacional, como é o caso do MIC, CTA, CPI, IPEX, DASP e o Banco de Moçambique, sendo que já foi produzido um *layout* para a nova página *Web*, aguardando-se pela aprovação;
- **Gestão de Trânsito Aduaneiro, no valor de USD 93.000,00:** A AT elaborou os Termos de Referência (TdR) para a divulgação do pacote legislativo nacional relativo ao trânsito aduaneiro após aprovação e publicação, a nova legislação sobre o trânsito aduaneiro que fora divulgado pelo país, aos funcionários aduaneiros, agentes económicos, despachantes e todos os interessados, processo esse que arrancou no mês de Abril, na Região Centro, com réplicas noutras regiões.
- **Avaliação do Impacto da Inspeção Pré-Embarque (IPE), no valor USD40.000,00:** a AT harmonizou os TdR para a realização da consultoria com a INTERTEK e submetido o resultado final para a decisão do Conselho Superior Tributário da AT, incluindo as três propostas de Currícula Vitae dos candidatos ao trabalho de consultoria.

### Banco Mundial

No âmbito do Projecto de Apoio à Competitividade e Desenvolvimento do Sector Privado (PACDE), na componente melhoria do ambiente de negócios e facilitação de comércio, foi contratado o consórcio constituído pelas empresas AUSTRAL COWI (Moçambicana), ECORYS (Inglesa) e IMANI (Zimbabweana) para consultoria na área de legislação e procedimentos aduaneiros, um trabalho orçado em USD1.181.250,00.

Em termos operacionais, a consultoria teve início efectivo no dia 06 de Fevereiro de 2013, tendo sido, posteriormente realizado o trabalho de actualização dos respectivos TdR da consultoria, envolvendo o Banco Mundial e a Unidade de Implementação do Projecto (PACDE). Os TdR actualizados permitiram o arranque da fase de inserção da consultoria que consiste na familiarização com a legislação e procedimentos vigentes, tendo em vista uma melhor orientação da acção da consultoria.

O projecto teve o seu inicio em 2013, sendo que foram já cobertas as actividades 04, 07 e 10 referentes a análise de lacunas à legislação e procedimentos de controlo das Alfândegas relativos à importação e exportação de produtos petrolíferos refinados; elaboração de procedimentos para o Despacho de Compensação e a auditoria ao sector informático das Alfândegas para recolher e avaliar “evidências” no sistema de informação da organização.

## Fundo Monetário Internacional

No âmbito da Avaliação e Assistência Técnica do Fundo Monetário Internacional, através do Departamento de Assuntos Fiscais (FMI-FAD) e AFRITAC-Sul, tiveram lugar as seguintes missões:

- ✓ Missão de Preços de Transferência, de 07 a 14 de Março de 2013, tinha por objectivo fornecer a Assistência Técnica adicional para apoiar a AT na elaboração de Proposta de Regulamento das Regras de Preços de Transferência Internacional, assim como habilitar quadros da AT em conceitos Básicos de Preços de Transferência;
  
- ✓ Missão de Avaliação do FMI-FAD, com início a 27 de Março e término a 09 de Abril de 2013, integrando três componentes nomeadamente:
  - Estudo de Optimização do Reembolso do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA); com objectivo de apresentar assistência no melhoramento do sistema do reembolso do IVA.
  - Administração dos Recursos Naturais, com objectivo de fazer um diagnóstico da situação de gestão tributária na área de recursos minerais; e
  - Atendimento ao Contribuinte, com objectivo de apoiar a AT no melhoramento do atendimento ao contribuinte em todas as suas vertentes, presencial e a distância, incluindo análise do Portal do Contribuinte em desenvolvimento.
  
- ✓ Missão de Formação em Auditoria Fiscal e Auditoria Pós-desembaraço, orientada por consultores do Centro Regional Sul para a Assistência Técnica (*AFRITAC Sul*), que teve lugar de 29 Abril a 10 de Maio de 2013.
  
- ✓ Missão de Assistência Técnica sobre Estrutura Organizacional, Funções e Procedimentos para uma Unidade Fiscal de Recursos Naturais, realizada de 18 de Junho a 2 de Julho de 2013, tinha por objectivo propor uma estrutura organizacional, descrever funções e procedimentos para uma unidade fiscal de recursos naturais dentro de uma administração de grandes contribuintes e acolher aspectos organizacionais no âmbito da AT para fortalecer o desempenho operacional na unidade de recursos naturais.
  
- ✓ Missão sobre Optimização do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA): Gestão dos Reembolsos e Orçamentação numa Base Líquida, de 18 de Novembro a 04 de Dezembro de 2013, tinha como objectivo fornecer assistência técnica para a melhoria da gestão do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) no contexto de acumulação de dívidas de pedidos de reembolsos.
  
- ✓ Missão de Avaliação das Recomendações de Missões Anteriores, de 21 a 27 de Novembro de 2013, tinha por objectivo fazer uma avaliação das missões anteriores do Fundo Monetário Internacional, incluindo discussões sobre futuras Assistência Técnica.

## **XIII. INTEGRAÇÃO REGIONAL**

### 13.1. Importações de Moçambique por Região

Os dados estatísticos da balança comercial, na componente das importações, indicam que as importações de Moçambique provenientes da região da SADC, estão avaliadas em 43.800,18 milhões de MT, representando 34,04% das importações globais que se situaram em 128.663,22 milhões de MT. Referir que das importações provenientes da SADC, 90,08% provêm da RSA e 9,92% dos demais países da região, sendo que, deste total, 17.954,96 milhões de MT é que beneficiaram do tratamento preferencial da SADC, mediante a apresentação de certificados de origem, correspondendo a 40,99%, conforme ilustra a tabela 37.

**Tabela 37.** Total das Importações Realizadas em 2013

Unidade: 10<sup>6</sup> MT

Mês	RSA			Outros Membros SADC			Total SADC				Resto do Mundo		Total
	CIF	% Região	% Total	CIF	% Região	% Total	CIF	% Total	CIF Pref.	% CIF Pref/SADC	CIF	% Total	CIF
Janeiro	3.351,84	88,06%	24,62%	454,44	11,94%	3,34%	3.806,27	27,96%	1.577,02	41,43%	9.805,81	72,04%	13.612,08
Fevereiro	4.400,59	92,17%	30,92%	374,08	7,83%	2,63%	4.774,67	33,55%	1.899,28	39,78%	9.455,80	66,45%	14.230,47
Março	4.464,69	88,92%	33,37%	556,61	11,08%	4,16%	5.021,30	37,53%	2.108,77	42,00%	8.356,89	62,47%	13.378,19
Abril	810,70	97,04%	14,29%	24,73	2,96%	0,44%	835,43	14,73%	287,37	34,40%	4.837,07	85,27%	5.672,50
Mai	4.713,27	88,27%	29,17%	626,26	11,73%	3,88%	5.339,53	33,04%	2.227,02	41,71%	10.819,81	66,96%	16.159,33
Junho	372,24	96,52%	11,90%	13,42	3,48%	0,43%	385,67	12,33%	118,98	30,85%	2.743,25	87,67%	3.128,92
Julho	758,47	96,38%	27,60%	28,47	3,62%	1,04%	786,94	28,63%	229,45	29,16%	1.961,51	71,37%	2.748,45
Agosto	5.079,88	92,50%	31,36%	411,82	7,50%	2,54%	5.491,70	33,90%	2.188,82	39,86%	10.708,53	66,10%	16.200,22
Setembro	105,94	87,02%	6,15%	15,80	12,98%	0,92%	121,74	7,07%	49,30	40,50%	1.600,30	92,93%	1.722,04
Outubro	196,99	93,83%	9,98%	12,95	6,17%	0,66%	209,94	10,63%	74,98	35,71%	1.764,27	89,37%	1.974,21
Novembro	6.427,60	85,51%	34,41%	1.089,35	14,49%	5,83%	7.516,96	40,25%	3.328,75	44,28%	11.160,33	59,75%	18.677,28
Dezembro	8.772,77	92,25%	41,46%	737,27	7,75%	3,48%	9.510,04	44,94%	3.865,21	40,64%	11.649,49	55,06%	21.159,53
<b>Total</b>	<b>39.454,98</b>	<b>90,08%</b>	<b>30,67%</b>	<b>4.345,20</b>	<b>9,92%</b>	<b>3,38%</b>	<b>43.800,18</b>	<b>34,04%</b>	<b>17.954,96</b>	<b>40,99%</b>	<b>84.863,04</b>	<b>65,96%</b>	<b>128.663,22</b>

Fonte: JUE/TIMS

A nível desagregado por países, a tabela 38 mostra que, não obstante as importações provenientes da África do Sul representarem maior peso no total das importações de Moçambique da SADC, em termos de uso preferencial apresentam um fraco uso do certificado de origem, situando-se em apenas 34,82%, conforme a tabela 38.

**Tabela 38.** Importações Provenientes da SADC, em 2013

Unidade: 10<sup>6</sup> MT

Destino	Valor CIF (a)	CIF Preferencial (b)	Peso CIF Preferencial	b/a
África do Sul	39.454,98	13.739,42	76,52%	34,82%
Angola	64,70	64,61	0,36%	99,87%
Botswana	43,20	43,20	0,24%	100,00%
Lesotho	6,49	6,49	0,04%	100,00%
Madagáscar	5,31	5,31	0,03%	100,00%
Malawi	306,16	305,89	1,70%	99,91%
Maurícias	861,93	861,93	4,80%	100,00%
Namíbia	865,11	865,11	4,82%	100,00%
RD Congo	6,20	6,20	0,03%	100,00%
Seychelles	10,49	10,49	0,06%	100,00%
Suazilândia	942,27	938,35	5,23%	99,58%
Tanzânia	643,41	522,15	2,91%	81,15%
Zâmbia	218,05	218,05	1,21%	100,00%
Zimbabue	371,86	367,75	2,05%	98,89%
<b>Total</b>	<b>43.800,18</b>	<b>17.954,96</b>	<b>100,00%</b>	<b>40,99%</b>

Fonte: JUE/TIMS

### 13.2. Exportações de Moçambique por Região

De acordo com os dados da tabela 39 abaixo, de um total de 73.122,04 milhões de MT do volume de exportações efectuadas por Moçambique no exercício de 2013, 16.648,58 milhões de MT tiveram como destino os países da SADC, representado um peso de 22,77% do total. Das exportações com destino a SADC 74,78% foram para RSA e 20,04% para os restantes membros, tendo o uso do regime preferencial nas exportações se situado em 6,46%.

**Tabela 39.** Total das Exportações de Moçambique, em 2013Unidade: 10<sup>6</sup> MT

Mês	RSA			Outros Membros SADC			Total SADC				Resto do Mundo		Total
	FOB	% Região	% Total	FOB	% Região	% Total	FOB	% Total	FOB Pref.	% FOB Pref/SADC	FOB	% Total	FOB
Janeiro	261,33	54,56%	5,78%	217,68	45,44%	4,81%	479,01	10,59%	42,63	8,90%	4.045,55	89,41%	4.524,56
Fevereiro	1.427,20	88,02%	47,40%	194,29	11,98%	6,45%	1.621,49	53,85%	44,94	2,77%	1.389,79	46,15%	3.011,27
Março	1.128,05	53,03%	21,59%	998,98	46,97%	19,12%	2.127,03	40,72%	48,91	2,30%	3.096,65	59,28%	5.223,69
Abril	958,93	81,93%	31,43%	211,45	18,07%	6,93%	1.170,39	38,36%	83,71	7,15%	1.880,62	61,64%	3.051,01
Maior	1.808,68	85,10%	27,61%	316,65	14,90%	4,83%	2.125,33	32,45%	157,73	7,42%	4.425,21	67,55%	6.550,54
Junho	564,98	70,49%	10,10%	236,50	29,51%	4,23%	801,48	14,32%	112,30	14,01%	4.794,28	85,68%	5.595,76
Julho	446,18	55,34%	9,31%	360,10	44,66%	7,52%	806,28	16,83%	124,02	15,38%	3.984,26	83,17%	4.790,55
Agosto	1.882,98	82,95%	28,08%	387,12	17,05%	5,77%	2.270,10	33,85%	95,64	4,21%	4.435,51	66,15%	6.705,61
Setembro	1.620,53	87,49%	35,16%	231,72	12,51%	5,03%	1.852,25	40,19%	90,61	4,89%	2.756,64	59,81%	4.608,89
Outubro	409,91	45,37%	8,57%	493,52	54,63%	10,32%	903,44	18,89%	122,20	13,53%	3.880,43	81,11%	4.783,87
Novembro	303,87	52,31%	1,62%	277,00	47,69%	1,47%	580,87	3,09%	64,60	11,12%	18.232,98	96,91%	18.813,85
Dezembro	1.636,38	85,63%	29,96%	274,54	14,37%	5,03%	1.910,92	34,98%	88,40	4,63%	3.551,52	65,02%	5.462,44
<b>Total</b>	<b>12.449,02</b>	<b>74,78%</b>	<b>17,02%</b>	<b>4.199,56</b>	<b>25,22%</b>	<b>5,74%</b>	<b>16.648,57</b>	<b>22,77%</b>	<b>1.075,69</b>	<b>6,46%</b>	<b>56.473,46</b>	<b>77,23%</b>	<b>73.122,04</b>

Fonte: GPECI - DIR

### 13.3. Impacto Fiscal – despesa Fiscal

Como resultado da aplicação do regime preferencial no âmbito da implementação da zona do comércio livre da SADC, o país deixou de receber no ano de 2013 o valor total de 1.365,04 milhões de MT, sendo 747,11 milhões de MT em direitos aduaneiros, 64,80 milhões de MT em ICE e 553,13 milhões de MT em IVA, em virtude da redução da matéria colectável em sede do ICE e do IVA, como consequência da não cobrança dos direitos aduaneiros, que seriam adicionados ao valor aduaneiro para o apuramento da matéria colectável para efeitos da determinação do ICE e IVA na importação.

Assim, o impacto fiscal total resultante das importações feitas ao abrigo do regime preferencial na SADC corresponde a cerca de 3,97% em relação à cobrança total em direitos aduaneiros, ICE e IVA e, 1,08 % em relação a receita total, conforme a tabela 40.

**Tabela 40.** Impacto Fiscal-Despesa Fiscal em 2013Unidades 10<sup>6</sup> MT

Mês	Direitos Aduaneiros		ICE na Importação		IVA na Importação		Imposto Total (g) = a+c+e	Despesa Fiscal (h) = b+d+f	(i) = h/g	Receita Total (j)	(k) = h/j
	Cobrança (a)	Preferencial (b)	Cobrança (c)	Preferencial (d)	Cobrança (e)	Preferencial (f)					
Janeiro	697,81	61,76	190,37	6,93	1.432,18	45,58	2.320,35	114,26	4,92%	8.991,42	1,27%
Fevereiro	821,56	79,96	203,84	7,85	1.822,94	60,17	2.848,34	147,99	5,20%	7.606,50	1,95%
Março	898,26	88,03	232,97	7,56	1.711,27	64,42	2.842,50	160,00	5,63%	8.293,49	1,93%
Abril	898,78	11,26	236,63	2,64	1.828,64	8,76	2.964,06	22,66	0,76%	8.414,43	0,27%
Maior	792,67	90,38	244,31	9,60	1.835,34	66,02	2.872,33	166,01	5,78%	13.393,26	1,24%
Junho	794,95	6,56	204,25	0,26	1.815,78	5,06	2.814,99	11,88	0,42%	8.897,15	0,13%
Julho	922,08	14,33	296,52	0,46	2.008,47	11,10	3.227,07	25,88	0,80%	11.318,91	0,23%
Agosto	806,94	89,50	233,68	7,76	1.836,70	67,15	2.877,32	164,41	5,71%	10.398,35	1,58%
Setembro	734,33	2,51	195,82	0,33	1.698,57	1,74	2.628,72	4,57	0,17%	10.997,61	0,04%
Outubro	877,60	3,91	277,85	0,58	2.058,58	2,90	3.214,04	7,39	0,23%	10.588,06	0,07%
Novembro	801,38	130,45	259,70	10,05	1.851,68	93,68	2.912,76	234,19	8,04%	10.662,90	2,20%
Dezembro	803,32	168,46	266,08	10,78	1.795,03	126,56	2.864,43	305,81	10,68%	17.345,63	1,76%
<b>Total</b>	<b>9.849,68</b>	<b>747,11</b>	<b>2.842,04</b>	<b>64,80</b>	<b>21.695,19</b>	<b>553,13</b>	<b>34.386,91</b>	<b>1.365,04</b>	<b>3,97%</b>	<b>126.907,71</b>	<b>1,08%</b>

Fonte: GPECI-DIR



## **XIV. CONTROLO INTERNO**

## **Inspeção Administrativa**

Com o objectivo de apoiar os dirigentes e gestores da AT na melhoria da qualidade dos serviços através de acções preventivas e educativas de fiscalização e assegurar o cumprimento das normas de organização e funcionamento da Administração Pública e de outras leis e procedimentos, foram realizadas 71 inspeções/fiscalizações às unidades orgânicas da AT, sendo 24 de nível central e 47 regional, o que corresponde a uma realização de 142% face ao programado, visando aferir o grau de cumprimento das normas de organização e funcionamento de acordo com o termo de referência, tendo-se constatado o seguinte: (i) fraca aderência ou não realização do estudo colectivo mensal (120 minutos) da legislação laboral da AT e da Administração Pública alegadamente devido à sobrecarga de trabalho; e (ii) fraca observância, por parte de alguns funcionários, do plasmado no Código de Conduta da organização.

Após a realização das diversas acções inspectivas e analisados todos os aspectos constatados nas unidades orgânicas visitadas, as brigadas inspectivas deixaram as seguintes principais recomendações:

- a) Necessidade de avaliar o desempenho do funcionário não apenas com base nos aspectos técnicos como também nos aspectos comportamentais tais como pontualidade, assiduidade, relacionamento com os colegas e público utente, uso e tratamento dos bens patrimoniais, etc., devendo o resultado espelhar a realidade;
- b) Necessidade da divulgação nas unidades orgânicas da AT, da Resolução 11/2001, de 26 de Dezembro, que institui o Estudo Colectivo da Legislação dos Serviços da Administração Pública, tendo em perspectiva a sua pertinência na elevação da competência individual e colectiva;
- c) Necessidade de divulgação permanente do Código de Conduta nas unidades orgânicas, com maior destaque para as unidades das áreas operacionais.

Paralelamente às acções de natureza inspectiva, foram igualmente realizadas algumas acções de sensibilização aos funcionários no que tange a:

- a) Solicitação da contagem de tempo por parte dos funcionários, com vista a obtenção da certidão de efectividade ou para efeitos de regularização;
- b) Inscrição dos funcionários para a obtenção do cartão de saúde da Função Pública e usufruto das vantagens e benefícios oferecidos pelo Serviço Nacional de Saúde;
- c) Dever de aposentação para os funcionários que atingiram o tempo ou idade limites para o exercício normal das actividades na Função Pública, seus benefícios e desvantagens que poderão daí advir pelo incumprimento.

### **14.1. Inspeções e Auditorias Internas**

Para um programa de 60 acções de inspecção e auditorias internas, sendo 16 pela estrutura central e as restantes 44 pelas Divisões Regionais, das quais 13 para o Sul, 17 para o Centro e 14 para o Norte, foram realizadas 33, sendo: 5 pela estrutura central; 11 pela Divisão de Controlo Interno da DRS; 10 pela Divisão de Controlo Interno da DRC; e 7 pela Divisão de Controlo Interno da DRN. A estas acções juntam-se outras 5 não planificadas, totalizando 38, o que corresponde a uma realização de 63,3% face ao planificado.

Concorreram para este nível de realização as dificuldades de ordem financeira com vista a fazer face às despesas de deslocação dos técnicos, particularmente para a DRN, e a exiguidade de quadros para integrarem as diversas equipas de trabalho, que para o efeito iam sendo constituídas.

Das acções realizadas a nível de inspeções e auditorias internas, quer aos sectores operativos assim como aos sectores transversais, bem como as acções de controlo das auditorias fiscais e ainda na

realização de balanços de transição e passagens de pastas, de forma geral, nota-se um cometimento com a busca permanente de resultados sobretudo no que respeita ao cumprimento das metas, sendo contudo de destacar as seguintes principais recomendações que merecem o devido seguimento por parte dos gestores de linha tendo em vista um melhor e harmonioso desempenho institucional:

- a) Necessidade de sistemática e permanente actualização do perfil de gestão e dos manuais de procedimentos;
- b) Necessidade da elaboração do manual de procedimentos no âmbito da JUE;
- c) Fortalecimento do controlo da utilização e da escrituração dos livros obrigatórios;
- d) Necessidade de maior rigor na apreciação da documentação que serve de suporte para o desembaraço aduaneiro, visando evitar situações de subfacturação e outras que perigam a arrecadação da receita;
- e) Necessidade de formação permanente e monitoria do pessoal afecto às tesourarias e recebedorias para o domínio e aplicação escrupulosa dos regulamentos e procedimentos;
- f) Aprimoramento dos sistemas de arquivo de livros e documentos;
- g) Necessidade de rigor na realização de balanços mensais e balanços de surpresa regulares pelos respectivos directores, chefes ou seus adjuntos;
- h) Necessidade de observância dos prazos de elaboração e envio dos processos mensais de contabilidade e de exactores;
- i) Necessidade de tomada de providências com vista a regularização, em tempo útil, das passagens de fundos aguardando crédito;
- j) Necessidade de tomada de providência para a regularização dos alcances contabilizados; e
- k) Necessidade de maior rigor na instrução de processos de concurso e na elaboração e gestão dos respectivos contratos e documentação que os suportam, obedecendo os ditames da legislação.

### **Controlo das Auditorias Pós-desembaraço**

De um total de 96 relatórios de auditorias pós-desembaraço realizadas às empresas recebidos, referentes ao período de 2012 e 2013, foram analisados 34, que se juntam a outros 19 recebidos no ano de 2012, cuja apreciação transitou para 2013, perfazendo 53 relatórios tratados.

Da análise feita aos relatórios realçam-se as seguintes constatações: *(i)* a selecção para auditoria de empresas que não se dedicam ao comércio externo ou de empresas com volume muito baixo de importações; *(ii)* selecção de empresas que cessaram actividades; *(iii)* auditorias longas que chegam a exceder um ano; e *(iv)* resultados pouco animadores para a pertinência de algumas auditorias aliados aos custos envolvidos. Face a estas constatações, houve necessidade de elaboração dos critérios para a selecção de empresas a auditar, devendo-se fundamentar, primeiramente, na dimensão do risco de perda de receita apurado com base em informação diversa de inteligência.

### **Seminários de Disseminação dos Resultados das Inspeções e Auditorias**

No período, foi realizado um seminário sob o lema “O Papel do Gabinete do Controlo Interno no Fortalecimento da Gestão Institucional”, no qual participaram Directores Gerais e respectivos Adjuntos, Directores Regionais, Delegados Provinciais, Directores de Serviços e outros quadros da AT a vários níveis. No seminário foram abordadas diversas matérias tendo como epicentro a divulgação das principais constatações e recomendações das inspeções e auditorias realizadas pelo Tribunal Administrativo (TA), Inspeção Geral de Finanças (IGF) e Gabinete do Controlo Interno (GCI).

## **Monitoria da Aplicação dos Procedimentos de Recolha, Contabilização, Controlo e Transferência de Receitas das Estâncias Aduaneiras para as DAF's**

No âmbito da monitoria da aplicação dos procedimentos de recolha, contabilização, controlo e transferência de receitas das estâncias aduaneiras para as DAF's, foram realizadas visitas a algumas unidades orgânicas da AT tendo se constatado principalmente que existem dificuldades na observância dos procedimentos relativos à elaboração de balancetes diários, processos de contas de exacto, escrituração de livros de registo de termos de balanço, caixa e de controlo das contas bancárias.

### **Acompanhamento do Processo de Desembaraço Aduaneiro no Âmbito da JUE,**

No que se refere ao acompanhamento do processo de desembaraço aduaneiro no âmbito da JUE, constatou-se: (i) A existência de despachos pendentes, devido a pouca familiarização com o sistema e as correcções do valor aduaneiro na fase inicial do uso obrigatório do mesmo; (ii) Dificuldades para a obtenção de informações relacionadas com a receita arrecadada; e (iii) Despachos pendentes no TIMS, devido a dificuldades da operacionalização da JUE no início da fase obrigatória, tendo sido autorizadas as saídas antecipadas.

### **14.2. Prevenção e Combate à Corrupção e Outros Irregularidades do Pessoal**

Foram registados, no período, 23 processos de inquérito (PInq), dos quais 07 pelo órgão central (DAC) e 13 pela região sul, 02 região centro, 01 região norte. A estes 23, foram adicionados 40 processos transitados de 2012 sendo 30 do órgão central e 10 da região centro, totalizando 63 Processos de Inquérito (PInq) tramitados, dos quais, 18 estiveram em curso até ao final do período e 45 foram concluídos, sendo que, destes 23 foram pelo órgão central, 09 região sul, e 12 pela região centro e 01 região norte.

Neste período, para além de processos de inquéritos, foram tratados outros tipos de expedientes de relevância processual num número de 20, sendo 4 recursos hierárquicos com vista a reapreciação das decisões proferidas em sede de processo disciplinar e 16 pareceres jurídicos igualmente atinentes a matérias de carácter disciplinar.

### **14.3. Promoção da Ética e Integridade**

Neste âmbito foram efectuadas visitas em várias estâncias aduaneiras, com vista a sensibilizar os funcionários a pautarem por uma conduta de acordo com os valores e princípios ético-deontológicos plasmados no código de conduta. Foram igualmente realizados trabalhos de inspecção de campo em equipas conjuntas, na fronteira de Ressano Garcia.

No período, foram realizadas sessões de sensibilização dos funcionários da AT, por meio de palestras, nomeadamente: (i) 1 sessão de sensibilização destinada a gestores e quadros da AT, orientada pelo Prof. Doutor Jamisse Taímo, com uma participação de cerca de 110 funcionários e quadros convidados da PGR, UTRESP e Função Pública; (ii) 2 sessões de sensibilização dos funcionários na DAF do 2º Bairro Fiscal, tendo participado um total de 54 funcionários do universo de 66; e (iii) 5 sessões de sensibilização dos funcionários em matérias de Ética e Integridade nas províncias de Inhambane e Gaza, abrangendo 97 funcionários em Inhambane (35 em Inhambane e 16 em Vilanculos,) e 46 em Gaza (9 em Quissico, 22 em Xai-Xai e 15 no Chibuto).

Foram igualmente realizadas 3 sessões de palestras (1 sobre o código de conduta e 2 sobre Ética e Integridade), para um total de 142 funcionários em reciclagem paramilitar na Escola Prática de Matalane. De referir que nestas sessões, para além das matérias relativas a ética e integridade, foram igualmente ministradas, pelos Procuradores Provinciais em coordenação com o Gabinete Central de

Combate à Corrupção (GCCC), matérias sobre a corrupção e Lei de Probidade Pública no âmbito da cooperação inter-institucional entre a AT e a PGR.

Foram também realizadas várias visitas às diversas unidades operativas da AT com vista a sensibilizar os funcionários para a sua adesão voluntária aos princípios ético-deontológicos, tendo sido abrangido um total de 239 funcionários onde se fez também a distribuição dos Códigos de Conduta a todos os funcionários, visto que em muitos locais os funcionários não eram portadores deste instrumento.

Ao nível central foi realizada 1 sessão de sensibilização em matérias de Ética e Integridade, na Divisão de Reembolsos de Impostos de Rendimento (DRIR), em que participaram 28 funcionários de um universo de 32 funcionários.

#### **14.4. Projecto das “Hotlines”**

No âmbito da implementação do projecto das “*Hotlines*”, 2 funcionários, participaram numa formação em matéria de operacionalização do sistema atendimento de denúncias por via telefónica e por e-mails (*CallCentre*). De realçar que o sistema em alusão já foi montado na Divisão Anti-corrupção, estando operacional apenas a componente de denúncias de actos ilícitos por via telefónica.

#### **14.5. Workshop sobre o Procedimento Disciplinar**

No âmbito do projecto de Workshops sobre o procedimento disciplinar, foram realizadas 09 sessões de palestras nas delegações províncias de Nampula, Cabo Delgado e Niassa, Zambézia, Sofala Tete, Manica, Gaza e Inhambane tendo sido ministradas matérias relativas a instrução de processos disciplinares e de inquérito, envolvendo cerca de 293 funcionários da AT, tendo como desataque o orador, o Dr. Baltazar Egídio docente da Faculdade de Direito da UEM, no âmbito do memorando de entendimento rubricado entre a AT e a UEM.

#### **14.6. Análise de Risco**

##### **Criação das Figuras de Agente e de Supervisor do Controlo Interno**

Com vista a materialização de um controlo interno educativo e interventivo para garantir a prevenção de infracções e de outras irregularidades na AT, tendo em conta a necessidade de se elevarem os índices de cobrança de receita nas unidades orgânicas da AT, foram criadas as Figuras de Agente (ACI) e de Supervisor do Controlo Interno (SCI), tendo sido seleccionados e formados 41 ACI e 19 SCI para a implementação da fase piloto a partir de Janeiro de 2014.

De forma a garantir uma prática uniformizada de gestão, de tal modo que todo o processo de controlo seja transparente e auditável e que garanta a eficiência e eficácia dos objectivos almejados, até ao final do período, e a ser continuada em 2014, esteve em elaboração um modelo de perfil de gestão para as unidades orgânicas da AT. Esta acção tem como pressuposto o artigo 39, alínea f) do Decreto nº 9/2010, de 15 de Abril, que aprova o Estatuto Orgânico da AT que estabelece como um dos instrumentos de gestão da AT o plano e perfis de gestão.

##### **Harmonização das Formas de Tratamento Usadas às Entidades na Autoridade Tributária, a vários Níveis**

Em virtude de se ter constatado que as formas de tratamento usadas na AT, a vários níveis, não estão uniformizadas, foi elaborado o documento orientador para uma harmonização que garantirá um tratamento uniforme. Devido à sua complexidade e, da necessidade de se buscar vários elementos baseando-se no dispositivo legal disponível, junto às entidades competentes, concretamente o

Departamento do Protocolo de Estado, na Presidência da República e no Ministério da Administração Estatal, prevê-se a sua conclusão no decurso do 1º semestre de 2014.

#### **14.7. Das Irregularidades do Pessoale Controlo de Processos Disciplinares**

Quanto aos processos disciplinares durante o período em análise, foram instaurados a nível dos diversos sectores 39, tendo sido concluídos 17 e estando em curso 22. As penas aplicadas resultaram em 01 expulsão, 04 demissões, 03 despromoções, 09 repreensões públicas, 01 advertência, 01 multa e 03 absolvições.

#### **14.8. Modelo de Análise e Gestão Sistemática do Risco na AT**

Como forma de dotar os funcionários da AT em matérias de Gestão de Risco, foi levada a cabo uma formação em gestão de risco, de acordo com a Norma – ISO 31000, a qual teve a participação de 37 quadros séniores da AT, dos quais 12 do GCI 09 provenientes da DGA, 03 da DGI, 02 da DGSC, 01 do GPECI, 06 da DRC e 04 DRN, cuja duração foi de duas semanas.

Foram realizadas outras acções decorrentes da implementação do modelo de Gestão de Risco da AT ou enquadradas na actividade rotineira normal do sector, entre outras:

- A recolha de informação sobre todas as empresas que prestam serviços à AT, tendo se verificado uma série de irregularidades nos processos de contratação e adjudicação de algumas dessas empresas, bem como sonegação do imposto do IVA.
- A produção de informação para alimentar a DAII e a DAFT, com vista a garantir a recuperação de receita, tendo resultado na produção de 46 pacotes de Inteligência;
- A apreensão de 12 viaturas com irregularidades no processo de importação, em coordenação com a DAII, no âmbito de tratamento de denúncias recebidas. Refira-se que as viaturas em alusão, que eram usadas para aluguer, constituíam igualmente objecto de sonegação de impostos internos designadamente o IVA, havendo por regularizar neste imposto o valor de 3.688.985,00 MT apurado em resultado da avaliação da INTERTEK.
- A realização de um trabalho de investigação sobre abertura fraudulenta de contas bancárias com denominações que se confundiam com as unidades orgânicas de cobrança da AT, com o objectivo de arrecadar cheques emitidos a favor da Fazenda cujos valores são posteriormente transferidos para outras contas igualmente fraudulentas para efeitos de movimento de débito. Esta acção culminou com a detenção de 2 (dois) indivíduos suspeitos e está a seguir os seus tramites subsequentes.

## **XV. ÓRGÃOS COLEGIAIS**

### 15.1. Conselho Superior Tributário

No período foram realizadas 04 sessões ordinárias e 33 sessões extraordinárias do Conselho Superior Tributário, tendo apreciado, entre outros: (i) a Proposta de inaugurações da AT para 2013; (ii) a Matriz com pontos de responsabilidade da AT com o Governo e Parceiros; (iii) oDraft do concurso de Ingresso para 12 especialistas; (iv) a Proposta de Cartas de serviço da AT; (v) oRelatório da 17ª Reunião do Grupo Técnico da OMA para as Regiões Austral e Oriental de África; (vi) o Relatório da Missão do FMI sobre a Revisão do Regime Fiscal para os Sectores Minério e Petrolífero; (vii) oBalanço das Actividades da 1ª Fase do Projecto de Modernização dos Serviços ao Contribuinte; (viii) oIII Relatório da Iniciativa de Transparência na Indústria Extractiva em Moçambique; (ix) a Proposta de Decreto que altera o Regulamento dos Códigos do IRPS e do IVA; (x) a Proposta de criação de figura de Agentes e Supervisores de Controlo Interno; (xi) a Proposta de ToRS para Avaliação do Impacto das Campanhas de Educação Fiscal e Aduaneira e Popularização do Imposto na Arrecadação de receitas e no Alargamento da Base Tributária; (xii) o Dossier sobre o processo de implementação de Máquinas Fiscais; (xiii) a Proposta de Orçamento de Estado para 2014; (xiv) 11ª Ronda Negocial para Revisão da Convenção entre a República de Moçambique e a República das Maurícias para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Imposto sobre o Rendimento; (xv) Proposta de Alterações ao Estatuto Paramilitar do Pessoal das Alfândegas de Moçambique.

### 15.2. Conselho Directivo

Num total de 13 sessões ordinárias e 01 extraordinária, este órgão apreciou várias matérias, que foram submetidas ao CST para aprovação, com destaque para o (i) Financiamento aos projectos da Autoridade Tributária; (ii) Estratégia de Gestão da Administração de Recursos Humanos; (iii) Posição das Receitas 2013 e Cenário Orçamento Rectificativo: Imposto Interno (DGI) e Alfandegas (DGA); (iv) Futuras Instalações do Edifício Sede da AT; (v) Orçamento para o Funcionamento da Divisão de Assuntos Sociais da AT; (vi) Apresentação da empresa ALG Transportation Infrastructure & Logistics sobre o “Estudo de Viabilidade para o Estabelecimento do Terminal Terrestre de Carga ao longo do Corredor da Beira”.

Foram ainda analisados os relatórios sobre: as visitas efectuadas as cadeias femininas de Nampula e Maputo; o Road-show no âmbito da Educação Fiscal, Aduaneira e Popularização do Imposto; a participação da AT nas cerimónias alusivas ao dia Internacional da Luta Contra a Corrupção; e a participação da AT no III e IV Fóruns de Chefes de Secretarias e Coordenadores de Comissões de Avaliação de Documentos.

### 15.3. Conselho da Fiscalidade

No âmbito da reforma tributária e no contexto das áreas especializadas do Conselho da Fiscalidade, foram realizados três encontros de auscultação aos Peritos de Reconhecido Mérito em Maputo e realizadas três reuniões de coordenação geral das áreas especializadas.

A X Sessão do Conselho da Fiscalidade foi realizada na Cidade de Maputo, no Centro Internacional de Conferência Joaquim Chissano, no dia 16 de Agosto de 2013, sob o lema “*Todos Juntos na Justa Tributação dos Recursos Naturais Disponíveis*”.

Nesta Sessão foram apresentadas quatro palestras, nomeadamente:

- *As Finanças Autárquicas Descentralizadas: O Caso do Concelho Municipal da Cidade de Maputo*, proferida pelo Exmo. Sr. David Simango, Presidente do Concelho Municipal da Cidade de Maputo;



- *A Problemática dos Recursos naturais no Desenvolvimento Económico de Moçambique: Perspectivas e Desafios*, proferida pelo Exmo. Sr. Nelson Ocuane, da Empresa Nacional de Hidrocarbonetos;
- *O Papel do ICE na Tributação*, proferida pelo Exmo. Sr. Dixon Chongo, da Câmara dos Despachantes Aduaneiros de Moçambique; e
- *A Sustentabilidade da Cobrança de Receitas Próprias: O Caso do Distrito de Moamba*, proferida pelo Exmo. Sr. Lourenço Mapira, Secretário Permanente.

#### **15.4. Outros**

##### **Seminário Nacional sobre a Execução da Política Fiscal e Aduaneira**

Realizou-se o VII Seminário Nacional sobre a Execução da Política Fiscal e Aduaneira na Cidade da Matola, no Salão de Eventos do Ministério das Finanças, no dia 15 de Março de 2013, sob o lema “A valorização dos recursos humanos, como factor decisivo na tributação dos recursos naturais, em prol do desenvolvimento económico”, onde se fez o balanço do desempenho da AT em 2012 e perspectivadas as acções para 2013 e ainda apresentadas 2 palestras, nomeadamente: “*Recursos Minerais Para o Desenvolvimento de Moçambique*”, proferida por Sua Excia o Vice-Ministro dos Recursos Minerais, Dr. Abdul Razak Noormahomed; e “*O Impacto da Electrificação Rural na Formação de Receitas Públicas*”, pelo Dr. Pascoal Alberto Bacela, Director Nacional de Energia Eléctrica.

# **XVI. PERSPECTIVAS DE ACÇÕES PARA 2014**

### **16.1. No Âmbito da Cobrança de Receitas**

- Cobrar 147.371,59 Milhões de MT sendo: 100.783,76 Milhões de MT, em tributos internos, dos quais 124,33 Milhões de MT em ISPC e 46.587,83 Milhões de MT, em tributos sobre o comércio externo;
- Atribuir 600.000 novos NUIT's, dos quais 90.000 em ISPC, envolvendo os líderes locais na sensibilização para o registo da população e na cobrança do imposto;
- Introduzir e operacionalizar as máquinas fiscais para o reforço da capacidade de arrecadação das receitas provenientes dos impostos internos e apoio ao sector da fiscalização no controlo do cumprimento das obrigações fiscais;
- Promover a educação fiscal e aduaneira, tendo em vista a popularização do imposto e o alargamento da base tributária;
- Expandir a Base de Dados de gestão dos Grandes Contribuintes nas novas UGC's e monitorar a sua operacionalização nas unidades já instaladas.

### **16.2. No Âmbito da Modernização e Fortalecimento da Administração Tributária**

- Reforçar o cumprimento do espírito e da letra do sistema de mérito;
- Adquirir o software de Base de Dados de RH (upgrade), ajustado às actuais exigências da instituição;
- Concluir a regularização do vínculo laboral dos funcionários com mais de 35 anos de idade, a luz do Decreto nº31/2013, de 12 de Julho, publicado nos BR nº56 I Série de 12 de Julho;
- Actualizar o salário base dos auxiliares tributários de 3ª classe, que neste momento afigura-se abaixo do salário mínimo fixado pelo Estado;
- Efectuar a monitorias das recomendações deixadas pelas equipas de auditorias/inspecções do GCI, IGF e TA a todas unidades visitadas nos exercícios de 2012 e 2013;
- Dar continuidade à implementação e operacionalização do modelo de análise e gestão sistemática de risco;
- Fazer o acompanhamento da implementação da fase piloto do 'Projecto de Agente e de Supervisor de Controlo Interno.

### **16.3. No Âmbito de Desenvolvimento das Tecnologias de Informação**

- Consolidar o módulo do NUIT e expandi-lo para os novos Postos de Cobrança e instalá-lo nos locais onde existe e-SISTAFE.
- Concluir o desenvolvimento das Fases I e II do Módulo IVA e sua implementação até ao final do 3º trimestre;
- Finalizar dos Modelos de Negócio do Módulo IRPS e IRPC;
- Formar utilizadores para o Módulo do IVA e ISPC e formar técnicos do Projecto nas áreas específicas.
- Iniciar a fase piloto dos seguintes módulos da JUE: (i) Importação/Exportação temporária; (ii) Armazém de Leilão; (iii) Importação de produtos petrolíferos; (iv) Armazém de trânsito; (v) Isenções Electrónicas; (vi) Termo de compromisso na importação; (vii) Importação/Exportação temporária de Viaturas; (viii) Ordem de entrega; (ix) MDA; Expandir a implementação da JUE em 5 estâncias, nomeadamente: (i) Aeroporto Internacional Nacala (Novo); (ii) Palma; (iii) Mocímboa da Praia; (iv) e Negomano; (v) Namoto; e
- Instalar o novo call center conjunto Alfândegas/MCNET no edifício da DGA, para melhor atendimento aos utentes.

## **XVII. Anexos**

## Anexo I – Desempenho Anual da AT, por Área Operativa em 2013

Ord	Descrição	IMPOSTOS INTERNOS			ALFÂNDEGAS			TOTAL AT			
		Programa 2013	Cobrança 2013	Realização	Programa 2013	Cobrança 2013	Realização	Programa 2013	Cobrança 2013	Realização	% PIB
	<b>Cidade de Maputo</b>	<b>64.091,75</b>	<b>71.183,87</b>	<b>111,07%</b>	<b>12.219,34</b>	<b>13.426,33</b>	<b>109,88%</b>	<b>76.311,09</b>	<b>84.610,20</b>	<b>110,88%</b>	<b>18,03%</b>
1	UGC Maputo	36.019,91	34.459,70	95,67%				36.019,91	34.459,70	95,67%	7,34%
2	Maputo - 1	25.425,64	34.082,07	134,05%	7.953,55	9.396,15	118,14%	33.379,19	43.478,22	130,26%	9,27%
3	Maputo - 2	2.580,41	2.569,55	99,58%	4.265,79	4.030,17	94,48%	6.846,20	6.599,72	96,40%	1,41%
4	Juizo Maputo	65,79	72,55	110,28%				65,79	72,55	110,28%	0,02%
	<b>Província de Maputo</b>	<b>4.102,18</b>	<b>3.983,89</b>	<b>97,12%</b>	<b>16.473,63</b>	<b>13.222,51</b>	<b>80,26%</b>	<b>20.575,81</b>	<b>17.206,40</b>	<b>83,62%</b>	<b>3,67%</b>
5	Matola	17.092,54	3.870,03	22,64%	16.473,63	13.222,51	80,26%	20.434,71	17.092,54	83,64%	3,64%
6	Manhiça	141,10	113,86	80,69%				141,10	113,86	80,69%	0,02%
	<b>Província de Gaza</b>	<b>473,57</b>	<b>483,55</b>	<b>102,11%</b>	<b>59,11</b>	<b>25,88</b>	<b>43,78%</b>	<b>532,68</b>	<b>509,42</b>	<b>95,63%</b>	<b>0,11%</b>
7	Xai - Xai	372,74	386,18	103,61%	59,11	25,88	43,78%	431,85	412,06	95,42%	0,09%
8	Chibuto	29,41	22,66	77,06%				29,41	22,66	77,06%	0,00%
9	Chokwe	71,42	74,70	104,59%				71,42	74,70	104,59%	0,02%
	<b>Província de Inhambane</b>	<b>588,56</b>	<b>546,38</b>	<b>92,83%</b>	<b>76,49</b>	<b>59,14</b>	<b>77,32%</b>	<b>665,06</b>	<b>605,53</b>	<b>91,05%</b>	<b>0,13%</b>
10	Inhambane	419,31	402,02	95,88%	51,01	43,75	85,76%	470,32	445,77	94,78%	0,09%
11	Vilanculos	147,68	128,02	86,69%	25,48	15,39	60,41%	173,17	143,42	82,82%	0,03%
12	Quissico	21,57	16,34	75,75%				21,57	16,34	75,75%	0,00%
	<b>Região Sul</b>	<b>69.256,07</b>	<b>76.197,69</b>	<b>110,02%</b>	<b>28.828,57</b>	<b>26.733,85</b>	<b>92,73%</b>	<b>98.084,64</b>	<b>102.931,54</b>	<b>104,94%</b>	<b>21,94%</b>
	<b>Província de Sofala</b>	<b>3.263,84</b>	<b>3.362,77</b>	<b>103,03%</b>	<b>5.841,40</b>	<b>5.384,40</b>	<b>92,18%</b>	<b>9.105,24</b>	<b>8.747,17</b>	<b>96,07%</b>	<b>1,86%</b>
13	UGC Beira	1.666,07	1.717,74	103,10%				1.666,07	1.717,74	103,10%	0,37%
14	Beira	1.369,74	1.407,38	102,75%	5.841,40	5.347,10	91,54%	7.211,14	6.754,48	93,67%	1,44%
15	Manga	213,22	223,83	104,98%		37,30		213,22	261,13	122,47%	0,06%
16	Juizo Beira	14,82	13,82	93,30%				14,82	13,82	93,30%	0,00%
	<b>Província de Manica</b>	<b>688,44</b>	<b>731,35</b>	<b>106,23%</b>	<b>597,71</b>	<b>523,03</b>	<b>87,51%</b>	<b>1.286,15</b>	<b>1.254,38</b>	<b>97,53%</b>	<b>0,27%</b>
17	DAF Chimoio	688,44	731,35	106,23%	597,71	523,03	87,51%	1.286,15	1.254,38	97,53%	0,27%
	<b>Província de Tete</b>	<b>2.871,62</b>	<b>3.133,35</b>	<b>109,11%</b>	<b>870,90</b>	<b>1.110,37</b>	<b>127,50%</b>	<b>3.742,52</b>	<b>4.243,71</b>	<b>113,39%</b>	<b>0,90%</b>
18	DAF Tete	2.871,62	3.133,35	109,11%	870,90	1.110,37	127,50%	3.742,52	4.243,71	113,39%	0,90%
	<b>Província da Zambézia</b>	<b>695,82</b>	<b>755,37</b>	<b>108,56%</b>	<b>280,67</b>	<b>305,04</b>	<b>108,68%</b>	<b>976,49</b>	<b>1.060,41</b>	<b>108,59%</b>	<b>0,23%</b>
19	Quelimane	574,61	623,45	108,50%	280,67	299,47	106,70%	855,28	922,92	107,91%	0,20%
20	Mocuba	70,68	76,44	108,15%		5,57		70,68	82,01	116,03%	0,02%
21	Gurue	50,53	55,48	109,79%				50,53	55,48	109,79%	0,01%
	<b>Região Centro</b>	<b>7.519,72</b>	<b>7.982,83</b>	<b>106,16%</b>	<b>7.590,68</b>	<b>7.322,84</b>	<b>96,47%</b>	<b>15.110,41</b>	<b>15.305,67</b>	<b>101,29%</b>	<b>3,26%</b>
	<b>Província de Nampula</b>	<b>2.410,69</b>	<b>2.826,84</b>	<b>117,26%</b>	<b>3.798,46</b>	<b>4.523,10</b>	<b>119,08%</b>	<b>6.209,16</b>	<b>7.349,94</b>	<b>118,37%</b>	<b>1,57%</b>
21	UGC Nampula	609,58	670,94	110,07%				609,58	670,94	110,07%	0,14%
23	Nampula	677,62	718,92	106,09%	710,84	704,02	99,04%	1.388,46	1.422,95	102,48%	0,30%
24	Nacala	1.082,40	1.385,36	127,99%	3.087,62	3.819,08	123,69%	4.170,02	5.204,43	124,81%	1,11%
25	Angoche	41,10	51,62	125,60%				41,10	51,62	125,60%	0,01%
	<b>Província de Cabo Delgado</b>	<b>554,14</b>	<b>642,69</b>	<b>115,98%</b>	<b>198,29</b>	<b>283,11</b>	<b>142,78%</b>	<b>752,43</b>	<b>925,80</b>	<b>123,04%</b>	<b>0,20%</b>
26	Pemba	495,89	578,25	116,61%	189,78	273,07	143,89%	685,67	851,32	124,16%	0,18%
27	Montepuez	38,46	44,00	114,41%				38,46	44,00	114,41%	0,01%
28	Moc. Praia	19,80	20,45	103,27%	8,51	10,04	117,93%	28,31	30,49	107,68%	0,01%
	<b>Província de Niassa</b>	<b>298,92</b>	<b>350,63</b>	<b>117,30%</b>	<b>36,75</b>	<b>44,12</b>	<b>120,07%</b>	<b>335,67</b>	<b>394,75</b>	<b>117,60%</b>	<b>0,08%</b>
29	Lichinga	267,66	319,45	119,35%	22,37	35,10	156,90%	290,03	354,55	122,25%	0,08%
30	Cuamba	31,27	31,18	99,72%	14,37	9,02	62,74%	45,64	40,20	88,07%	0,01%
	<b>Região Norte</b>	<b>3.263,76</b>	<b>3.820,16</b>	<b>117,05%</b>	<b>4.033,50</b>	<b>4.850,33</b>	<b>120,25%</b>	<b>7.297,26</b>	<b>8.670,49</b>	<b>118,82%</b>	<b>1,85%</b>
	<b>TOTAL</b>	<b>80.039,55</b>	<b>88.000,68</b>	<b>109,95%</b>	<b>40.452,76</b>	<b>38.907,03</b>	<b>96,18%</b>	<b>120.492,31</b>	<b>126.907,71</b>	<b>105,32%</b>	<b>27,05%</b>

## Anexo II – Total de NUIT’s Atribuídos em 2013 e Acumulado

DAF’s	Registos em 2012			Programa Anual 2013			Registos em 2013			Grau de Realização			Registos de 1999 a 31 de Dezembro de 2013		Total
	Singulares	Colectivos	Total	Singulares	Colectivos	Total	Singulares	Colectivos	Total	Singulares	Colectivos	Total	Singulares	Colectivos	
Lichinga	15.836	54	15.890	12.500	250	12.750	18.908	46	18.954	151,26%	18,40%	148,66%	72.712	605	73.317
Cuamba	5.312	15	5.327	4.300	86	4.386	5.829	18	5.847	135,56%	20,93%	133,31%	22.793	139	22.932
Pemba	20.761	193	20.954	15.100	302	15.402	22.071	265	22.336	146,17%	87,75%	145,02%	87.828	1.574	89.402
Montepuez	5.153	20	5.173	6.500	130	6.630	6.075	29	6.104	93,46%	22,31%	92,07%	21.048	171	21.219
Mocimboa da Praia	18.906	19	18.925	5.330	107	5.437	10.781	21	10.802	202,27%	19,70%	198,69%	52.457	138	52.595
Nampula	31.174	312	31.486	34.300	700	35.000	41.072	327	41.399	119,74%	46,71%	118,28%	170.223	2.294	172.517
Angoche	1.589	19	1.608	2.454	49	2.503	6.458	17	6.475	263,16%	34,64%	258,68%	17.377	156	17.533
Nacala	17.732	172	17.904	25.500	510	26.010	22.190	216	22.406	87,02%	42,35%	86,14%	81.298	1.043	82.341
UGC de Nampula													58	123	181
<b>Total DRN</b>	<b>116.463</b>	<b>804</b>	<b>117.267</b>	<b>105.984</b>	<b>2.134</b>	<b>108.118</b>	<b>133.384</b>	<b>939</b>	<b>134.323</b>	<b>125,85%</b>	<b>44,01%</b>	<b>124,24%</b>	<b>525.794</b>	<b>6.243</b>	<b>532.037</b>
Quelimane	29.802	293	30.095	27.300	546	27.846	21.723	164	21.887	79,57%	30,04%	78,60%	127.002	2.387	129.389
Gurúé	2.427	39	2.466	5.254	105	5.359	5.791	47	5.838	110,22%	44,73%	108,94%	23.068	307	23.375
Mocuba	8.144	50	8.194	8.479	170	8.649	10.456	40	10.496	123,32%	23,59%	121,36%	40.404	378	40.782
Tete	34.902	679	35.581	31.827	637	32.464	32.530	521	33.051	102,21%	81,85%	101,81%	163.148	3.309	166.457
Chimoio	26.665	194	26.859	28.250	565	28.815	33.066	290	33.356	117,05%	51,33%	115,76%	143.762	2.190	145.952
1º Bairro da Beira	18.461	295	18.756	22.900	500	23.400	29.352	376	29.728	128,17%	75,20%	127,04%	146.320	2.527	148.847
Manga	26.389	147	26.536	26.320	526	26.846	23.513	127	23.640	89,34%	24,13%	88,06%	123.468	1.136	124.604
UGC da Beira													34	160	194
<b>Total DRC</b>	<b>146.790</b>	<b>1.697</b>	<b>148.487</b>	<b>150.330</b>	<b>3.049</b>	<b>153.379</b>	<b>156.431</b>	<b>1.565</b>	<b>157.996</b>	<b>104,06%</b>	<b>51,34%</b>	<b>103,01%</b>	<b>767.206</b>	<b>12.394</b>	<b>779.600</b>
Inhambane	8.605	135	8.740	7.746	155	7.901	10.274	152	10.426	132,64%	98,12%	131,96%	51.349	1.400	52.749
Quissico	2.991	15	3.006	3.801	76	3.877	4.620	24	4.644	121,55%	31,57%	119,78%	15.394	199	15.593
Vilanculos	4.731	116	4.847	4.077	82	4.159	7.105	88	7.193	174,27%	107,92%	172,97%	27.082	862	27.944
Maxixe	7.708	38	7.746	6.950	139	7.089	10.670	27	10.697	153,53%	19,42%	150,90%	34.977	411	35.388
Xai-xai	12.525	127	12.652	10.471	209	10.680	21.807	88	21.895	208,26%	42,02%	205,00%	77.900	1.143	79.043
Chibuto	1.419	25	1.444	2.700	54	2.754	3.730	22	3.752	138,15%	40,74%	136,24%	11.800	120	11.920
Chokwé	7.052	101	7.153	6.850	137	6.987	6.268	66	6.334	91,50%	48,18%	90,65%	35.195	511	35.706
Matola	53.543	678	54.221	48.167	963	49.130	45.338	737	46.075	94,13%	76,50%	93,78%	230.224	4.441	234.665
Magude	2.396	8	2.404	3.276	66	3.342	2.077	13	2.090	63,40%	19,84%	62,55%	10.363	68	10.431
Manhiça	8.732	35	8.767	9.950	199	10.149	9.618	14	9.632	96,66%	7,04%	94,91%	37.757	286	38.043
Machava	23.085	163	23.248	15.500	310	15.810	34.889	174	35.063	225,09%	56,13%	221,78%	111.856	901	112.757
Ponta de Ouro	823	40	863	1.514	30	1.544	3.601	11	3.612	237,85%	36,33%	233,90%	102.533	14.972	117.505
1º Bairro de Maputo	10.113	2.057	12.170	22.601	596	23.197	12.711	2.094	14.805	56,24%	351,34%	63,82%	360.627	6.782	367.409
2º Bairro de Maputo	60.065	891	60.956	52.524	1.050	53.574	68.625	965	69.590	130,65%	91,86%	129,89%	16.874	3.643	20.517
3º Bairro de Maputo	2.133	641	2.774	2.710	54	2.764	2.231	731	2.962	82,32%	1348,71%	107,16%	9.786	239	10.025
Posto do Jardim	18.060	170	18.230	19.597	392	19.989	21.273	199	21.472	108,55%	50,77%	107,42%	115.573	1.081	116.654
Posto de Xipamanine	11.206	73	11.279	15.252	305	15.557	11.681	85	11.766	76,59%	27,87%	75,63%	29.979	383	30.362
UGC de Maputo													48	575	623
<b>Total DRS</b>	<b>235.187</b>	<b>5.313</b>	<b>240.500</b>	<b>233.686</b>	<b>4.818</b>	<b>238.504</b>	<b>276.518</b>	<b>5.490</b>	<b>282.008</b>	<b>118,33%</b>	<b>113,95%</b>	<b>118,24%</b>	<b>1.279.317</b>	<b>38.017</b>	<b>1.317.334</b>
<b>Total Geral</b>	<b>498.440</b>	<b>7.814</b>	<b>506.254</b>	<b>490.000</b>	<b>10.000</b>	<b>500.000</b>	<b>566.333</b>	<b>7.994</b>	<b>574.327</b>	<b>115,58%</b>	<b>79,94%</b>	<b>114,87%</b>	<b>2.572.317</b>	<b>56.654</b>	<b>2.628.971</b>

## Anexo III – Registo de contribuintes do ISPC em 2013 e Acumulado

Ord.	DAF's	Registos 2012	Programa 2013	Registos 2013	Grau de Realização	Cresc. Nominal	Acumulado 2009/2013
1	Lichinga	793	2.905	1.131	38,93%	42,62%	2.521
2	Cuamba	640	1.340	204	15,22%	-68,13%	1.610
3	Pemba	1.151	2.925	398	13,61%	-65,42%	3.535
4	Montepuez	955	1.855	367	19,78%	-61,57%	3.021
5	Mocímboa da Praia	614	1.315	232	17,64%	-62,21%	2.060
6	Nampula	1.978	4.320	1.217	28,17%	-38,47%	10.770
7	Angoche	677	1.470	183	12,45%	-72,97%	2.143
8	Nacala	3.016	3.870	413	10,67%	-86,31%	6.212
	<b>Total DRN</b>	<b>9.824</b>	<b>20.000</b>	<b>4.145</b>	<b>20,73%</b>	<b>-57,81%</b>	<b>31.872</b>
9	Quelimane	<b>1.432</b>	4.200	364	8,67%	-74,58%	11.463
10	Gurué	<b>284</b>	2.773	336	12,12%	18,31%	1.660
11	Mocuba	<b>207</b>	3.503	292	8,34%	41,06%	1.573
12	Tete	<b>3.147</b>	4.510	1.530	33,92%	-51,38%	8.346
13	Chimoio	<b>1.852</b>	4.200	1.178	28,05%	-36,39%	8.038
14	1º Bairro da Beira	<b>2.477</b>	4.114	1.537	37,36%	-37,95%	9.975
15	Manga	<b>1.537</b>	4.200	3.989	94,98%	159,53%	10.271
	<b>Total DRC</b>	<b>10.936</b>	<b>27.500</b>	<b>9.226</b>	<b>33,55%</b>	<b>-15,64%</b>	<b>51.326</b>
16	Inhambane	<b>1.609</b>	4.000	1.391	34,78%	-13,55%	5.152
17	Quissico	<b>189</b>	1.000	235	23,50%	24,34%	1.236
18	Vilanculos	<b>313</b>	2.000	433	21,65%	38,34%	1.334
19	Xai-xai	890	4.000	774	19,35%	-13,03%	2.546
20	Chibuto	134	1.200	215	17,92%	60,45%	633
21	Chokwé	459	1.800	311	17,28%	-32,24%	1.355
22	Matola	3.517	4.000	1.171	29,28%	-66,70%	9.162
23	Manhiça	237	2.000	362	18,10%	52,74%	1.866
24	1º Bairro de Maputo	464	1.500	625	41,67%	34,70%	2.534
25	2º Bairro de Maputo	2.878	6.000	2.689	44,82%	-6,57%	32.522
	<b>Total DRS</b>	<b>10.690</b>	<b>27.500</b>	<b>8.206</b>	<b>29,84%</b>	<b>-23,24%</b>	<b>58.340</b>
	<b>Total Geral</b>	<b>31.450</b>	<b>75.000</b>	<b>21.577</b>	<b>28,77%</b>	<b>-31,39%</b>	<b>141.538</b>

**Anexo IV – Critério de Selecção de Grandes Contribuintes**

<b>Critérios</b>	<b>Região Sul</b>	<b>Região Centro</b>	<b>Região Norte</b>	<b>Observações</b>
<b>1. Tipo de Actividade Económica</b>	Bolsa de Valores, Instituições Financeiras (Bancos, Leasing, Seguradoras, Resseguros e Casas de Câmbios)	Instituições Financeiras (Bancos, Seguradoras, Resseguros e Casas de Câmbio)	Instituições Financeiras (Bancos, Seguradoras, Resseguros e Casas de Câmbio)	
	Empresas de Recursos naturais (Minas, Petróleo/ Gás e suas participadas), gasolineiras	Empresas de Recursos naturais (Minas e Petróleo e suas participadas)	Empresas de Recursos naturais (Minas e Petróleos e suas participadas)	
	Terminais sob gestão privada (Carvão, Açúcar e outras)	Empresas de Pescas semi-industrial e industrial, Sub-empregadas de grandes projectos, Moageiras	Indústria de Cajú, Moageiras, Indústria de óleos e sabões	
		Terminais sob gestão privada	Terminais sob gestão privada	
<b>2. Montante de IVA pago</b>	Média igual ou superior a <b>1.000.000,00MT</b> , nos últimos três anos	Média igual ou superior a <b>460.000,00MT</b> , nos últimos 3 anos	Média igual ou superior a <b>200.000,00 MT</b> , nos últimos três anos	Cruzar com o critério 4
<b>3. Volume de Exportações</b>	Média igual ou superior a <b>90.000.000,00 MT</b> , nos últimos três anos	Média igual ou superior a <b>30.000.000,00 MT</b> , nos últimos três anos	Média igual ou superior a <b>30.000.000,00 MT</b> , nos últimos três anos	
<b>4. Volume de vendas/ Volume de negócios</b>	Média igual ou superior a <b>70.000.000,00 MT</b> , nos últimos três anos	Média igual ou superior a <b>20.000.000,00 MT</b> , nos últimos três anos	Média igual ou superior a <b>40.000.000,00 MT</b> , nos últimos três anos	Cruzar com o critério 2
<b>5. Sujeição a impostos de natureza especial</b>				Sujeição a taxa liberatória incidente sobre volume de vendas, gasolineiras, Imposto sobre a Produção de Minas e Imposto sobre a Produção de Petróleos, taxas de concessão
<b>6. Empresas Públicas</b>				



**Anexo V - Publicações e Inserções no Âmbito da Comunicação e Imagem da AT em 2013**

Ord	Órgão de Comunicação Social	Número e Veiculações Efectuadas
1	TELEVISÃO	TVM (i) 32 Reportagens televisivas, efectuadas; (ii) 68 Coberturas de eventos, dentro e fora da AT, que contribuíram para a divulgação e popularização do imposto; e (iii) 5.000 spots sobre: a Central de Atendimento, operação Karibu, Modelo 10, franquias, minuto fiscal, JUE, FACIM, Feira de Empreendedorismo, Popularização do imposto com Maria Helena Pinto nas Universidades, com a AMVIRO sobre o dia mundial sem carro e no Projecto mamanas, tributação de mais-valias e sobre importância social dos
2		TIM (i) 80 spots publicitários e anúncios; (ii) 8 reportagens sobre actividades desenvolvidas pela AT
3		GUNGU TV (i) 68 coberturas das actividades desenvolvidas na AT; (ii) 20 anúncios e spots publicitários; e (iii) 5 reportagens televisivas
4		TOP TV (i) 72 spots publicitários; (ii) 68 coberturas dos eventos da AT; e (iii) 2 reportagens televisivas sobre educação fiscal em matérias fiscais e aduaneiras
5		STV (i) 92 spots publicitários; (ii) 60 coberturas dos eventos da AT; e (iii) 4 reportagens
6		MIRAMAR (i) 81 inserções de spots publicitários e anúncios; (ii) 68 coberturas dos eventos da AT; e 6 (iii) reportagens televisivas
7	RÁDIO	RM (i) Produção da Jingle da Central de Atendimento; (ii) 160 anúncios e spots publicitários sobre matéria fiscal; (iii) 15 comunicados de imprensa; e (iv) 12 reportagens de educação fiscal e popularização do imposto
8		RÁDIO CIDADANIA (i) criação e veiculação ao vivo de 40 programas sobre a Cidadania Fiscal ; (ii) coberturas em todas as actividades públicas da AT; (iii) 100 spots publicitários contendo reportagens radiofónicas e entrevistas aos contribuintes e potenciais contribuintes sobre a sensibilidade destes em relação aos diferentes impostos
9		RÁDIO ÍNDICO (i) 5 spots publicitários sobre educação fiscal; (ii) 1 Jingle do call centre; (iii) 15 comunicados de imprensa e reportagens de educação fiscal e popularização do
10	IMPRESA ESCRITA	NOTÍCIAS (i) 229 anúncios; e (ii) 285 notícias e reportagens sobre matérias relativas a AT
11		SAVANA (i) 111 anúncios; e (ii) 56 notícias e reportagens sobre matérias relativas a AT
12		MAGAZINE INDEPENDENTE (i) 85 anúncios; e (ii) 71 notícias e reportagens sobre matérias relativas a AT
13		IMPRESA NACIONAL 6 despachos/diplomas no Boletim da República, referente trânsito aduaneiro de mercadorias, tabelas de retenção na fonte do IRPS, Isenção do ICE, Imposto de Reconstrução Nacional e Uso do incentivo da Taxa incidente sobre o gasóleo
14		CANAL DE MOÇAMBIQUE (i) 85 anúncios; e (ii) 71 notícias e reportagens sobre matérias relativas a AT
15		O PÚBLICO (i) 55 anúncios; e (ii) 67 notícias e reportagens sobre matérias relativas a AT
16		DIÁRIO DE MOÇAMBIQUE (i) 229 anúncios; e (ii) 255 notícias e reportagens sobre matérias relativas a AT
17		O PAÍS (i) 211 anúncios; e (ii) 195 notícias e reportagens sobre matérias relativas a AT
18		DOSSIER E FACTOS (i) 11 anúncios; e (ii) 27 notícias e reportagens sobre matérias relativas a AT
19		EXPRESSO MOZ (i) 11 anúncios; e (ii) 31 notícias e reportagens sobre matérias relativas a AT
20	O NACIONAL (i) 11 anúncios; e (ii) 29 notícias e reportagens sobre matérias relativas a AT	

**Anexo VI**–Parque Informático Operacional em 2013*Existência em 31.12.2012*

LOCAL	Mon	PC	Serv	Tecl	Mou	UPS	Impr	Swi	Hub	Rout	Certif	Notb	L.Che	Scan	HD Ex	Fax	Fot
Região Norte	301	126	4	123	112	98	64	16	0	5	1	1	0	1	3	12	14
Região Centro	263	262	22	262	262	158	92	18	6	14	11	3	3	4	1	14	5
Região Sul	680	667	43	676	663	557	226	30	5	19	44	6	10	1	2	2	3
Serviços Centrais	1.110	1.054	32	1.097	1.039	758	307	71	5	21	2	82	0	9	2	7	3
<b>Total</b>	<b>2.354</b>	<b>2.109</b>	<b>101</b>	<b>2.158</b>	<b>2.076</b>	<b>1.571</b>	<b>689</b>	<b>135</b>	<b>16</b>	<b>59</b>	<b>58</b>	<b>92</b>	<b>13</b>	<b>15</b>	<b>8</b>	<b>35</b>	<b>25</b>

*Existência em 31.12.2013*

LOCAL	Mon	PC	Serv	Tecl	Mou	UPS	Impr	Swi	Hub	Rout	Certif	Notb	L.Che	Scan	HD Ex	Fax	Fot
Região Norte	383	208	4	205	194	181	79	16	0	5	1	2	0	1	3	12	14
Região Centro	313	312	22	312	312	208	107	18	6	14	11	3	3	4	1	14	5
Região Sul	762	749	43	758	745	641	243	30	5	19	44	7	10	1	2	2	3
Serviços Centrais	1.256	1.200	35	1.243	1.185	780	337	71	5	21	2	86	0	19	18	7	3
<b>Total</b>	<b>2.714</b>	<b>2.469</b>	<b>104</b>	<b>2.518</b>	<b>2.436</b>	<b>1.810</b>	<b>766</b>	<b>135</b>	<b>16</b>	<b>59</b>	<b>58</b>	<b>98</b>	<b>13</b>	<b>25</b>	<b>24</b>	<b>35</b>	<b>25</b>

**LEGENDA:**

MON = Monitor; PC = Personal Computer; SERV = Servidor; TECL = Teclado; MOU = Mouse; UPS = Uninterruptible Power Supply; IMPR = Impressora; SWI = Switch; HUB = Concentrador; ROUT = Roteador; CERTF = Certificadora; NOTB = Notebook; L. CHE = Leitor Cheques; SCAN = Scanner; HD Ex = Disco Duro Externo; FOT = Fotocopiadora

## Anexo VII – Parque de Viaturas em 2013

## Resumo do Património de Viaturas em 2013

Descrição dos Bens	2012	2013			
	Existência	Entradas	Saídas		Existência
			Abate	Outro	
Viaturas	448	42	-	-	490
Motorizadas	67	12	-	-	79
<b>Total</b>	<b>515</b>	<b>54</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>569</b>

## Distribuição de Viaturas por Classe e por Direcções

Tipo	Sede	DRS	DRC	DRN	Total por classes
Motorizadas	0	23	39	17	79
Turismos	56	9	14	1	80
Station Wagon	9	1	4	3	17
Cabine Simples	20	43	40	25	128
Cabine Dupla	107	52	44	44	247
Mini Bus 15 Lugares	1	0	2	1	4
Mini Bus 30 Lugares	1	0	1	1	3
Autocarro	1	0	0	0	1
Camionetas	1	1	2	0	4
Camião	1	3	1	1	6
<b>Total por Região</b>	<b>197</b>	<b>132</b>	<b>147</b>	<b>93</b>	<b>569</b>

## Anexo VIII – Relação de Imóveis da AT por Província e Forma de Aquisição

Região	Província	Forma de Aquisição	Ano		Total Geral
			2012	2013	
Norte	Cabo - Delgado	Construção	8	1	9
		Outras formas jurídicas	25	0	25
		Transferência	2	0	2
	Total		35	1	36
	Nampula	Construção	45	0	45
		Outras formas jurídicas	11	0	11
		Transferência	4	0	4
	Total		60	0	60
	Niassa	Construção	12	0	12
		Outras formas jurídicas	13	0	13
		Transferência	1	0	1
	Total		26	0	26
<b>Total Regiao Norte</b>			<b>121</b>	<b>1</b>	<b>122</b>
Centro	Sofala	Construção	0	0	0
		Outras formas jurídicas	1	1	2
		Transferência	4	0	4
	Total		5	1	6
	Tete	Construção	3	0	3
		Outras formas jurídicas	20	0	20
		Transferência	4	0	4
	Total		27	0	27
	Zambezia	Construção	9	1	10
		Outras formas jurídicas	35	0	35
		Transferência	6	0	6
	Total		50	1	51
	Manica	Construção	11	0	11
		Compra	0	3	3
		Outras formas jurídicas	10	0	10
		Transferência	6	0	6
Total		27	3	30	
<b>Total Regiao Centro</b>			<b>109</b>	<b>5</b>	<b>114</b>
Sul	Maputo	Compra	1	0	1
		Outras formas jurídicas	8	2	10
		Transferencia	7	0	7
	Total		16	2	18
	Provincia de Maputo	Compra	7	0	7
		Construção	41	0	41
		Outras formas jurídicas	6	0	6
		Transferência	11	0	11
	Total		65	0	65
	Gaza	Compra	1	0	1
		Construção	6	1	7
		Transferência	4	0	4
	Total		11	1	12
	Inhambane	Compra	2	0	2
		Construção	2	0	2
		Outras formas jurídicas	5	0	5
Transferência		6	0	6	
Total		15	0	15	
<b>Total Regiao Sul</b>			<b>107</b>	<b>3</b>	<b>110</b>
<b>Total Geral</b>			<b>337</b>	<b>9</b>	<b>346</b>

## Anexo IX – Grau de Execução do Fundo Comum em 2013, por Linha de Acção, em MT

Ref. No PAOA 2013	Descrição	Valor Transitado de 2012 (1)	Promessas Desembolsos para 2013 (2)	Total de Recursos Orçamentados no PAOA de	Desembolsos efectuados até 31-12-2013 (4)	Total de Recursos disponíveis a 31-12-2013 (5) =	Valor Executado até 31-12-2013 (6)	Saldo da programação orçamental (7) = (3)-(6)	Saldo Financeiro a 31-12-2013 (8)=(5)-(6)	Grau de Execução face a Dot Orc (%)	Grau de Execução face ao disponível
		67.698.780,00	349.819.350,36	417.518.130,36	341.168.272,01	408.867.052,01	167.673.242,15	249.844.888,21	241.193.809,86	40,16	41,01
1.1.1	Assegurar a cobrança da receita proveniente dos impostos internos e do comércio externo, em conformidade com as metas fixadas			3.350.000,00	341.168.272,01		634.000,00	2.716.000,00		18,93	
1.2.1.	Realizar estudos tendentes a sustentação da reforma fiscal e aduaneira e actualização da legislação			4.500.000,00			1.400.470,97	3.099.529,03		31,12	
1.2.2.	Inspecções, fiscalizações e auditorias			29.871.000,36			4.248.490,51	25.622.509,85		14,22	
1.2.3.	Gestão da dívida tributária			485.000,00			429.860,58	55.139,42		88,63	
1.2.4	Estender as unidades de cobranças de receitas fiscais e aduaneiras a todo o território nacional			14.500.000,00			11.309.220,00	3.190.780,00		77,99	
1.3.1.	Promover a assinatura, implementação e monitoria de acordos comerciais, internacionais e regionais, bem como de acordos para evitar a dupla tributação internacional e evasão fiscal tendo em vista a melhoria do ambiente de negócios em Moçambique			450.000,00			0,00	450.000,00		0,00	
1.3.2.	Fortalecer a realização de acções tendentes a definição do melhor quadro legal, institucional e de procedimentos, no processo de integração regional a nível da SADC, OMA e da União Africana			6.100.000,00			3.073.859,30	3.026.140,70		50,39	
1.3.3.	Dar continuidade a mobilização dos parceiros de cooperação internacional para o apoio financeiro e técnico à reforma tributária e à consolidação do funcionamento da Autoridade Tributária, garantindo a transparência na utilização de recursos e no sistema de prestação de contas			2.300.000,00			506.856,92	1.793.143,08		22,04	
1.4.1.	Promover a educação fiscal de modo a facilitar e motivar o cumprimento voluntário das obrigações			63.600.000,00			20.445.155,88	43.154.844,12		32,15	
1.5.1.	Implementar o aplicativo que permita a gestão dos Grandes Contribuintes e Mega projectos			2.800.000,00			264.545,00	2.535.455,00		9,45	
2.1.3.	Capacitação em áreas específicas e especializadas			86.839.940,00			35.310.377,93	51.529.562,07		40,66	
2.2.1.	Gestão da mudança e avaliação do grau de cumprimento das tarefas			1.277.190,00			367.344,00	909.846,00		28,76	
2.4.1.	Promoção da ética e integridade			6.350.000,00			728.975,00	5.621.025,00		11,48	
2.4.2.	Prestação de contas e cumprimento da legislação e dos procedimentos			5.600.000,00			3.954.657,75	1.645.342,25		70,62	
3.1.1.	Desenhar e conceber sistema informático moderno (e-Tributação), para a gestão Tributária			149.495.000,00			84.999.428,31	64.495.571,69		56,86	
3.1.3	Realizar a Manutenção Correctiva e Evolutiva dos sistemas correntes, enquanto se desenvolvem os sistemas modernos			40.000.000,00			0,00	40.000.000,00		0,00	
<b>Total</b>		<b>67.698.780,00</b>	<b>349.819.350,36</b>	<b>417.518.130,36</b>	<b>341.168.272,01</b>	<b>408.867.052,01</b>	<b>167.673.242,15</b>	<b>249.844.888,21</b>	<b>241.193.809,86</b>	<b>40,16</b>	<b>41,01</b>